

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LIVROS CAIOPRADIANOS
A CONTRIBUIÇÃO DE CADA UMA DAS PRINCIPAIS OBRAS DE
CAIO PRADO JR. PARA SUA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada por Golbery Luiz Lessa de Moura ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação do Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Campinas – agosto de 2005

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: T/UNICAMP M865e
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 73586
PROC 16-145-07
C _____ D _____ X _____
PREÇO 16,00
DATA 31/03/07
BIB-ID 442443

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

(Tit. dif.)

M865^b Moura, Golbery Luiz Lessa de
A contribuição de cada uma das principais obras de Caio Prado Jr. para sua interpretação do Brasil / Golbery Luiz Lessa de Moura. - - Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 2. Livros – História.
3. Brasil – Vida intelectual. I. Rego, Rubem Murilo Leão.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Books caiopradianos: the contribution of each one of the main workmanships of I fall the Prado Jr. for its interpretation of Brazil

Palavras – chave em inglês (Keywords): Books - History
Brazil – Intellectual life

Área de concentração : Ciências Sociais

Titulação : Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora : Rubem Murilo Leão Rego, Walquiria G. Domingues
Leão Rego, Elide Rugai Bastos, Milton Lauherta, André Botelho

Data da defesa : 31-08-2005

Programa de Pós-Graduação :- Ciências Sociais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Golbery Luiz Lessa de Moura

→ Livros Caiopradianos

A contribuição de cada uma das principais obras
de Caio Prado Jr. para sua interpretação do Brasil

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo.

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida e
aprovada em 31/08/2005, perante a Banca Examinadora

Banca Examinadora:

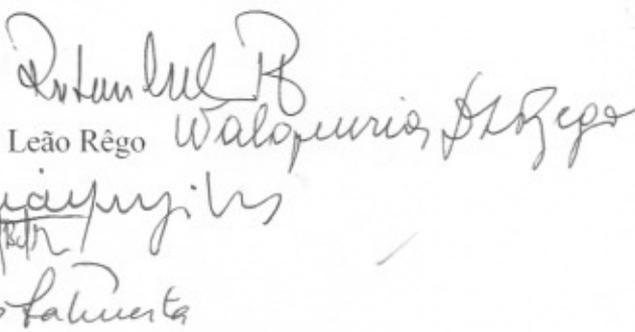
Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Profª. Dra. Walquíria G. Domingues Leão Rêgo

Prof. Dr. Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. André Pereira Botelho

Prof. Dr. Milton Lahuerta



Suplentes:

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço

Prof. Dr. Wilma Peres Costa

Prof. Dr. Jesus José Ranieri

200733562

SUMÁRIO

RESUMO - vii

ABSTRAT - viii

Agradecimentos - x

Lista de Abreviaturas - xi

Lista de Gráficos e Tabelas - xii

Introdução -15

Capítulo I - 21

1. A Obra Caiopradiana como Objeto de Estudo - 21

1.1. Três Principais Interpretações do Pensamento Caiopradiano - 28

1.1.1. O Entusiasmo e a Crítica Moderada - 31

1.1.2. A Crítica Contundente - 34

1.2. Pontos mais Relevantes da Bibliografia - 35

Capítulo II - 39

2. Cronologia e Objetos do Pensamento Caiopradiano - 39

2.1. Períodos do Pensamento Caiopradiano - 39

2.2. Blocos Temáticos do Pensamento Caiopradiano - 43

Capítulo III - 45

3. Livro Fundador - 45

3.1. *Evolução Política do Brasil* - 45

Capítulo IV - 75

4. Livros Soviéticos - 75

4.1. *URSS, um Novo Mundo* - 75

4.2. *O Mundo do Socialismo* - 81

Capítulo V - 85

5. Livros Essenciais - 85

5.1. *Formação do Brasil Contemporâneo* - 85

5.2. *Historia Econômica do Brasil* - 105

Capítulo VI - 119

6. Livros Econômicos - 119

6.1. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* - 119

6.2. *História e Desenvolvimentos* - 125

6.3. *Esboços dos Fundamentos da Economia Política* - 131

Capítulo VII - 141

7. Livro Agrário - 141

7.1. *A Questão Agrária no Brasil* - 141

Capítulo VIII - 145

8. Trajetória dos Livros Caiopradianos - 145

Capítulo IX - 149

9. Iglésias e as Singularidades dos Livros Caiopradianos - 149

10. Conclusão - 161

11. Bibliografia - 162

RESUMO

A presente tese tem o intento de contribuir para fundamentar a idéia de que a abordagem de Caio Prado Jr. sobre o Brasil possui uma acentuada complexidade e uma intensa dinâmica. Em outras palavras, buscamos comprovar a hipótese de que o pensamento caiopradiano é um corpo teórico possuidor de grande complexidade e um amplo e complexo movimento, tanto em sua totalidade quanto em cada um dos seus momentos. Para realizar esse objetivo, propomos o estudo da contribuição de cada uma das principais obras do historiador paulista para a sua abordagem da trajetória da formação social brasileira. Ao invés de analisarmos e expormos o pensamento, ou aspectos do pensamento do autor, tendendo a abstrair as singularidades de cada um dos livros que o conformam, partiremos do desvelamento da particularidade de cada livro para lançarmos novas luzes sobre a diversidade interna do construto teórico caiopradiano e sobre a sua dinâmica.

ABSTRAT

The present thesis has the intention to contribute to base the idea of that the boarding of I fall the Prado Jr on Brazil possesss one accented complexity and an intense dynamics. In other words, we search to prove the hypothesis of that the caiopradiano thought is a possessing theoretical body of great complexity and an ample and complex movement, as much in its totality how much in each one of its moments. To carry through this objective, we consider the study of the contribution of each one of the main workmanships of the historian for its boarding of the trajectory of the Brazilian social formation. Instead of analyzing and displaying the thought, or aspects of the thought of the author, tending to abstract the singularidades of each one of the books that conform it, to leave of the desvelamento of the particularity of each book to launch new lights on the internal diversity of construto caiopradiano theoretician and on its dynamics.

Para Caio Lessa, meu filho.

Agradecimentos

Agradeço principalmente à minha companheira de dez anos, Elis, e ao meu filho, Caio. Ela, pela paciência e pelo amor; ele, pela esperança. Devo muito à minha Mãe, Odair, e ao meu pai, Euclides. Os dois foram fundamentais pela afetividade, o apoio e para que os meus erros na condução do orçamento familiar, típicos de um anticapitalista romântico que ainda sou, pelo menos na dimensão cotidiana da existência, não inviabilizassem momentos significativos e mesmo decisivos da minha vida acadêmica. Agradeço também aos meus irmãos. Destacarei a acolhida que o Beto proporcionou-me em Campinas-SP, facilitando a minha adaptação a um ambiente complexo e, às vezes, difícil, principalmente pela sua complexidade cultural. O Vado, a Cely, a Sissi e a Joanna (minha sobrinha) foram importantes em vários aspectos, principalmente na manutenção da minha auto-estima. Agradeço aos meus colegas de Campinas a camaradagem e os ensinamentos. Conrado Pires ensinou-me a grandeza da obra de Sérgio Buarque de Holanda. André Botelho e Pedro Monteiro ensinaram-me sobre a importância da erudição e do trabalho minucioso. Outros colegas foram fundamentais em diversos aspectos. Juliana Colli, por exemplo, ensinou-me sobre a música erudita e o Héctor Fernandes mostrou-me a importância de dimensões da Antropologia. Enfim, o ambiente da Unicamp, apesar dos problemas, foi fundamental para a minha aprendizagem e nisso colaboraram tanto os professores quanto os colegas. Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Rubem Murilo Leão Rêgo, pela sua grandeza humana, amor às causas da ciência e da justiça social, bem como pela sua enorme compreensão das inquietações dos jovens pesquisadores. Agradeço também a Walquíria G. Domingues Leão Rêgo, por ter me alertado para a questão da importância das instituições republicanas e pelo profundo carinho com que sempre me tratou. Agradeço igualmente a Élide Rugai Bastos, pela atenção, paciência e gentileza; e também por ser prova viva de que uma notável pesquisadora pode ser uma mestra fundamental na vida acadêmica das novas gerações.

Lista de Abreviaturas

EPB – Evolução Política do Brasil

FBC – Formação do Brasil Contemporâneo

HEB – História Econômica do Brasil

DPEB – Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira

EFEP – Esboço dos Fundamentos da Economia Política

QAB – A Questão Agrária no Brasil

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1.....	27
Gráfico 2.....	27
Gráfico 3.....	28
Gráfico 4.....	146
Tabela 1.....	23
Tabela 2.....	147

**“Que outros desesperem de ti, liberdade,
Eu, de ti, não desespero.”**

(Walt Whitman)

Introdução

A partir da década de sessenta do século passado, a abordagem caiopradiana da história nacional, antes relegada a um honroso e limitado espaço, passa a ser hegemônica entre as lideranças intelectuais e políticas da esquerda. Isso ocorre principalmente devido à qualidade do que o autor havia produzido e à tempestividade com a qual, embasado na sua interpretação do país, soube responder em *A Revolução Brasileira* aos desafios de inteligibilidade postos para as forças progressistas após o golpe militar de 1964. Em 1966, o historiador ganha o troféu Juca Pato, posiciona-se no centro da cena intelectual e sua abordagem da formação social brasileira passa a imantar amplos setores da sociedade civil. Seus livros começam a ter edições sucessivas e que se esgotam com rapidez, principalmente *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, tornando-se, este último, por várias décadas, a obra das ciências sociais brasileiras com maior quantidade de edições.¹

Assim como ocorrera com Oliveira Viana, nas décadas de trinta e quarenta, Caio Prado Jr. passou a grassar nas escolas, universidades, livrarias, bibliotecas e na opinião da sociedade civil. Existem muitos depoimentos de pessoas que leram um ou dois livros caiopradianos ainda no curso secundário. Leitura animada pela leva de professores politizados, geralmente ensinando História ou Geografia, e que faziam do debate sobre a interpretação caiopradiana um ato de resistência contra o *status quo* representado pela última ditadura militar. No meio acadêmico, esta influência caiopradiana foi solidificada pelo fato de que os grupos intelectuais ascendentes na esquerda, principalmente a corrente de pensamento social desenvolvida na Universidade de São Paulo (USP) pela síntese entre a herança de Florestan Fernandes e os resultados do famoso Seminário sobre *O Capital*,² tinham desenvolvido um novo estilo de pensar o país que era bastante próximo daquele proposto pelo autor em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

¹ Esta liderança foi perdida para *Casa-Grande e Senzala* no início do presente século, no interior do verdadeiro *boom* constituído a partir dos anos noventa do século XX em torno do grande sociólogo de Apipucos. Seria importante a construção de trabalhos acadêmicos que procurassem explicar esta corrida a Gilberto Freire, que tem sido realizada num ritmo intenso por vários setores da academia. É evidente que existe uma pressa para reparar uma série de prejuízos teóricos originados nas apreciações injustas da obra do autor pernambucano; também está claro que o arrefecimento da influência do marxismo sectário, principalmente após 1989, teve o efeito de quebrar resistências contra a abordagem de Gilberto Freire. Entretanto, também seria igualmente importante identificar o que existe de motivação conservadora nesse resgate da imagem desta fértil e basilar obra do pensamento social brasileiro.

² Cf. Milton Lahuerta. *Intelectuais e Transição: entre a Política e a Profissão*. SP, 1999, Tese, USP.

Essa presença tão forte e difusa acabou por promover, entre outros fenômenos, a naturalização das principais teses caiopradianas no meio intelectual (desde a academia até as páginas dos jornais e as exposições de arte), além de sua imersão pasteurizada, como não poderia deixar de ser, no senso comum de largas parcelas da população das várias regiões do país. Contudo, a partir dos anos oitenta do século XX, com o início do refluxo do marxismo no país e no mundo, a interpretação caiopradiana passa a ser questionada, já que seria uma das expressões significativas de uma tradição teórica que, segundo a nova hegemonia, precisava ser exorcizada em benefício do avanço da cultura democrática e dos novos sujeitos sociais. As próprias soluções teóricas, pistas e temas de pesquisa propostos por Caio Prado Jr. ajudaram a formar novas gerações de pesquisadores (ligados aos recém criados cursos de pós-graduação) de grande capacidade crítica, os quais, ao buscarem aprofundar o mestre, passaram a se esforçar para questioná-lo e datá-lo. O próprio pensamento social uspiano, hegemônico na esquerda desde as decadências do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do influente Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), consolidado como instância de produção intelectual, desinteressa-se pelo historiador, companheiro de viagem um tanto incômodo na nova conjuntura, já que era capaz de, paralelamente à sua fértil interpretação do Brasil, escrever textos apologéticos sobre o chamado “socialismo real”.

Entretanto a naturalização das teses caiopradianas sobre a formação social brasileira tem dificultado a vida dos críticos no trabalho de exorcizá-las. O desprestígio da figura do historiador, que já é componente da retórica de vários setores, não é proporcional à negação efetiva de suas teses no cotidiano de pesquisadores, artistas, jornalistas e outros trabalhadores intelectuais que têm a necessidade imperiosa de interpretar com realismo aspectos do país. Basta observar as numerosas referências a noções caiopradianas nos documentos fundamentais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o movimento social mais influente do Brasil contemporâneo. Veja-se também o papel decisivo que o livro *História Econômica do Brasil* ainda possui na formação dos estudantes de grande parte dos cursos de economia. Perceba-se, igualmente, o quanto o discurso do historiador fundamenta a fala de numerosos parlamentares brasileiros de centro-esquerda e de esquerda.

Com o avanço das pesquisas sobre a obra de Caio Prado Jr., principalmente a partir do final da década de noventa do século passado, começa-se a perceber o quanto a sua interpretação do Brasil é mais complexa do que se imaginava e requer todo um esforço de pesquisa para o

desvendamento dos seus principais nexos. Percebe-se paulatinamente que sua obra é muito mais ampla e multifacetada do que se pensava, abrangendo os temas mais significativos do passado e da contemporaneidade brasileira. No que se refere ao tratamento dado pelo historiador ao Brasil Colônia, começa a haver o entendimento de que não é sustentável reduzir a sua abordagem do período às dimensões estruturais e à dinâmica do sistema. Compreende-se que há uma vasta enciclopédia de assuntos, que vai da história dos índios, passa pela constituição de uma “civilização do couro” nas áreas pecuárias e chega, por exemplo, na análise detalhada dos órgãos públicos e do abastecimento alimentar. Caio Prado Jr. aborda uma pluralidade de temas e sua riqueza teórica não se restringe ao campo de assuntos propostos nos seus livros mais conhecidos. São mais de uma dezena de obras e vários artigos que tratam desde a epistemologia e o meio geográfico brasileiro, passando pelo universo político nacional, até chegar numa polêmica com o estruturalismo de Louis Althusser. As teses básicas do autor sobre a dinâmica da sociedade brasileira têm uma história, não são apresentadas como definitivas quando de sua publicação e vão sendo trabalhadas ao longo do tempo, sendo refeitas, negadas ou confirmadas em escritos posteriores.

A presente tese tem o intento de contribuir para fundamentar a idéia de que a abordagem de Caio Prado Jr. sobre o Brasil possui uma acentuada complexidade e uma intensa dinâmica. Em outras palavras, buscamos comprovar a hipótese de que o pensamento caiopradiano é um corpo teórico possuidor de grande complexidade e um amplo e complexo movimento, tanto em sua totalidade quanto em cada um dos seus momentos. Para realizar esse objetivo, propomos o estudo da contribuição de cada uma das principais obras do historiador paulista para a sua abordagem da trajetória da formação social brasileira. Ao invés de analisarmos e expormos o pensamento, ou aspectos do pensamento do autor, tendendo a abstrair as singularidades de cada um dos livros que o conformam, partirmos do desvelamento da particularidade de cada livro para lançarmos novas luzes sobre a diversidade interna do construto teórico caiopradiano e sobre a sua dinâmica.

Essa *démarche* implica em uma preocupação central em demarcar detalhadamente as singularidades de cada uma das obras do autor. Esforçamo-nos por sublinhar os momentos de diversidade do pensamento caiopradiano, mesmo sem olvidarmos as dimensões da unidade e da continuidade. Desse modo, buscamos analisar, por exemplo, em que medida os argumentos apresentados no livro *Formação do Brasil Contemporâneo* já estão contidos em *Evolução Política do Brasil*; o que implica em pesquisarmos como as teses sobre o período colonial que

aparecem no primeiro livro serão desenvolvidas no segundo. A partir desse mesmo pressuposto, percebemos a necessidade de desvelar os diversos momentos da teoria sobre o Brasil colonial que estão presentes em outros livros do autor, como em *História Econômica do Brasil* e *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, e explicar os nexos entre esses momentos. Enfim, a lógica básica que usamos na presente tese consiste em apresentarmos o pensamento caiopradiano sobre a formação social brasileira de uma maneira menos abstrata e não teleológica; procuramos, então, demonstrar que a interpretação caiopradiana do Brasil é o resultado de uma complexa luta do autor para compreender o seu país, o que pressupõe um processo de ensaios e erros, de desenvolvimentos inesperados, de retomada de alguns caminhos abandonados e de reafirmação de linhas mestras e intuições básicas. As singularidades dos vários livros do autor seriam as melhores provas desse seu caráter secular, terreno, humano, mas igualmente de sua grandeza como construto teórico sobre a trajetória da nação.

No esforço de compreendermos o *múltiplo* em Caio Prado Jr. (sem negligenciar o *uno*), percebemos, em determinada altura da nossa pesquisa, a inexistência na bibliografia de tentativas sistemáticas de delimitação do leque de temas caiopradianos e dos períodos da trajetória teórica do historiador paulista. Essas ausências são compreensíveis caso levemos em conta o estágio relativamente inicial dos estudos sobre o pensamento de Caio Prado Jr. A suficiente delimitação dos temas caiopradianos e o estabelecimento de uma periodização da história intelectual do autor requerem um grau de maturação das pesquisas individuais e do intercâmbio dos seus resultados que ainda não existe. Portanto, mesmo tendo reservado um capítulo desta tese para delinear em traços gerais uma proposta de periodização e de delimitação temática da existência intelectual caiopradiana, o que nos move é a consciência da necessidade de colocarmos o tema em discussão para o conjunto dos pesquisadores e não a idéia de que esta iniciativa seria algo além de uma simples indicação de rumos possíveis para as futuras investigações.

Não apresentaremos no texto a análise de todas as obras caiopradianas; aquelas que escolhemos como objetos de análise foram, em sua maioria, selecionadas a partir do fato de serem livros nos quais a formação social brasileira figura como tema principal. Todavia fizemos duas exceções que nos pareceram produtivas para os nossos intentos analíticos. Incluímos os dois livros sobre a União das Repúblicas Soviéticas (U.R.R.S) e o Leste Europeu (*U.R.R.S, um Novo Mundo*; e *O Mundo do Socialismo*). Ambos são os textos caiopradianos menos comprometidos com as regras básicas da ciência; mesmo que não se possa dizer que careçam de clareza e

sistematicidade, neles fica evidente a ausência do distanciamento necessário entre a análise e os juízos de valor. Decidimos incluí-los por dois motivos: 1) porque quisemos demonstrar até que ponto o autor projetou algo do Brasil na sua percepção daquilo que ficou conhecido como o “socialismo real” e, inversamente, até onde a sua percepção daquela realidade pós-revolucionária teve algum impacto significativo na abordagem da realidade brasileira; e 2) quisemos colocar em discussão um tema sobre o qual ainda existe um tabu: a adesão entusiasmada de Caio Prado Jr. à ideologia do Estado soviético no que se referia à interpretação dos rumos das experiências socialistas. Os outros livros escolhidos como objetos de investigação foram: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945), *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957), *História e Desenvolvimento* (1968) e *A Questão Agrária no Brasil* (1979). A exclusão de *A Revolução Brasileira* (1966³) não tem relação nenhuma com o conteúdo do livro; refere-se exclusivamente ao fato de que percebemos, em um momento já avançado da pesquisa e próximo dos prazos de defesa da tese, que não tínhamos tempo disponível para abordar esse livro caiopradiano com o detalhamento necessário.

Como se pode perceber por meio da simples leitura do índice da tese, os livros citados estão divididos em blocos que são as bases da maioria dos capítulos. Os blocos foram delimitados a partir das convergências temáticas das obras caiopradianas. Sintetizamos o critério cronológico com o temático para decidimos sobre quais livros e temas apareceriam primeiro. Finalmente, no que se refere ao método científico que guiou a nossa pesquisa e a exposição dos resultados, sobre o qual há explicitações suficientes ao longo da tese para tornar supérflua sua explicitação nesta Introdução, estivemos particularmente preocupados em evitar um tipo específico de anacronismo na abordagem dos escritos de Caio Prado Jr: procuramos sublinhar os momentos em que as limitações ou insuficiências identificadas na abordagem caiopradiana são devidas à insuficiente maturidade do objeto estudado e não aos problemas do instrumental teórico ou da criatividade do autor, que existem, mas que devem ser percebidos na sua real dimensão e não exagerados por uma ilusão de ótica do analista.

³ Neste parágrafo, as datas que se encontram entre parênteses referem-se aos anos das primeiras edições das obras de Caio Prado Jr.

Capítulo I

1. A Obra Caiopradiana como Objeto de Estudo

Caio Prado é considerado por importantes cientistas sociais brasileiros como o principal fundador da perspectiva marxista sobre o Brasil, que se constitui em uma das mais influentes interpretações da formação social brasileira.⁴ Apesar dos avanços teóricos ocorridos nos últimos cinco anos, o pensamento do historiador ainda não foi transformado em objeto de análise de um número suficiente de trabalhos possuidores da extensão e da densidade necessárias. Já existem estudos muito relevantes entre os publicados e entre as dissertações e teses que ainda não se transformaram em livro; mas, pela sua fertilidade e complexidade, a interpretação caiopradiana do Brasil, assim como ocorre com as de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, requer a constituição de toda uma área de pesquisa. A relativa escassez bibliográfica em parte pode ser explicada pelo caráter clássico da obra de Caio Prado Jr. e também devido ao tempo relativamente curto transcorrido desde o seu falecimento, trágico acontecimento biográfico que geralmente provoca o aumento das pesquisas sobre os autores mais significativos.⁵ Com já foi dito por vários pesquisadores da trajetória do pensamento social brasileiro, essa escassez bibliográfica também possui causas políticas, ligadas principalmente ao desprestígio da perspectiva marxista entre a intelectualidade brasileira a partir dos eventos políticos no Leste Europeu, a partir do final dos anos oitenta do século passado.

Mesmo sendo relativamente escassa, a bibliografia sobre o pensamento caiopradiano já tem dimensão suficiente para ser tomada como objeto de pesquisa. É a partir do final da década de oitenta do século XX que os trabalhos de análise científica desta interpretação do Brasil começam aparecer com mais constância. O falecimento de Caio Prado, em 1990, surge como a causa imediata do aumento do número e da extensão das análises, entretanto também atuou a

⁴ Cf. Antonio Candido, “A Força do Concreto”, in M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. SP: Brasiliense, 1989; Florestan Fernandes, “A Obra de Caio Prado Nasce da Rebelião”. In Folha de São Paulo, 7/09/1991; Otávio Ianni “A Dialética da História”, in M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. SP: Brasiliense, 1989; e Francisco Iglesias, “Um Historiador Revolucionário”, in Francisco Iglesias (org), *Caio Prado Júnior - História*. SP: Ática, 1982.

⁵ Sobre esta questão é muito pertinente o seguinte comentário de Roberto Schwarz: “Os livros que se tornam clássicos de imediato, como foi o caso da Formação da Literatura Brasileira, publicado em 1959, às vezes pagam por isso, ficando sem o debate que lhes devia corresponder. Passados quarenta anos, a idéia central de Antonio Candido mal começou a ser discutida”. Cf. Roberto Schwarz, *Seqüências Brasileiras: Ensaio*. SP, Cia. das Letras, 1999, p.46.

atitude de importantes segmentos acadêmicos do país no sentido de aprofundar e ampliar a área de estudos sobre o pensamento social brasileiro com o objetivo de realizar um balanço das interpretações do Brasil que não se submetesse a anacronismos e preconceitos políticos.⁶

Na tabela das paginas seguintes estão listados os principais trabalhos ⁷ científicos ⁸ que têm o pensamento de Caio Prado Jr. como tema central. ⁹ Os símbolos colocados logo após cada referência referem-se ao seu pertencimento a uma das três principais tendências interpretativas do pensamento caiopradiano que serão definidas nos itens 1.1., 1.1.1 e 1.1.2. deste capítulo. O símbolo “✕” corresponde à tendência fundamentada no pensamento uspiano; o símbolo “✕✕” refere-se à tendência influenciada pela abordagem da intelectualidade egressa do PCB; e, finalmente, o símbolo “✕✕✕” representa a tendência de interpretação que identificamos como imantada pelo “romantismo contemporâneo” (mais adiante, esclareceremos o significado desta expressão).

⁶Cf. Prefácio de Gildo Maçal Brandão, In Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.p. 10-11.

⁷Havia a opção de remeter o leitor para a bibliografia; contudo as considerações que fazemos logo adiante sobre a origem, o tipo e a cronologia dessa literatura obrigariam-no a ficar incomodamente dividido entre este primeiro capítulo e a lista do material bibliográfico consultado, localizada, como de praxe, no final da tese.

⁸ O qualificativo “científico” aqui não pressupõe a conhecida contraposição teórica entre ciência e ideologia. Usamos o termo “científico” no seu sentido mais usual, ou seja, qualificando aqueles trabalhos de pesquisa que pela sua sistematicidade, utilização consciente de um método de investigação e respeito às normas mais gerais do mundo acadêmico são considerados como tal pela maior parte dos pesquisadores de sua área de investigação.

⁹ Não colocamos nessa lista os trabalhos nos quais a análise da obra de Caio Prado Jr. aparece compartilhada com a análise de outros objetos, sejam de autores ou mesmo de entidades da sociedade civil, como partidos políticos e movimentos sociais. Entre os trabalhos, destacam-se: Sylvia Maria Gomes Faria, *Contribuição à Análise da Luta Pela Terra no Brasil: as Interpretações de Caio Prado Jr. Prado Jr. e José de Souza Martins*. RJ, 1990, Dissertação, UFRRJ; Cláudio de Souza Freitas, *Realidade Brasileira e Militância: o Diálogo de Caio Prado Jr. com o Partido Comunista Brasileiro – PCB*. RJ, 1993, Dissertação, UFRRJ; Luiz Carlos Jackson. *Representações do Mundo Rural Brasileiro: dos Precursores à Sociologia da USP*. SP, 2003, Tese, USP; Plínio de Arruda Sampaio. *Entre a Nação e a Barbárie – Uma Leitura das Contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à Crítica do Capitalismo Dependente*. Campinas, SP, 1997, Tese, Unicamp; Luiz Rogério Oliveira Silva. *A Crônica da Reforma Agrária em Caio Prado Jr. e nos Textos Pecebistas*. Campinas, SP, 2002, Tese, Unicamp; Edvaldo Correa Soltana. *Relatos de Viagens à URSS em Tempos de Guerra Fria: uma Prática de Militantes Comunistas Brasileiros*. Assis, SP, 2003, Dissertação, UNESP; e Fábio Tadeu Vighy Hanna. *A Modernização do Brasil em Caio Prado Jr. e Oliveira Viana: uma Discussão sobre os Vínculos Entre as Suas Interpretações do Brasil e seus Projetos Políticos Nacionalistas*. Assis, SP, 2002, Dissertação, UNESP.

Tabela 1

Artigos e Prefácios
AB'SÁBER, Azib. "Empregos e Espaços". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
ADORNO, "Sérgio. As Razões da Colonização". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
ANDRADE, Manuel Correa. "As Rebeliões do Período Colonial". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
ANTUNES, Ricardo. "Caio Prado Jr.: um Intelectual Revolucionário". In <i>Escrita/Ensaio</i> , n. 10, SP, 1982. ✕
ARAÚJO, Brás José de. "Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil". In <i>Temas</i> , n. 1, SP, 1977. ✕ ✕
BARREIROS, José Carlos. "A Memória do Trabalho". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕ ✕ ✕
BASTOS, Élide Rugai. "A Sociologia nos Anos 30 ". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
BEIGUELMAN, Paulo. "A Revista Brasiliense". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "De Volta ao Capital mercantil". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
CANDIDO, Antonio. A Força do Concreto. In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
CARNEIRO, Maria Luiza T. "A Questão Racial". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
CARONE, Edgar. "Caio Prado Jr.". In <i>Estudos Brasileiros</i> , n.32, SP, 1991. ✕
COUTINHO, Carlos Nelson. "Uma via 'não-clássica' para o Capitalismo". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕ ✕
DIAS, Maria Odília. "Impasses do Inorgânico". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> , SP: Brasiliense, 1989. ✕
D'INCAO, Maria Ângela. "Estrutura e Desigualdade". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
FALEIROS, Maria Isabel Leme. "Uma Visita Necessária". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
FAUSTO, Ruy, "A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior". In <i>Teoria e Prática</i> , n. 2, SP, 1967. ✕
FERLINE, Vera Lúcia Amaral. "A Fidelidade à História". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
FERNANDES, Florestan. "A Visão do Amigo". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
"A Obra de Caio Prado nasce da Rebeldia". In <i>Folha de São Paulo</i> , 7/09/1991. ✕
_____. "Os enigmas do círculo vicioso". In <i>Caio Prado Júnior. História e Desenvolvimento</i> . Brasiliense, SP, 1989. ✕

GARCIA, Marco Aurélio. “Um Ajuste de Contas com a Tradição”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
GASPAROTO, Jayme Wanderley. “Militância”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕
GNACCARINI, José César. “A Propriedade como Negócio”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
GORENDER, Jacob. “Do Pecado Original ao Desastre de 1964”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕
. “Caio Prado Júnior, 1907/1990”, <i>Dados</i> , v.33, n.3, 1990. ✕✕
HIRANO, Sedi. “A Fase Pré-Capitalista”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
HOMEM, Maria Cecília N. “Do Palacete à Enxada”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
IANNI, Otávio. “A Dialética da História”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
IGLÉSIAS, Francisco. “Um Historiador Revolucionário”, in Francisco Iglesias (org), <i>Caio Prado Júnior - História</i> . SP: Ática, 1982.
KONDER, Leandro. “A Façanha de uma Estréia”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕
LIMA, Heitor Ferreira. Caio Prado e seu Tempo. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕
LIMONGI, Fernando P. “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense”. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , v.2, nº5, 1987. ✕✕
. “O Economicismo de Caio Prado Jr.” <i>Novos Estudos CEBRAP</i> , n.18, SP, 1987. ✕✕
MELO, Jairo Gonçalves. “A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕✕
MONTEIRO, John M. “A Dimensão Histórica do Latifúndio”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
MÜLLER, Geraldo. “O rural e o Industrial na Transição Agrária Brasileira”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Escravidão e Sistema Colonial”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕✕
NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Júnior Historiador”. <i>Novos Estudos CEBRAP</i> , n.2, 1983. ✕
. “Caio Prado na Historiografia Brasileira”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
ODÁLIA, Nilo. “A Vocação do Historiador”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
ODÁLIA, Nilo. “Sentido da Colonização, Modo de Produção e História Colonial”. <i>Debate e Crítica</i> , n.4, SP, 1974. ✕
PRADO, Danda. “Meu Pai”. In M. A D’Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP:

Brasiliense, 1989. ✕
RANGEL, Ignácio M. "Feudalismo e Propriedade Fundiária". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕ ✕
RÊGO, Rubem Murilo Leão. "Capitalismo, Reforma Agrária e Cidadania". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
REIS, J. Carlos. "Anos 60: Caio Prado Jr. e a Revolução Brasileira". Revista Brasileira de História, n. 37, UFMG, BH, 1999. ✕ ✕
RICUPERO, Bernardo. "Caio Prado Jr: o Primeiro Marxista Brasileiro". In Revista da USP, n.38, SP, 1998. ✕
RODRIGUES, José Albertino. "O Brasil Contemporâneo". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕ ✕ ✕
SANTOS, Milton. "Renovando o pensamento e a ação". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
SCARABOTOLO, Eloisa Faria. "Do Econômico ao Social". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
SILVA, S. Silva. "A Crítica ao Capitalismo Real". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
SZMRECSÁNYI, M. Irene. "Contribuição ao Estudo da Urbanização no Brasil". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
TAVARES, Assis. "Caio Prado Jr. e a Teoria da Revolução Brasileira". Revista da Civilização Brasileira, N. 11-12, RJ, 1967. ✕ ✕
VICENTE, Maximiliano Martin. "O Sentido do Colonialismo". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
WHITAKER, Dulce. "Ideologia da Ação Pedagógica". In M. A D'Incao (org), <i>História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior</i> . SP: Brasiliense, 1989. ✕
Dissertações e Teses
CRUZ, Daley da Silva. Caio Prado Jr: Renovação de uma Época. Natal, RN, 2001 Tese, UFRN. ✕
GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. A Forma e a Nação. Campinas, SP, 2001, Dissertação, Unicamp. ✕ ✕ ✕
IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Jr: Historiador e Editor (1907-1945). SP, 2001, Tese, USP. ✕
LEÃO, Igor. A Matriz Teórica de Caio Prado Jr: a Nação Inconclusa. Campinas, SP, 1994, Tese, Unicamp, 1994. ✕
MARTINEZ, Paulo H. A Dinâmica de um Pensamento: Caio Prado Jr (1928-1935). SP, 1998, Tese, USP. ✕
MELO, Jayro G. O Nacionalismo em Caio Prado Júnior. SP, 1987, Tese, USP. ✕ ✕ ✕
MONTALVÃO, Sergio de Sousa. O Sentido da Nação. RJ, 2001, Dissertação, UFRJ. ✕ ✕
PÁDUA, Elisabete M. M. De. Um Estudo dos Pressupostos Filosóficos de Caio Prado Júnior. Campinas, SP, 1989, Dissertação, PUCAMP. ✕
PINTO, J. Costa. Caio Prado Jr: uma Interpretação de seu Pensamento. SP, 1993, Dissertação, PUC-SP. ✕ ✕ ✕
PONTES, Maria Tereza Celestino. Caio prado Jr: As Idéias e os Espaços. RJ, 1999, Dissertação, UFRJ. ✕ ✕
RÊGO, Rubem Murilo Leão. Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. SP, 1995, Tese, USP. ✕

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil. SP, 1997, Dissertação, USP. ✕
VICTORIANO, Márcia. A Questão Nacional no Pensamento de Caio Prado Jr. SP, 1992, Dissertação, PUC-SP. ✕
Livros
D'INCAO, Maria Angela (org.) História e Ideal - Ensaios sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989. ✕
CAVALCANTI, Paulo. Os Equívocos de Caio Prado Júnior. SP: Argumentos, 1966. ✕✕
IUMATTI, Paulo. Diários Políticos de Caio Prado Jr: 1945. SP: Brasiliense, 1998. ✕
RÊGO, Rubem Murilo Leão. O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2000. ✕
RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil. SP: Editora 34, 2000. ✕
SANTOS, Raimundo. Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira. RJ: Editora Mauad, 2001. ✕✕

Entre os textos listados há cinquenta e cinco artigos, publicados em revistas científicas ou inseridos em um livro coletivo, e dois prefácios. A dispersão dos artigos num largo período (cerca de trinta anos) e em treze revistas diferentes já demonstra o caráter relativamente episódico de sua produção, apesar da relevância da maior parte deles. Em seguida vem o conjunto de textos acadêmicos mais extensos e cronologicamente mais próximos uns dos outros, constituído por seis teses e sete dissertações; trabalhos concentrados no universo intelectual de São Paulo e Rio de Janeiro. Três teses e uma dissertação na USP, duas dissertações na PUC-SP, duas teses e uma dissertação na UNICAMP, uma dissertação na PUCAMP, duas dissertações na UFRJ e uma tese na UFRN. A concentração geográfica fácil de constatar é índice do caráter ainda localizado e inorgânico do estudo da obra de Caio Prado Jr. Finalmente existe na tabela o universo de textos extensos que já foram publicados, contendo apenas cinco livros, editados entre 1966 e 2001.

Nos gráficos colocados nas próximas páginas expomos uma síntese da cronologia, da origem e do tipo desta produção científica. Na confecção do Gráfico 01 deixamos de colocar os artigos inscritos no livro *História e Ideal* com a intenção de evitar que a incidência dos 41 artigos da obra na curva do gráfico atrapalhasse a percepção visual da totalidade da cronologia dos artigos e prefácios. Maculamos a precisão em benefício da percepção visual do todo; o ganho de inteligibilidade pareceu-nos compensar o corte um tanto arbitrário da realidade.

Por meio da observação dos gráficos, podemos constatar que os artigos, inicialmente bem espaçados em relação à linha do tempo, ficam cada vez mais freqüentes a partir da segunda metade dos anos oitenta do século passado. As dissertações e teses tornam-se mais comuns no início dos anos noventa. Já a publicação de livros concentra-se nos primeiros anos do século XXI.

Essa sucessão corresponde a alguns dos principais estágios da formação de uma área de pesquisa científica. Mesmo ainda estando longe de constituir-se em uma área consolidada e orgânica de pesquisa, os estudos sobre Caio Prado Jr. estão caminhando nessa direção.

Gráfico 1

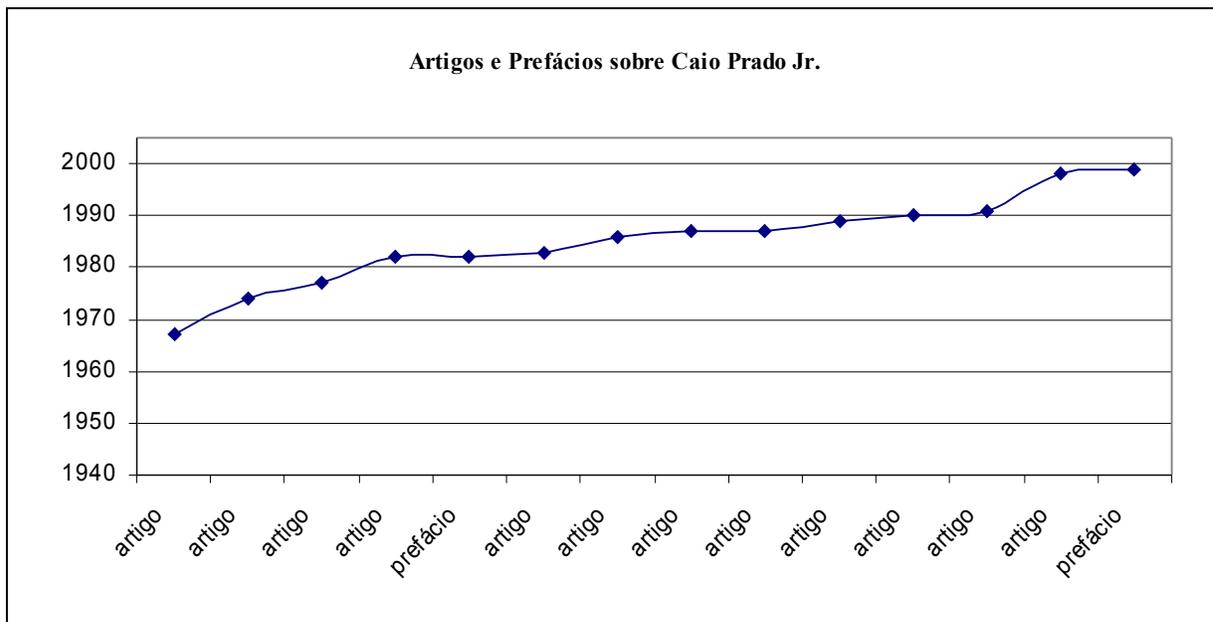


Gráfico 2

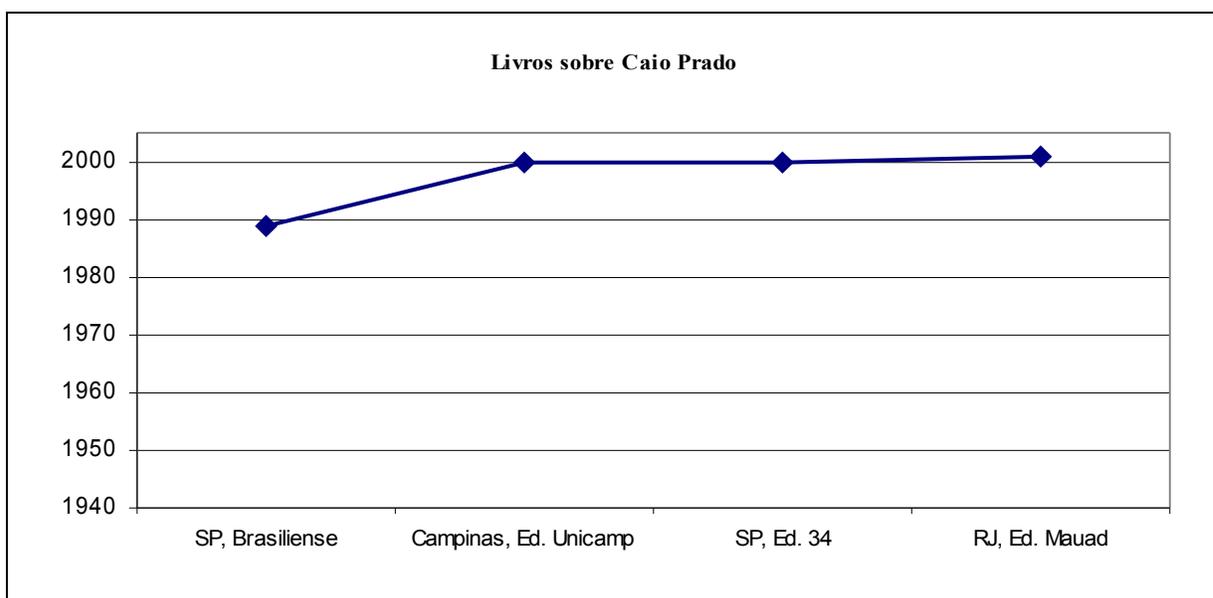
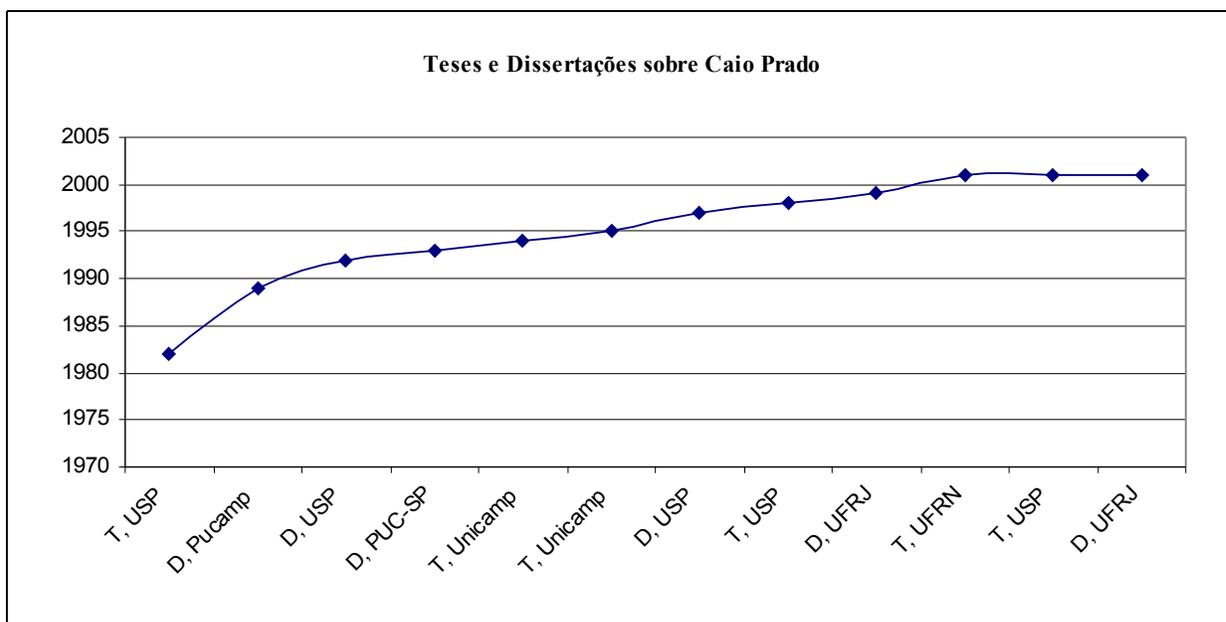


Gráfico 3



1.1. Três Principais Interpretações do Pensamento Caiopradiano

Após analisarmos os artigos, prefácios, resenhas e livros que possuem o pensamento caiopradiano como tema,¹⁰ percebemos que a maior desta produção científica está dividida em três perspectivas: 1) uma tendência bastante favorável à obra caiopradiana, ligada ao universo teórico do marxismo uspiano; 2) uma corrente moderadamente crítica, constituída por um grupo de intelectuais egressos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a qual, mesmo de uma maneira bastante crítica, guarda proximidade com a tradição teórica constituída por esta entidade política; e 3) uma posição radicalmente crítica, que tem o objetivo de “desmistificar” a obra do autor de *Evolução Política do Brasil* a partir da negação de seus pressupostos epistemológicos e de suas

¹⁰ Nesta tese não trataremos, de maneira detalhada, do debate sobre a parte filosófica da obra de Caio Prado Jr. devido ao fato de que o assunto encontra-se, pela sua própria natureza, fora do âmbito disciplinar da nossa pesquisa - o universo das ciências sociais - e adentra o campo da filosofia. Porém procuraremos demonstrar, mais adiante, que a referência a alguns aspectos dessa obra filosófica ilumina partes significativas do pensamento caiopradiano sobre o Brasil. Cf. Elisabete M. M. De Pádua. *Um Estudo dos Pressupostos Filosóficos de Caio Prado Júnior*. Campinas, SP, 1989, Dissertação, PUCAMP.

teses sobre o período colonial, principalmente no que se refere às etnias oprimidas e à estrutura social e econômica da sociedade brasileira.¹¹

A primeira tendência referida busca demonstrar que a mais fértil interpretação do Brasil está na obra caiopradiana. Procura também deixar evidenciado que o diagnóstico pessimista do autor sobre as possibilidades de modernização plena e de autodeterminação do capitalismo nacional, via projetos desenvolvimentistas ou autoritários, estava correto, pelo menos em suas linhas essenciais, e que este diagnóstico seria o ponto de partida para a compreensão dos atuais impasses teóricos e políticos do país. Finalmente intenta comprovar que o melhor do marxismo brasileiro passou ao largo da teoria oficial do PCB e que o historiador paulista, mesmo tendo sido militante relativamente disciplinado desta entidade, foi o pioneiro e o mais significativo nome do marxismo caracterizado por sua proximidade com o espírito da obra marxiana.

A segunda perspectiva citada caracteriza-se por procurar fazer uma síntese entre a visão uspiana sobre Caio Prado Jr. e a opinião de alguns dos críticos mais contundentes do historiador, entre os quais se destacam os intelectuais ligados às antigas direções do PCB. Afirma que o grande mérito da perspectiva caiopradiana residiria no desvelamento da particularidade do capitalismo brasileiro. Essa *démarche* do historiador teria pressuposto a recriação para as condições brasileiras das noções fundamentais de *via prussiana* e de *revolução passiva*.¹² Por outro lado esses autores reeditam alguns dos desafios teóricos feitos pela antiga ala dirigente do PCB ao historiador e a estes adicionam suas próprias críticas; procuram sublinhar um pretenso “mercantilismo” na compreensão caiopradiana do capitalismo, uma alegada subestimação da indústria brasileira e da centralidade da democracia na luta popular contemporânea, além de um suposto desconhecimento de textos fundamentais da tradição marxista.¹³

¹¹ Com o objetivo de classificar os trabalhos existentes a partir da clivagem proposta, na Tabela 1 colocamos um símbolo ao lado de cada texto listado representando a sua filiação a uma das três vertentes interpretativas da obra caiopradiana.

¹² Cf. Carlos Nelson Coutinho, "Uma via 'não-clássica' para o Capitalismo", in M. A. D'Incao (org), *História e Ideal*. SP: Brasiliense, 1989. Jacob Gorender. "Do Pecado Original ao Desastre de 1964", in M. A. D'Incao (org), *História e Ideal*. SP, Brasiliense, 1989.

¹³ Coutinho afirma: “Não há, na obra de Caio Prado, nenhuma referência explícita a tais conceitos [via prussiana e revolução passiva], nem é de supor que ele os conhecesse, sobretudo a noção de “revolução passiva”, elaborada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e tornada pública somente no final dos anos 40. Caio Prado jamais cita Gramsci e não é freqüente (se excetuarmos as referências a O Imperialismo) que cite Lênin. [...] O registro dessa ausência sugere uma observação mais geral: o estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico. (Essa relativa pobreza é, sobretudo, evidente em suas obras de filosofia). [...] Esse registro, naturalmente, não decorre da pretensão - que seria mesquinha e ridícula - de submeter Caio Prado a um exame de marxismo. Ele é feito aqui não tanto para indicar os eventuais limites de sua produção, que certamente existem, mas, sobretudo, para

Pode-se notar que essas duas tendências de interpretação da obra caiopradiana refletem dois matizes importantes no interior da esquerda do pós-1964. Nos últimos trinta anos, devido a determinadas circunstâncias objetivas e a vários avanços teóricos, houve uma convergência no seio da intelectualidade de esquerda em torno de pontos essenciais da interpretação do capitalismo brasileiro proposta por Caio Prado Jr. As concepções do PCB sobre o capitalismo no país e a revolução brasileira foram superadas. Somente alguns dos seus traços sobrevivem em determinados segmentos intelectuais, principalmente entre os que militaram neste partido e que constituíram a ala mais preocupada em elevar o padrão da intervenção partidária na luta por hegemonia.¹⁴

A terceira corrente de compreensão do pensamento caiopradiano surge, por sua vez, como resultado das idéias difundidas pelas tendências neomarxistas e anticapitalistas românticas da atualidade; as quais foram absorvidas, seletivamente, por amplos setores da esquerda nacional.

¹⁵ Essa tendência inspira-se principalmente na historiografia neomarxista inglesa (representada, sobretudo, por E. P. Thompson e Raymond Williams), nas reflexões estruturalistas não marxistas (C. Castoriadis e o grupo de intelectuais ligados à revista *Socialismo e Barbárie*), nos pós-estruturalistas de esquerda (J. Derrida, F. Guattari, G. Deleuze e M. Foucault) e em outras expressões do que poderíamos denominar, de maneira não rigorosa, contudo suficiente para os nossos objetivos, e sem nenhuma conotação pejorativa, de “romantismo contemporâneo”.¹⁶

sublinhar a sua criatividade e os seus extraordinários méritos pioneiros enquanto intérprete *marxista* da história brasileira.” Carlos Nelson Coutinho. Op. cit., p.p 161-117. A partir de passagens da correspondência do historiador paulista com livreiros europeus, Paulo Martinez comprova que este já possui os textos marxianos e marxistas mais importantes antes de escrever, em 1933, *Evolução Política do Brasil*. Martinez aponta também, de uma maneira difícil de refutar, a proximidade entre a abordagem caiopradiana do universo político em *Evolução Política do Brasil* e a abordagem de Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Superado o exagero da afirmação de Coutinho de que Caio Prado Jr. chegou ao fim da vida desconhecendo textos importantes da tradição marxista e da obra de Marx, seria importante investigar em que momento de sua trajetória o historiador paulista leu *O Capital* e outros textos fundamentais e procurar a incidência dessas leituras em suas obras. Cf. Paulo Henrique Martinez. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico (1928-1935)*. SP, 1998, Tese, USP.

¹⁴ Fazem parte desse grupo, por exemplo, Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Werneck Viana, Leandro Konder, Jacob Gorender, Raimundo Santos, Milton Lahuerta e outros nomes muito significativos da intelectualidade brasileira.

¹⁵ Sobre essa influência das correntes não marxistas de esquerda no Brasil, ver: J. P. Netto, "O Marx de Souza Santos". *Praia Vermelha*, n.1, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. José P. Netto, *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. SP: Cortez, 1993. J. E. Evangelista, *A Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. SP, Cortez, 1992. Roberto Schwarz, *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁶ Sobre as várias dimensões da visão de mundo romântica, ver, por exemplo, Michel Löwy. *Romantismo e Messianismo*. SP: Edusp/ Perspectiva, 1990; Michel Löwy. *A Evolução Política de Lukács: 1909-1929*. SP: Cortez, 1998; Michel Löwy e Robert Sayre. *Romantismo e Política*. Petrópolis: Vozes, 1993; Michel Löwy e Robert Sayre. *Revolta e Melancolia*. Petrópolis, Vozes, 1995.

1.1.1. O Entusiasmo e a Crítica Moderada

Os artigos de Otávio Ianni, “A Dialética da História”,¹⁷ e de Fernando Novais, “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”,¹⁸ serão analisados como exemplos de escritos identificados com a interpretação da obra caiopradiana próxima ao marxismo uspiano. Os textos de Coutinho, “Uma Via 'não-clássica' para o Capitalismo”,¹⁹ e de Gorender, “Do Pecado Original ao Desastre de 1964”,²⁰ serão analisados como exemplos típicos da matriz interpretativa identificada com os resquícios da tradição teórica do PCB.²¹ Mesmo considerando a natureza típica desses quatro artigos, eles não representam toda a complexidade existente no interior das citadas correntes de interpretação do pensamento de Caio Prado Jr. e muito menos das suas zonas de contato. O nosso intento é apenas o de dar uma idéia mais concreta sobre os argumentos que perpassam a maioria dos textos das correntes. Mais adiante, faremos um balanço das contribuições dos textos mais importantes, deixando em segundo plano a sua filiação a uma das três correntes interpretativas.

Nos citados artigos de Ianni e Novais percebe-se, entre outros elementos, a idéia de que Caio Prado Jr. seria o mais importante clássico da historiografia e das ciências sociais brasileiras.²² Nessa reflexão o historiador surge como resultado de uma longa tradição de pensamento crítico e da efervescência da cultura e da sociedade dos anos trinta. Essas conexões não são sublinhadas, como em outras análises,²³ para diluir a obra caiopradiana no seu contexto e colocá-la como apenas mais uma contribuição importante. As conexões feitas pelos autores uspianos surgem, na realidade, como elementos de uma justificativa sistemática da superioridade científica da obra caiopradiana relativamente às obras de outros grandes pensadores da mesma geração.²⁴

¹⁷ Otávio Ianni, "A Dialética da História". In M. A D’Incao (org), *História e Ideal*. SP: Brasiliense, 1989.

¹⁸ Fernando Antonio Novais, op. cit.

¹⁹ Carlos Nelson Coutinho, op., cit.

²⁰ Jacob Gorender, op., cit.

²¹ Fernando Novais, op. cit.; Otávio Ianni, op. cit.; Carlos Nelson Coutinho, op. cit. e Jacob Gorender, op. cit.

²² Novais não coloca, de maneira explícita, Caio Prado Jr. acima de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre, mas o espírito do seu artigo aponta claramente para essa direção.

²³ Ver, por exemplo, Francisco Iglesias, op. cit.

²⁴ Por mais que seja tarefa delicada a afirmação da superioridade teórica de um intérprete do Brasil sobre outro, principalmente quando constatamos que o avanço da reflexão ocorrido nos últimos anos relativa ao pensamento social brasileiro também se deu porque esse tipo de discussão foi retirado do centro das atenções, não há como negar o fato de que a disputa entre as interpretações do Brasil é importante para a vitalidade das ciências sociais brasileiras, tanto porque cria um ambiente saudavelmente competitivo como pelo fato de não deixar a intelectualidade alienar-se

Já nos casos de Coutinho e Gorender a afirmação de Caio Prado Jr. como pedra angular do pensamento brasileiro é feita de maneira menos entusiasmada, deixando entrever, entre outros elementos, que esta opinião é resultado de uma autocrítica e não de uma adesão de primeira hora. Enquanto Novais chega a tornar explícita a sua dificuldade de tratar de uma maneira distanciada o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*²⁵ e de Otávio Ianni afirmar a superioridade da obra caiopradiana, Coutinho inicia o seu artigo afirmando que o historiador paulista desconhecia textos marxianos e marxistas fundamentais e Gorender não se furta de aproximar o pensamento filosófico caiopradiano do neopositivismo do Círculo de Viena, aproximação que em importantes setores do meio marxista brasileiro tem um caráter depreciativo.²⁶

Por outro lado Coutinho e Gorender aceitam as críticas caiopradianas às teses da existência do feudalismo no Brasil e da presença de uma burguesia nacionalista – que eram duas das colunas básicas da teoria do PCB sobre a revolução brasileira; bem como sublinham o papel teórico decisivo da preocupação do historiador com o entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro. No que se refere à capacidade de utilização do marxismo de maneira criativa, Coutinho chega a aproximar, como também já aludimos, o historiador nacional de Gramsci e de Lênin, mostrando, por exemplo, que estão presentes nos livros *Evolução Política do*

das conseqüências práticas das teorias propostas.

²⁵ Fernando Novais, op. cit, p.9.

²⁶ Gorender afirma: “A meu ver, as idéias filosóficas contidas nas obras mencionadas [*Dialética do Conhecimento e Notas Introdutórias à Lógica Dialética*] procedem de uma teoria de caráter subjetivista e pragmática, fortemente influenciada pelo positivismo lógico de Bertrand Russel e do Círculo de Viena, que teve em Carnap um dos expoentes. Caio extraiu do positivismo lógico a idéia de que só há processos e relações, configurando um *relacionismo* que ele pretendeu fosse a formulação mais correta da dialética. Por conseguinte, não há objetos, não há isso que chamamos coisas. A mente humana organiza os processos e relações através de conceitos, que também devem ser fluidos como os próprios processos e relações. Sendo assim, não adianta fazer classificações, que pertencem ao âmbito da lógica formal. O que importa é a apreensão do acontecer, do conjuntural.” Jacob Gorender, op. cit. p. 261. Em uma resenha relativamente recente, Sérgio Henriques comenta sobre a tendência básica do pensamento filosófico caiopradiano e refere-se à crítica de Gorender acima exposta: “De uma certa maneira, esta ortodoxia é até mais visível em Caio Prado, cujos livros de viagens aos países do socialismo real estão longe de assinalar algum distanciamento crítico - e isso mesmo quando as insuficiências do ‘socialismo de Estado’ já eram tematizadas publicamente desde o XX Congresso do partido soviético, e outros partidos do próprio campo comunista pesquisavam ‘vias nacionais e democráticas’ ao socialismo, como era o caso, em especial, do partido italiano. Estas novas pesquisas, às quais Caio Prado, salvo erro, jamais se refere, tinham impacto real em setores minoritários do grupo dirigente, setores nos quais circulam, por vezes, nomes altamente significativos, como, por exemplo, Togliatti. Também parece difícil apontar nas diferentes obras de Caio Prado sobre a teoria do conhecimento qualquer ‘desvio’ maior em relação à ortodoxia comunista predominante: pela linguagem e pelas categorias usadas, só com uma poderosa lente de aumento se poderia ver nesta obra filosófica - como o faz Jacob Gorender - infiltrações idealistas próprias do neopositivismo lógico.” Sérgio Henriques, “Caio Prado Jr. e o PCB: Encontros e Desencontros”, 2001, site Gramsci e o Brasil, <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv161.htm>.

Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo noções muito próximas dos conceitos de *revolução passiva e via prussiana*.

Encontramos críticas não decisivas no texto de Novais e nenhuma ponderação crítica no artigo de Ianni. O primeiro aponta para o fato de que o historiador paulista inseriria corretamente a colonização do Brasil no contexto da empresa comercial européia, mas por outro lado teria esquecido de enquadrar este comércio no contexto mais amplo da acumulação primitiva de capital e da transição do feudalismo para o capitalismo.²⁷ Ainda para Novais, o pensamento político caiopradiano, apesar de inspirar-se amplamente na obra historiográfica, possui algumas incongruências com essa base teórica, principalmente no que se refere à questão do nacionalismo; a postura nacionalista de Caio Prado Jr., demonstrada principalmente em seus artigos na *Revista Brasiliense*, não se coadunaria com sua reflexão sobre o capitalismo brasileiro.

A atitude pouco crítica de Ianni, sociólogo conhecido por ter posições tão sofisticadas quanto contundentes, parece ser mais movida pela consciência da conjuntura difícil vivida pelo marxismo no momento em que escrevia do que pela não percepção de alguns problemas na obra caiopradiana. O sociólogo escreveu o seu artigo em 1989, um momento no qual se radicalizava o discurso antimarxista no Brasil e no mundo e, portanto, parece ter imaginado ser mais produtivo sublinhar os méritos de Caio Prado Jr. do que ressaltar seus deslizes teóricos e insuficiências.

Mesmo Gorender, um dos mais contundentes críticos da obra caiopradiana entre os que militaram nas hostes do PCB e não se distanciaram radicalmente do seu legado, procura afirmar a superioridade da perspectiva do historiador em relação às visões de Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Gorender chega a explicitar que a sua própria concepção da sociedade colonial consistiria essencialmente num aprofundamento das questões levantadas pelo historiador paulista. As críticas do autor de *O Escravismo Colonial*,²⁸ pelo menos no artigo em análise, prendem-se a temas laterais, como a suposta debilidade dos textos filosóficos de Caio Prado Jr. e às presumidas insuficiências de sua teoria sobre o campesinato brasileiro.

1.1.2. A Crítica Contundente

²⁷ Aproveitaremos este importante questionamento de Novais quando analisamos, mais adiante, a contribuição do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* para a interpretação caiopradiana do Brasil.

²⁸ Cf. Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*. SP: Ática, 1978.

A tese de Jayro Gonçalves Melo, *O Nacional em Caio Prado Júnior*, e o artigo de José Barreiro, “A Memória do Trabalho”,²⁹ podem ser tomados como trabalhos típicos da terceira tendência de interpretação da obra caiopradiana. Nesses textos pode-se perceber uma postura anti-historicista e antipositivista, preocupada em criticar tanto o marxismo que reivindica a herança hegeliana quanto aquele marxismo próximo das internacionais comunistas do século XX. J. G. Melo inspira-se em Cornelius Castoriadis, Claude Lefort e Marilena Chauí para afirmar que o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* imaginaria a processualidade da formação social brasileira de uma maneira teleológica, como um processo inevitável de amadurecimento de uma totalidade orgânica previamente estabelecido por uma espécie de consciência a-histórica. A revolução brasileira, que pressuporia uma etapa preparatória de integração nacional, surge como o fim lógico e inevitável de toda a história do capitalismo no país. Partindo desses pressupostos, ainda segundo J. G. Melo, Caio Prado Jr. chegaria à idéia de que tanto o passado quanto o futuro seriam plenamente racionalizáveis e cognoscíveis, o que implicaria em uma epistemologia dura, crente em essências e na possibilidade da reprodução da lógica imanente do real.

Para J.G. Melo esta base teórica caiopradiana explicaria porque o historiador paulista permanece mais preocupado em revelar aquilo que poderia unir a “nação brasileira” do que em sublinhar os antagonismos inconciliáveis entre as classes. O politicismo e o racismo dos historiadores liberais, como Adolfo de Varnhagen e João Capistrano de Abreu, seriam superados através do materialismo dialético e do conceito de cultura, contudo noções burguesas importantes seriam preservadas na historiografia caiopradiana, tais como, as idéias de nação, progresso, cultura brasileira, índole nacional e prevalência do Estado sobre a sociedade civil.

J. C. Barreiros, por sua vez, além de fazer observações críticas muito parecidas às elaboradas por J. G. Melo, procura sublinhar principalmente as conseqüências da *démarche* metodológica caiopradiana na reflexão sobre as populações oprimidas no interior da sociedade colonial e no Brasil contemporâneo. Para J. C. Barreiros a necessidade de explicar macros aspectos da formação social brasileira teria feito com que o autor de *Evolução Política do Brasil* acabasse não levando até as últimas conseqüências a sua preocupação pioneira de revelar a presença dos oprimidos na história do país. Assim, por exemplo, as várias lutas populares do

²⁹ Cf. José Carlos Barreiros, "A Memória do Trabalho". In M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. SP: Brasiliense, 1989; e Jairo Gonçalves Melo, "A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira". In M. A D’Incao (org), *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. SP: Brasiliense, 1989.

período colonial são desdenhadas como insurreições inconseqüentes de uma “massa amorfa” sem capacidade de movimentos políticos orgânicos, enquanto os arcabouços culturais de camponeses e escravos são considerados inferiores a partir de padrões da cultura branca e cristã da Europa.

Esta corrente crítica percebe como falsos problemas algumas questões que são essenciais para as outras duas tendências de interpretação. Ianni, Novais, Coutinho e Gorender estão preocupados com uma explicação global do Brasil e com a relação entre o socialismo e os problemas da modernidade inconclusa no país. Melo e Barreiros não valorizam uma perspectiva teórica que leva em conta a idéia de totalidade e de explicação global e unívoca da história, bem como questionam todos os valores iluministas que estão incrustados nos conceitos clássicos de revolução socialista e modernidade. Por isso elogiam muito pouco a abordagem caiopradiana e procuram ressaltar o que acreditam ser seus aspectos mais frágeis. Para esses autores, o alegado reformismo de Caio Prado Jr. surge como resultado lógico de seu socialismo impregnado de noções hegelianas, positivistas e liberais, e não de uma conclusão política equivocada a partir de uma teoria historiográfica sustentável.

1.2. Pontos mais Relevantes da Bibliografia

Há muitos trabalhos importantes na bibliografia que consultamos. Existem vários artigos relevantes abarcando um variado leque de temas relativos ao pensamento de Caio Prado Jr, principalmente, mas não de modo exclusivo, aqueles textos inseridos no livro *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. Já destacamos os quatro artigos analisados acima, contudo existem várias outras contribuições indispensáveis, as quais tanto levantam novas hipóteses como abrem verdadeiras trilhas de pesquisa.

Os textos mais extensos também são em sua maioria de boa qualidade. Paulo Henrique Martinez, por exemplo, procurou refletir com a precisão de historiador apaixonado pelas fontes primárias sobre a fase inicial da produção teórica de Caio Prado Jr., definida como o período que vai dos seus textos na Faculdade de Direito até os artigos que expressam o programa da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Paulo Iumatti, por sua vez, expôs de maneira criativa os diários caiopradianos do pós-Segunda Guerra, concentrando-se, portanto, no período marcado pela luta em torno da reorganização do PCB e da determinação de sua linha política naquela conjuntura. Os dois autores abriram uma via muito importante relativa às relações entre a vida de Caio Prado

Jr. e o seu pensamento. Esses dois trabalhos tornaram o historiador mais corpóreo; o personagem ganhou um endereço, nervos e coração sem deixar de ser essencialmente um teórico e um militante político.

Raimundo Santos, pesquisador com coragem bastante para tocar na ferida que é a história da relação entre Caio Prado Jr. e o seu partido, estudou os textos caiopradianos publicados na *Revista Brasiliense* e nos órgãos de imprensa do PCB procurando identificar as identidades e as diferenças entre o historiador e o partido no qual militou durante toda vida. Com essa iniciativa construiu os alicerces de uma ponte entre duas das interpretações da trajetória intelectual caiopradiana: aquela ligada à USP e aquela própria dos antigos militantes do PCB.

Entre aqueles autores que trataram em textos extensos de questões mais gerais da obra caiopradiana, gostaríamos de destacar Bernardo Ricupero, Márcia R. Vitoriano, Jayro Gonçalves Melo, Elisabete de Pádua e, principalmente, Rubem Murilo Leão Rêgo. Esses pesquisadores escreveram dissertações, teses ou livros sobre temas transversais do pensamento caiopradiano ou referentes às principais dimensões desse arcabouço teórico e, conseqüentemente, fizeram apreciações gerais dessa interpretação da formação social brasileira ou pelo menos de seus aspectos mais importantes. Raimundo Santos também pode ser incluído neste grupo, na medida em que a sua abordagem sobre determinado momento histórico da obra caiopradiana coincide com um corte transversal, ou seja, com o tratamento da ciência política em Caio Prado Jr. Por sua vez, Bernardo Ricupero teve o mérito de reconstituir o chão histórico da obra caiopradiana, preparando o terreno para outros aprofundamentos nessa direção e deixando mais informados os pesquisadores da interioridade dos textos caiopradianos. É sobre essa interioridade dos textos de Caio Prado Jr. que trabalha Rubem Murilo Leão Rêgo e estabelece um marco fundamental: expõe a essência do sistema de idéias caiopradiano sem que nenhuma afirmação ou eleição de temas fique sem respaldo nas afirmações do historiador. Acaba constituindo uma bússola indispensável para que os novos ou os experientes pesquisadores aproximem-se com maior eficiência da propositura teórica e do sentimento caiopradiano do Brasil.

Podemos concluir do balanço bibliográfico que a reflexão desenvolvida nos últimos anos sobre a obra de Caio Prado Jr. possui expressiva qualidade, tem envolvido nomes e instituições de relevo da ciência brasileira e já alcançou resultados significativos. O conjunto formado pelos artigos, dissertações, teses e livros demonstra que a pesquisa e a discussão sobre o tema já constituíram um alicerce básico a partir do qual se pode chegar, caso o esforço nesse sentido não

arrefeça, a patamares mais rigorosos e originais no tratamento analítico da obra caiopradiana. É verdade, entretanto, que existem lacunas que necessitam ser superadas na constituição de uma sólida teia de pesquisas em torno do pensamento do historiador paulista. Podemos citar como exemplos a inexistência de uma biografia sistemática de Caio Prado Jr., bem como a falta de uma periodização mais sistemática da sua trajetória intelectual. Como já aludimos na Introdução, procuraremos contribuir para o fortalecimento dessa área de pesquisa propondo a análise das singularidades dos principais livros caiopradianos e, secundariamente, construindo um esboço de periodização e de delimitação temática.

Capítulo II

2. Cronologia e Objetos do Pensamento Caiopradiano

Neste capítulo apresentaremos uma periodização do pensamento de Caio Prado Jr. e delinearemos uma proposta de classificação dos seus principais temas. Devido às dificuldades inerentes a essas tarefas, determinadas pela complexidade do corpo teórico em foco e das conjunturas históricas nas quais este foi elaborado, é preciso sublinhar que a periodização e a classificação expostas, mesmo sendo frutos de pesquisa detida, não têm a pretensão de ser mais do que instrumentos exploratórios e justificam-se principalmente como um chamado à discussão da problemática.

2.1. Períodos do Pensamento Caiopradiano

Nascido em 1907, no interior da grande burguesia paulistana, Caio Prado Jr. envergará um liberalismo cada vez mais jacobino até desiludir-se com os resultados da Revolução de 1930 e aderir, no ano de 1931, ao PCB.³⁰ Na fase inicial do acolhimento da perspectiva marxista, que corresponde à primeira metade dos anos trinta, suas principais publicações foram *Evolução Política do Brasil* (1933) e *U.R.S.S, um Novo Mundo* (1934), além de um importante conjunto de artigos sobre o programa da Aliança Nacional Libertadora (1935). Pode-se considerar o período que se estende da entrada na faculdade de Direito até a publicação dos artigos relativos ao programa da ANL como o primeiro momento da vida intelectual do historiador. Pode-se dizer, portanto, que estes foram os seus “anos de aprendizagem”.

³⁰ Ainda não foi escrita uma biografia de Caio Prado Jr. Isto se configura como uma séria lacuna científica, na medida em que o desconhecimento de fatos básicos da vida de um pensador limita a compreensão de aspectos importantes de sua obra. Em alguns livros e artigos dedicados ao pensamento caiopradiano há aportes biográficos; entre essas contribuições destacam-se os capítulos I e III da tese de Paulo Henrique Martinez; o livro e a tese de Paulo Iumati, centrado na atuação de Caio Prado Jr. na conjuntura do pós-Segunda Guerra e no seu papel de editor; e os depoimentos de Heitor Ferreira Lima, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Danda Prado, Maria Cecília Naclério Homem e Jayme Wanderley Gasparoto contidos no livro *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* Neste volume também existe uma boa cronologia da vida e da obra de Caio Prado Jr. preparada por Elisabete M. de Pádua. O endereço eletrônico da editora Brasiliense (www.editorabrasiliense.com.br) apresenta a cronologia mais detalhada sobre a vida do historiador. Cf. Paulo Henrique Martinez. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928/35)*. Tese: FLCH (USP). Paulo Iumati, *Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. SP, Editora Brasiliense, 1998 e *Caio Prado Jr, Historiador e Editor (1907-1945)*. SP, 2001, Tese, USP; e Maria Ângela D’Incao. *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* S P, Editora Brasiliense-Editora Unesp, 1989.

O momento liberal de Caio Prado Jr. desenrola-se principalmente no interior do ambiente burguês de São Paulo; contudo este espaço social não imunizava os seus integrantes, naquele momento histórico, de sofrer influências ideológicas díspares. No mundo intelectual paulistano da época destacavam-se a Faculdade de Direito, os resultados da Semana de Arte Moderna, os partidos políticos, o nascente movimento operário, a nova etapa da modernização da imprensa e o questionamento da tradição do pensamento social brasileiro que perpassava essas instituições. A Revolução de 1930, a Revolução Soviética, a presença do PCB, a nova etapa da reflexão sobre o Brasil e os impasses singulares do capitalismo no país serão os principais elementos que conformarão as possibilidades de desenvolvimento da perspectiva teórica da qual Caio Prado Jr. torna-se um dos mais destacados representantes. O pensamento do historiador será delineado a partir da síntese dessa conjuntura de seus anos de formação com aquela que existirá na década de quarenta, marcada pelos resultados sociais, políticos e culturais da chamada *industrialização restringida*.³¹

As possibilidades teóricas postas pela realidade brasileira ampliaram-se com o processo econômico, social, político e cultural que tornou possível a Revolução de 1930.³² Apesar dos

³¹ O conceito de industrialização restringida foi desenvolvido por Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello e passou a influenciar o pensamento brasileiro posterior. O conceito é explicitado por Cardoso de Mello nos seguintes termos: “Penso que em 1930 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida [...] Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento”. João Manuel Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora Brasiliense, 9a edição, 1994, p. 110. Cf. Maria da Conceição Tavares. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. RJ, 1975, Tese de livre-docência, UFRJ.

³² Essa conexão entre a conjuntura da década de trinta e o aprofundamento das interpretações do país é reconhecida por vários autores que analisaram o pensamento social brasileiro. Trata-se de uma das constatações de maior consenso nesta área de estudos. Otávio Ianni, por exemplo, em artigo no qual analisa a trajetória teórica de Caio Prado Jr., faz as seguintes observações: “Pode-se dizer que há uma contemporaneidade entre a interpretação desenvolvida por Caio Prado e as controvérsias e os dilemas com os quais a sociedade brasileira passou a defrontar-se desde décadas anteriores, e mais abertamente a partir dos anos 30. A agitação social, política e cultural, juntamente com os impasses e as crises da economia, desafiavam grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos, políticos e intelectuais. As agitações e as crises provocaram todos, suscitaram outras e novas idéias, propostas, interpretações. Para responder às controvérsias e aos desafios da época, muitos mergulharam no passado próximo e remoto. Foram às raízes do presente problemático. Alguns pensaram na modernização do país, sem deixar de levar em conta o passado, para respeitá-lo ou superá-lo. Outros procuraram revalorizar o passado, buscando nele legitimidade, lições, origens. Queriam reconstruir o presente à imagem do passado. E houve os que tomaram as controvérsias e os desafios do presente como base para pensar o futuro [...] Esse é o contexto no qual muitos se encontram, a partir da Revolução de 1930. Naturalmente de modo variável, conforme a região em que se situam, o partido ou movimento social em que se inserem, o grupo ou classe social em cuja perspectiva se colocam e o enfoque

importantes acréscimos posteriores, Caio Prado Jr. não se afastará da interpretação do Brasil que propõe neste primeiro período de sua trajetória intelectual. Os livros *Evolução Política do Brasil* (1933) e *A Revolução Brasileira* (1966), apesar das diferenças que possuem, têm a mesma essência teórica, defendem as mesmas teses centrais. Existem distinções importantes entre essas obras, que nos informam sobre o grau de maturação do historiador e das condições de cognoscibilidade postas pelo desenvolvimento capitalista do país, mas é claramente perceptível que a linha interpretativa básica mantém-se.³³

O segundo período vai do fracasso do movimento comunista de 1935, passa pela derrota política da tese caiopradiana de aliar o PCB com os liberais³⁴ contra a ditadura de Getúlio Vargas e encerra-se com a cassação de seu mandato de deputado na Assembléia Estadual Paulista (1947). No universo econômico, esse período é caracterizado pelo avanço da economia através da via da chamada *industrialização restringida*. Trata-se de um momento marcado, no plano político, pela construção e derrocada do Estado Novo no Brasil e do fascismo na Europa e no Japão, bem como pela ascensão política e pelo ostracismo imediatamente posterior dos comunistas brasileiros.³⁵

teórico que adotam. Mas é inegável que muitos são colocados diante das novas possibilidades de pensar o presente, resgatar o passado e imaginar o futuro. É o caso de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, três clássicos do pensamento social brasileiro”. Otávio Ianni. op. cit.

³³ Essa constatação é feita por vários autores que analisaram o pensamento caiopradiano. Cf. Paulo Henrique Martinez, op. cit.; Rubem Murilo Leão Rêgo. *O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. - Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. SP, Editora Unicamp, 2000, Bernardo Ricupero. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. SP, Editora 34, USP, 2000. Vejamos um exemplo dessa opinião: “Com *Evolução Política do Brasil* (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira), *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia) e *Historia Econômica do Brasil*, a interpretação materialista do Brasil ficou delineada em seus contornos principais. Os livros posteriores retomam e desenvolvem aqueles contornos, precisando aqui, alargando acolá. Esse é o caso, por exemplo, de *A Questão Agrária*, no qual se reúnem ensaios da maior importância sobre as bases agrárias dos impasses e das perspectivas da sociedade nacional. E *A Revolução Brasileira* pode ser considerada um coroamento da construção. Uma interpretação dialética que passou a ser referência constante, não só para adeptos mas também para críticos e opositores. Aliás, mesmo interpretações totalmente diversas parecem ressoar o estudo desses e outros livros. Sob vários aspectos, Caio Prado Júnior funda uma interpretação clássica da história da sociedade brasileira”. Otávio Ianni. op. cit. p.65.

³⁴ Sobre a proposta caiopradiana de unir liberais e comunistas numa única agremiação política frentista, a UDN, contra a ditadura de Getúlio Vargas, é fundamental ver Paulo Iumatti. *Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. SP, Brasiliense, 1998. Na medida em que analisa com ponderação, criatividade e espírito crítico as anotações pessoais caiopradianas sobre a conjuntura política do pós-Segunda Guerra no Brasil, o livro traz uma ótima contribuição para a compreensão da personalidade política e intelectual do historiador.

³⁵ Entre o fim da Segunda Guerra e o ano de 1947, o PCB viveu um movimento pendular: saiu de uma de suas fases de maior prestígio junto à opinião pública e os trabalhadores para um dos períodos de maior ostracismo. Esse fenômeno teria sido determinado, na opinião de Caio Prado Júnior, pelos graves erros na condução da linha política do partido, principalmente o apoio de Luís Carlos Prestes a Getúlio Vargas. Sobre esta opinião do historiador paulista, ver, por exemplo, Paulo Iumatti. op. cit.

Nesse momento de sua obra, o historiador escreve os dois livros que apresentaram de uma maneira sistemática as linhas mestras do seu pensamento sobre o país: *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*. Como já assinalamos, os textos posteriores a esses livros são muito importantes, contudo são construídos como sínteses ou desenvolvimentos da teoria delineada nessas duas obras. Isso não quer dizer que as especificidades dos outros textos e dos outros momentos devam ser negligenciadas; essas especificidades são importantes em si mesmas e até como contraprovas do significado central dos dois livros citados e do período em foco. Esta segunda etapa de sua vida intelectual deve ter um tratamento privilegiado, na medida em que representa a chave de sua perspectiva sobre a formação social brasileira. Esta constatação é um consenso entre os autores que analisaram o pensamento caiopradiano.

O terceiro período é marcado por outro momento de ilegalidade do PCB, o início da Guerra Fria, a campanha “o petróleo é nosso” e o governo constitucional de Getúlio Vargas. Nesta fase, Caio Prado Jr. aprofunda os seus estudos sobre filosofia e publica a obra *Dialética do Conhecimento* (1952), constituída por dois grossos volumes nos quais procura explicitar detalhadamente o que considerava ser o ponto de vista filosófico proposto por Karl Marx. Ainda nesse período, convencido por amigos da importância estratégica da Universidade na disputa por hegemonia, candidata-se à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP, com uma tese que seria publicada sob o título de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954). Vence o concurso, contudo é atingido por uma manobra política e burocrática que o impede de assumir o cargo.

O quarto período da trajetória caiopradiana caracteriza-se pela organização da *Revista Brasiliense* e a publicação neste órgão de debates de seus importantes artigos sobre a conjuntura política brasileira e a reforma agrária. Publica também outro livro na área da filosofia, intitulado *Introdução à Lógica Dialética* (1959) e a obra de teoria econômica *Esboços dos Fundamentos da Economia Política* (1957). As discordâncias com o PCB acentuam-se e são mais explicitadas pelo historiador e pelo partido; Luiz Carlos Prestes chegará a definir a *Revista Brasiliense* como contra-revolucionária. É um período marcado pela reflexão política e pela preocupação diante da estratégia de luta pelo poder escolhida pela esquerda brasileira. No plano da política nacional, esta fase inicia-se com o suicídio de Getúlio Vargas e encerra-se com o golpe militar de 1964; é época marcada por um embate decisivo entre projetos nacionais diferentes e pela explicitação científica dessas propostas. Na esfera econômica, o Plano de Metas do governo JK aprofunda a

desnacionalização da indústria, ou seja, ocorre uma nova etapa de sedimentação do sentido colonial do capitalismo brasileiro.

O quinto período será caracterizado pela ditadura militar, a efetivação do chamado *milagre econômico*, a luta da esquerda em favor da redemocratização do país e o falecimento do autor, no ano de 1990. A principal publicação dessa fase é sem dúvida o livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, no qual o historiador ataca duramente a teoria consagrada pelo PCB e critica também os grupos políticos que tinham projetos esquerdistas. Mas há também a publicação de outros textos relevantes, alguns deles negligenciados pela crítica: *O Mundo do Socialismo* (1967); *História e Desenvolvimento* (1968); *O Estruturalismo de Lévi-Strauss / O Marxismo de Louis Althusser* (1971) e *O que é Filosofia?* (1981). Como já afirmamos na Introdução, é neste momento que a perspectiva caiopradiana sobre o desenvolvimento brasileiro torna-se hegemônica no interior da esquerda nacional.

2.2. Blocos Temáticos do Pensamento Caiopradiano

Em linhas gerais, no que se refere aos seus temas, a obra de Caio Prado Jr. pode ser dividida da seguinte maneira: 1) os trabalhos que possuem a história do Brasil como objeto, que são os livros *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*; 2) os livros sobre a União Soviética: *URSS, um Novo Mundo* e *O Mundo do Socialismo*; 3) a reflexão filosófica, que é composta pelos livros *Dialética do Conhecimento*, *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, *O que é Filosofia?* e *O que é Liberdade?*, além dos artigos “O Estruturalismo de Lévi-Strauss” e “O Marxismo de Louis Althusser”; 4) a tematização econômica, essencialmente nos livros *Esboços dos Fundamentos da Economia Política*, *História e Desenvolvimento*, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* e nos vários artigos publicados na *Revista Brasiliense*; 5) a reflexão sobre a questão agrária brasileira, apresentada nos artigos sobre o tema na *Revista Brasiliense*, depois publicados em livro intitulado *A Questão Agrária no Brasil*; e 6) a reflexão política, que compreende os artigos sobre conjuntura na *Revista Brasiliense* e as teses para os congressos do PCB.

A delimitação que estamos propondo aproxima-se das classificações não sistemáticas apresentada pelos autores que se ocuparam do pensamento caiopradiano. As principais diferenças encontram-se no fato de que procuramos delimitar com mais sistematicidade cada período da

trajetória caiopradiana, bem como na peculiaridade de consideramos *História Econômica do Brasil* como um livro muito mais próximo de *Formação do Brasil Contemporâneo* do que dos livros que tratam claramente de temas econômicos. A nossa opinião procura justificar-se no fato de que *Formação do Brasil Contemporâneo* tem sua continuação em *História Econômica do Brasil*, isto é, nesse último livro o historiador prossegue a análise sistemática da história brasileira, com o mesmo método, abarcando os períodos mais recentes e mantendo o foco nas mesmas dimensões que privilegiara na primeira obra. Pensamos que apenas uma atitude que se apegue exageradamente a aspectos exteriores e secundários do livro pode considerar essa obra como tendo um conteúdo mais próximo de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* e de *História e Desenvolvimento*. Quando tratarmos dos dois livros mais adiante, apresentaremos mais argumentos para sustentar essa hipótese.

Capítulo III

3. Livro Fundador

3.1. *Evolução Política do Brasil*

Na primeira metade dos anos trinta, Caio Prado Jr. estudou a perspectiva marxista com afinco e dando particular atenção para os textos clássicos que constituíam o lastro teórico do movimento comunista. Como no Brasil ainda não se publicavam livros desta corrente teórica,³⁶ K. Marx, F. Engels, Lênin, K. Kautsky e outros autores foram lidos em francês, inglês ou espanhol, em edições importadas da Europa.³⁷ No mesmo período, o historiador também aprofunda sua leitura sobre a história colonial brasileira e os períodos da Regência e do Império, organizando o material de pesquisa com base em sua interpretação do materialismo histórico. Surge desse estudo, em 1933, o livro *Evolução Política do Brasil*, que é reconhecido por vários intelectuais como a primeira grande contribuição marxista para o estudo da formação social brasileira.³⁸

Em consonância com os nossos objetivos, analisaremos *Evolução Política do Brasil* com particular atenção para o seu significado científico e o seu lugar no conjunto da interpretação caiopradiana do Brasil. A estratégia narrativa será baseada na apresentação das partes mais significativas do livro, seguida de uma apreciação da totalidade da obra e da identificação de suas conexões com outros textos caiopradianos. Essa postura narrativa também será seguida na análise das outras obras do historiador e buscará os mesmos objetivos expostos aqui e na Introdução.

³⁶ Ver, por exemplo, Edgard Carone. *O Marxismo no Brasil (Das origens a 1964)*. RJ, Editora Dois Pontos, 1996; Vamiren Chacon. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1981; Leandro Konder. *A Derrota da Dialética*. RJ: Editora Campus, 1982; Evaristo de Moraes Filho. “A Proto-história do Marxismo no Brasil”. in João Quartim de Moraes (org), *História do Marxismo no Brasil*. vol 1. RJ: Editora Paz e Terra, 1991.

³⁷ Essa importação está documentada na correspondência do historiador, como o demonstrou o já citado texto de Martinez. Cf. Paulo Henrique Martinez, op. cit.

³⁸ Alguns autores tinham engendrado outras tentativas relevantes, mas nenhuma delas teve a qualidade, a capacidade de influenciar outros pensadores e a perenidade de clássico que possui este livro caiopradiano. Entre os escritos anteriores, o principal destaque é o livro *Agrarismo e Industrialismo*, de Otávio Brandão, surgido em 1926, numa edição argentina que o autor assinou com o pseudônimo de Fritz Mayer. Sempre foi muito difícil encontrar exemplares dessa obra e sua apreciação geralmente não tem sido feita a partir de sua leitura efetiva, mas através da indicação dos poucos que a leram. A obra já se tornou objeto de dissertação de mestrado e de artigo e está para ser reeditada este ano.

O prefácio do livro é muito relevante pelo fato de conter afirmações metodológicas decisivas, apesar de breves. Mesmo demonstrando humildade intelectual,³⁹ postura típica de Caio Prado Jr. durante toda a vida, o autor propõe uma revolução na historiografia brasileira por meio do acolhimento do materialismo histórico e da perspectiva das classes trabalhadoras. Critica a historiografia do evento singular e postula uma abordagem analítica que assuma as noções de totalidade, conflito, processo e outras categorias dialéticas. Sublinha que apenas Oliveira Viana, a quem reprova os preconceitos e as adulterações grosseiras de fatos, teria avançado no sentido de uma historiografia científica,⁴⁰ e cita Rocha Pombo como um exemplo de uma historiografia meramente factual e comprometida com a glorificação dos heróis da classe dominante. Essa referência a Oliveira Viana, localizado no pólo ideológico e político oposto ao do historiador paulista, é tanto uma das manifestações da conhecida honestidade intelectual de Caio Prado Jr. como a expressão do prestígio do autor de *O Ocaso do Império* naquele momento da história intelectual brasileira.⁴¹

³⁹ “Isto que o leitor vai ler não é uma História do Brasil. Como o indica o próprio título, é um simples ensaio. Procurei tão-somente dar a síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa. [...] Daí os defeitos que serão encontrados e que sou o primeiro a reconhecer. Como pensei apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestra em torno da qual se agrupam estes fatos, fui obrigado a uma seleção rigorosa que excluísse tudo quanto não fosse absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto. Isto me levaria por vezes, estou seguro, a desprezar circunstância cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista - de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores”. Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 16ª edição, 1988, p.7.

⁴⁰ “Todos esses inconvenientes evidentemente não existiriam se se tratasse de uma história e não de uma síntese. Mas por dois motivos preferi esta última. Em primeiro lugar, para fazer a história completa – o que pretendo algum dia tentar - seria necessário material que está em grande parte ainda por constituir-se. Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior.1 [...] (1) Excetuo tão-somente Oliveira Viana, que foi o primeiro, e o único até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social do passado. A sua obra, contudo – afora a inexatidão que nela se observa e que chega por vezes a grosseiras adulterações dos fatos – está ainda em seus primeiros passos”. Idem, EPB, p.8.

⁴¹ “Segundo Capistrano de Abreu, Oliveira Viana grassava ao final da década de 20. Seu livro e estréia, *Populações meridionais*, tinha tido êxito e crítica quase unânime. Os livros seguintes, embora sem a mesma repercussão, tinham consolidado a fama do arredo fluminense. O coro dos elogios vinham de vários quadrantes ideológicos: de Agripino Grieco, Tristão de Ataíde e Taunay, assim como de Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão. Vinham também, surpreendentemente, de Monteiro Lobato, que publicou, desde 1917, na *Revista do Brasil*, vários capítulos de *Populações meridionais* e, em 1920, o próprio livro. Lobato – que sob muitos aspectos poderia ser considerado um antípoda de Oliveira Viana – dizia de seu editado que era “o grande orientador de que o país precisava.”1 [...] (1) Citado em Torres (1956:62) [...] As críticas de Astrogildo Pereira, de Pereira da Silva e de raros outros não lhe chegavam a abalar o prestígio.2 [...] 2. A crítica de Astrogildo Pereira (1979), publicada pela primeira vez em 1929, deu o tom de muitas das críticas posteriores. Centrava-se em *Populações meridionais* e denunciava o viés de classe dominante do autor. Batista Pereira (1931), publicou originalmente sua crítica em 1927 no *Jornal do Comércio*. [...] Seu alvo era ‘O idealismo da Constituição’ e focalizava especialmente o caráter arbitrário de muitas afirmações de Oliveira Viana. [...] A década de 30 foi ainda mais generosa com Oliveira Viana. Logo após a revolução, de que

Na seguinte passagem do prefácio, há uma referência explícita ao materialismo histórico e ao seu caráter de novidade quase absoluta na historiografia brasileira: “Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores.” O autor também demonstra estar consciente de seu pioneirismo na valorização das revoltas populares da época da Regência como objetos científicos e como iniciativas políticas dignas de admiração. Critica Rocha Pombo e Joaquim Nabuco por expressarem uma perspectiva preconceituosa em relação a essas revoltas do povo. Apesar disso, a apreciação relativa a Nabuco é matizada pela afirmação de que o pensador estava bem próximo de uma perspectiva adequada sobre estes movimentos, mas não teria conseguido superar as principais limitações epistemológicas devido à sua preocupação de valorizar a figura do Duque de Caxias.⁴² Essa referência explícita a Joaquim Nabuco é muito importante para a nossa análise na medida em que demonstra o detalhado conhecimento que Caio Prado Jr. tinha da obra deste pensador social pernambucano que muito o influenciou.

Viana não participou, o interventor no estado do Rio de Janeiro, Ari Parreiras, lhe pediu pareceres e quis nomeá-lo prefeito de Saquarema, EM 1932 foi nomeado para a consultoria jurídica do Ministério do Trabalho, onde se tornou o principal formulador da política sindical e social do governo até 1940. Juarez Távora lhe pediu em 1933 um programa para os tenentes. O Partido Econômico também quis sua colaboração intelectual. Sua visibilidade se reduziu um pouco, pois grande parte do trabalho era de gabinete e o que publicava era de natureza especializada. Mas a influência política chegou ao auge. Oliveira Viana estava nos céus. [...] A década de 40 já apresentou situação menos favorável. A saída do ministério e a entrada para o tribunal de Contas lhe permitiram voltar aos trabalhos sociológicos. Mas a grande obra da década, Instituições políticas brasileiras, só foi publicada em 1949. O livro teve êxito, mas já não havia o entusiasmo de antes. Oliveira Viana ficara marcado pela participação no governo Vargas, pelo apoio à ditadura de 1937. Nos meios intelectuais de esquerda surgia a reação à sua obra que só faria crescer após sua morte em 1951. O regime militar agravou a reação, pois, para muitos, sua ideologia fundava-se na visão de Brasil e na proposta política do sociólogo fluminense, pois, para muitos, sua ideologia fundava-se na visão do Brasil e na proposta política do sociólogo fluminense. Xingar Oliveira Viana tornou-se, então, um dos esportes prediletos dos intelectuais de esquerda ou mesmo liberais. Os rótulos acumularam-se: racista, elitista, estatista, corporativista, colonizado, nas críticas mais analíticas; reacionário, quando a emoção tomava conta do crítico. Oliveira Viana foi mandado aos infernos”. José Murilo de Carvalho. ‘A Utopia de Oliveira Viana’. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.7, 1991, p. 82-99.

⁴² “[...] A Cabanada do Pará (1833-36), a Balaiada do Maranhão (1838-41) e a Revolta Praieira de 1948 em Pernambuco – que são as principais revoluções populares da época – não passam, para a generalidade dos nossos historiadores, de fatos sem maior significação social, e que exprimem apenas a explosão de ‘bestiais’ sentimentos e paixões das massas. Isto principalmente com relação às duas primeiras. É característico notar que Rocha Pombo, escrevendo uma alentada história em dez grossos volumes, tenha dedicado à primeira apenas uma simples nota, e à segunda, umas poucas páginas em que se limita a discorrer sobre fatos militares – e isto ainda apenas para glorificar os feitos do herói Caxias. [...] A revolta praieira mereceu de Joaquim Nabuco uma análise mais séria. 2 Mas, ainda aqui, o que está em foco é uma questão de ordem pessoal. O que Nabuco que é justificar ou, pelo menos, destacar a atuação de seus pai, que foi juiz dos rebeldes e seu mais encarniçado adversário. [...] 2 Joaquim Nabuco, Um Estadista no Império, I. [...] Mas o que Nabuco não fez em relação à Revolta Praieira – e com maior razão não se fez com relação às demais revoltadas que citamos, é situá-las numa história, mostrá-las não como fatos comuns e isolados, mas como frutos que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência”. Idem, EPB, p.9.

Outro aspecto relevante deste primeiro momento do livro é a exposição de uma nova proposta de periodização da história colonial brasileira. Surge uma clivagem que Caio Prado Jr. usará em outras obras e marcará a historiografia nacional posterior: trata-se da periodização que concebe a vinda da família real e a Independência como elementos intimamente conectados de um momento que divide duas épocas. Nesta proposta inovadora, o autor afirma que o fim da Guerra do Açúcar (expulsão dos holandeses do Nordeste) marcará o término de um período e o início de um outro ciclo do Sistema Colonial; sistema que acabaria justamente em 1808-22, com a vinda da família real e o processo de Independência. Nesse contexto, surge também a idéia inovadora de que o processo de Independência estendeu-se desde a vinda da família real até a coroação de D. Pedro II.⁴³ Essa nova periodização determinou que o historiador estudasse com atenção os vários conflitos sociais, econômicos, culturais e políticos desse período, os quais sempre foram negligenciados pelos analistas anteriores.

O prefácio consiste em um verdadeiro manifesto com o objetivo de contribuir para modificar as interpretações sobre o país e, em conseqüência, auxiliar na sua transformação. Existe, inclusive, menção clara à urgência das tarefas políticas postas pela conjuntura, que se caracterizava pelos efeitos da Revolução de 1930 e a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932.⁴⁴ O historiador se expressa nas seguintes palavras: “Nestas condições,⁴⁵

⁴³ “Uma última palavra sobre a divisão que adotei, da história brasileira. Dividi a história colonial em dois períodos: o primeiro se estende da descoberta até o final das guerras holandesas (meados do século XVII); o segundo, daí até a vinda de D. João VI em 1808. Não insisto sobre esta divisão porque o leitor encontrará no texto sua justificação. [...] Quanto à revolução da Independência, dei-lhe uma amplitude maior que a geralmente adotada. Assim procedi porque quis abranger com ela todos os fatos que diretamente a ela se filiam. O período que vai da chegada de D. João à instituição do Império (1808-1822) é um período preparatório. O seguinte, até a revolta de 7 de abril de 1831, da transição: não há quem não reconheça o 7 de abril um complemento do 7 de setembro. A Menoridade é a fase de ebulição, em que as diferentes classes e grupos sociais se disputam a direção do novo estado nacional brasileiro. No primeiro decênio do Segundo Reinado declinam estas agitações e se define o caráter político oficial, a feição política definitiva do Império. Como se vê, a nossa história política destes quarenta anos gira em torno da revolução da Independência, e, assim, deve ser estudada sob esta mesma epígrafe geral”. Ibidem.

⁴⁴ É relevante lembrar que o livro foi escrito em São Paulo de 1932-33, ou seja, em pleno período de mobilização em torno da revolta paulista contra o poder central.

⁴⁵ Isto é, em circunstância nas quais não se podia contar com monografias sobre o tema abordando de modo mais analítico e menos factual os aspectos particulares mais significativos da história brasileira. Nas Palavras do autor: [...] “Em primeiro lugar, para fazer a história completa – o que pretendo algum dia tentar – seria necessário material que está em grande parte ainda por constituir-se. Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior. 1 [...]” Idem, EPB, p.p. 7-8.

seria preciso um tempo considerável para apresentar uma história completa. E isto o momento não comporta.”⁴⁶

Os capítulos I e II (Colônia: Caráter Geral da Colonização Brasileira; Colônia: Novas Condições Econômicas) estendem-se da página 11 até a página 44. Nessas trinta e três páginas há toda uma teoria sobre a formação social brasileira, na qual ganham destaque os aspectos econômicos e políticos, mas não estão excluídas outras dimensões. A reflexão contém teses sobre a colonização, o relacionamento desse processo com a forma particular que tomou a sociedade colonial, os reflexos políticos desta configuração e também sobre a dinâmica desse conjunto de elementos. Trata-se de uma deliberada tentativa de construir uma explicação materialista e dialética do processo de formação da sociedade brasileira. Explicação que se choca diretamente com a perspectiva positivista então dominante na historiografia nacional. Diante dessa proposta tão inovadora e audaciosa para aquele momento histórico, acreditamos que é fundamental, na análise de *Evolução Política do Brasil*, a reflexão sobre até que ponto o autor conseguiu o seu intento de construir uma teoria materialista e dialética sobre os dois primeiros grandes períodos da história brasileira (Colônia e Império) que são tratados no livro.

O autor tem o mérito de abordar de uma maneira flexível a relação entre subjetividade e objetividade, bem como entre liberdade e necessidade. Assim, por exemplo, a colonização do Brasil surge como um “problema” para os portugueses, diante do qual o pequeno reino lusitano tem algumas “alternativas”, mesmo que essas estejam limitadas pela objetividade do meio natural e das formações sociais existentes. Desse modo, a implementação das capitânicas hereditárias, por exemplo, surge como uma escolha entre outras escolhas possíveis; o historiador chega a citar com algum pormenor os planos alternativos de colonização apresentados por nobres lusitanos e que foram rejeitados pela Coroa de Portugal.⁴⁷

⁴⁶ Idem, EPB, p. 8.

⁴⁷ “A colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução. Com uma população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar, pouco lhe sobrava, em gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral. [...] Não era e não podia o pequeno reino lusitano ser uma potência colonizadora à feição da antiga Grécia. O surto marítimo que enche sua história no século XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição.[...] Subitamente, em meio caminho desta vasta empresa comercial, depara-se Portugal com um território imenso, parcialmente habitado por tribos nômades ainda na idade da pedra. Que fazer com ele? ‘Pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito’, escreve o célebre Vespucci, referindo-se à terra descoberta por Cabral. A solução acertada, portanto, para um povo de comerciantes, era naturalmente o abandono. E assim se procedeu.[...] Mas, assim abandonada não poderia a nova conquista permanecer livre das incursões de aventureiros estranhos. [...] Isso não convinha a Portugal. Se a terra era pobre, ditava-lhe contudo a previdência uma atitude menos imprudente.

Vista por um olhar educado pelo conhecimento posterior, desenvolvido inclusive com a grande ajuda desta e de outras obras de Caio Prado Jr., esta parte do livro também contém alguns problemas, insuficiências e equívocos.⁴⁸ Como a análise que propomos não tem intenção de blindar o autor e sua obra, tornando-os inacessíveis e inquestionáveis, é preciso tratar com detalhes desses e de outros problemas teóricos. Pode-se notar, por exemplo, que a caracterização da base social do Estado absolutista português é pouco sistemática e contém significativas imprecisões. A burguesia portuguesa aparece como a classe hegemônica no Estado, pelo menos a partir da ascensão da Casa de Avis.⁴⁹ Já se sabe que essa tese não se coaduna com os fatos empíricos. Outro problema reside no fato de que os portugueses são vistos como um povo comercial,⁵⁰ quando se descobriu que a dinâmica de sua economia naquela quadra histórica continuava a concentrar-se em uma agricultura essencialmente feudal, como ocorria com os outros povos europeus nessa fase de transição do feudalismo para o capitalismo.

O equívoco caiopradiano sobre a pretensa hegemonia da burguesia no Estado absolutista português reproduz, na verdade, um erro de K. Marx e F. Engels sobre as bases sociais do absolutismo europeu. Segundo Perry Anderson, em obra clássica sobre o tema:

Alguma coisa indicava àqueles comerciantes o perigo de se desprezar uma conquista de tamanho vulto, fosse embora para guardá-la como reserva para um futuro mais ou menos remoto.[...] Cogitou-se então da única forma de defesa: a colonização. Já então alguns projetos tinham sido apresentados. Partira um deles de Cristóvão Jacques, comandante da armada guarda-costas que em 1526 percorrera o litoral brasileiro, expurgando-a de traficantes intrusos. Também se apresentaria um tal João Melo de Câmara. A nenhum deles atendeu a Coroa. Seus planos eram de maior envergadura. Urgia não apenas formar um outro núcleo, mas colonizar simultaneamente todo o extenso litoral. Era esta a condição necessária para uma eficiente defesa. [...] Resolveu-se o problema com a criação das capitânias hereditárias, repetindo-se em larga escala o processo adotado anos antes na colonização dos Açores e da Madeira”. Idem, EPB, p.p. 11-13.

⁴⁸ Como já procuramos esclarecer na Introdução, buscaremos analisar os problemas teóricos encontrados na obra caiopradiana com particular atenção para evitar o anacronismo e levando em conta a noção metodológica da regência do objeto no processo de construção do conhecimento.

⁴⁹ “O surto marítimo que enche sua história do século XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição. A ascensão do fundador da Casa de Avis ao trono português trouxe esta burguesia para um primeiro plano. Fora ela quem, para se livrar da ameaça castelhana e do poder da nobreza, representado pela rainha Leonor de Teles, cingira o Mestre Avis com a Coroa lusitana. Ela era, portanto, quem devia merecer do novo rei o melhor suas usas atenções”. Idem, EPB, p. 11.

⁵⁰ “Subitamente, em meio caminho desta vasta empresa comercial, depara-se Portugal com um território imenso, parcialmente habitado por tribos nômades ainda na idade da pedra. Que fazer com ele? ‘Pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito’, escreve o célebre Vespucci, referindo-se à terra descoberta por Cabral. A solução acertada, portanto, para um povo de comerciantes, era naturalmente o abandono. E assim se procedeu.[...] Isso não convinha a Portugal. Se a terra era pobre, ditava-lhe contudo a providência uma atitude menos imprudente. Alguma coisa indicava àqueles comerciantes o perigo de se desprezar uma conquista de tamanho vulto, fosse embora para guardá-la como reserva para um futuro mais ou menos remoto.” Idem, EPB, p.12 e 13.

A controvérsia sobre a natureza histórica destas monarquias tem persistido desde que Engels, numa máxima famosa, declarou-as produto de um equilíbrio de classe entre a antiga nobreza feudal e a nova burguesia urbana: ‘Excepcionalmente, contudo, há períodos em que as classes em luta se equilibram (Gleichgewicht halten), de tal modo, que o poder de Estado, pretendo mediador, adquire momentaneamente um certo grau de autonomia em relação a elas. Assim aconteceu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio (gegeneinander balanciert) (entre a nobreza e a classe dos burgueses).’² [...] 2. ‘The Origin of the Family, Private Property and the State’, em Marx e Engels, Selected Works, Londres, 1968, p.588; Marx-Engels, Werke, vol.21, p.167. [...] As múltiplas qualificações desta passagem indicam um certo mal-estar conceitual por parte de Engels. Mas um exame cuidadoso das sucessivas formulações, tanto de Marx como de Engels, revela que uma concepção similar do absolutismo foi, com efeito, um tema relativamente consistente em sua obra. [...] Na verdade, a classificação do absolutismo como um mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia desliza, com frequência, para a sua designação implícita ou explícita fundamentalmente como um tipo de Estado burguês enquanto tal. Tal deslizamento é evidente sobretudo no próprio Manifesto Comunista, onde o papel político da burguesia ‘no período das manufaturas’ é caracterizado, de um só fôlego, como ‘contrapeso’ (Gegengewicht) da nobreza, na monarquia semifeudal ou na absoluta, pedra angular (Hauptgrundlage) das grandes monarquias em geral. A sugestiva transição de ‘contrapeso’ para ‘pedra angular’ tem eco em outros textos.⁵¹

O equívoco, com importantes conseqüências teóricas e práticas, foi reconhecido pelos historiadores marxistas no início da década de cinquenta do século XX. O novo consenso existente no interior desta corrente teórica sobre a questão pode ser resumido na seguinte passagem do brilhante historiador inglês Christopher Hill, citado por Perry Anderson:

A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia dos Estados medievais que a precedera; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas formas de dominação da burguesia.⁸ [...] 8. Christopher Hill, ‘Comentário’ (sobre a transição do feudalismo ao capitalismo), *Science and Society*, XVII, n. 4, outono de 1953.⁵²

A cronologia do apontado equívoco dos fundadores do marxismo, da sua repetição por Caio Prado Jr. e de sua superação pelos marxistas da década de cinquenta do século passado coincide com o paulatino amadurecimento do Estado moderno. Ou seja, somente foi possível entender, pelo menos de um ponto de vista marxista, as bases do Estado absolutista, que dependia da compreensão do relacionamento entre burguesia e máquina estatal na época da acumulação primitiva, quando no pós-Segunda Guerra as grandes democracias ocidentais amadureceram

⁵¹ Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, editora brasiliense, segunda edição, 1989, p.p. 15 e 16.

⁵² Anderson, op., cit., p.p. 15 e 16. Apud: Christopher Hill, “Comentário” (sobre a transição do feudalismo ao capitalismo), *Science and Society*, XVII, n. 4, outono de 1953.

suficientemente para tornarem evidentes as principais dimensões da hegemonia burguesa sobre o Estado moderno. Caio Prado Jr. escreveu *Evolução Política do Brasil* cinquenta anos após o falecimento de K. Marx, ou seja, pôde analisar cinquenta anos de desenvolvimento do Estado moderno que o fundador do marxismo sequer pôde ver, contudo é importante lembrar que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por graves involuções políticas e culturais, o que neutralizou a vantagem de Caio Prado Jr. sobre o filósofo alemão.

A reflexão caiopradiana sobre o fracasso das capitâneas hereditárias, um tema célebre na historiografia tradicional, é sucinta e também expressa alguns problemas quando comparada com o conhecimento posterior relativo ao tema. Apesar de o quadro teórico ser bastante aceitável, percebe-se que faltam algumas mediações e alguns nexos causais propostos são, em nossa perspectiva, equivocados. Por exemplo, o autor afirma que a vastidão do território de cada capitania teria sido um dos principais obstáculos à colonização, já que os relativamente poucos capitais destinados a esse processo dissolviam-se diante de um espaço natural tão amplo.⁵³ Parece-nos que a explicação seria mais adequada se o autor sublinhasse a insuficiência dos capitais sem a relacionar com a amplitude do território. Essa amplitude não poderia ser um obstáculo em si; apenas seria um problema se relacionada, por exemplo, com a distância em relação aos portos e com as possibilidades de autonomia da mão-de-obra.⁵⁴

Diferente do caminho proposto pelo autor, quando se refere às ilhas marítimas de colonização portuguesa, seria importante expor os casos das ilhas dos Açores e da Madeira de um modo mais concreto antes de contrapô-los ao caso brasileiro. Seria decisivo analisar se os capitais que migraram para essas ilhas teriam sido maiores, já que a empresa era menos temerária devido

⁵³ “Resolveu-se o problema com a criação das capitâneas hereditárias, repetindo-se em larga escala o processo adotado anos antes na colonização dos Açores e da Madeira. Entregando à iniciativa privada a solução do caso, forrava-se a Coroa portuguesa do ônus, que dificilmente suportaria, da ocupação efetiva da terra por conta própria. Seria o mesmo processo adotado quase um século depois pela Inglaterra nas suas colônias da América do Norte. Mas o sucesso foi lá apreciável, nada, ou quase nada, se obteve no Brasil. A diferença era notável. Também nas ilhas a enfeudação do território deu magníficos resultados. Um fator concorreu, contudo, decisivamente para determinar efeitos opostos no Brasil: a vastidão do território. Nenhuma empresa particular poderia arar com o ônus de tão vasto empreendimento como o de tornar efetiva a ocupação de dezenas de léguas de costa. O que se deu em todas ou quase todas as capitâneas foi a dissipação imediata da totalidade dos capitais destinados à colonização e conseqüente impossibilidade do seu prosseguimento.” Idem, EPB, p. 13.

⁵⁴ A relação da amplitude da natureza não apropriada pelo homem nas colônias com a disponibilidade de mão-de-obra para empreendimentos capitalistas é objeto de clássica análise de Marx. Caio Prado Jr. retomará a abordagem marxiana para explicar como a vastidão das terras disponíveis no Brasil da época colonial impunha a escravização da mão-de-obra para qualquer empreendimento que fosse voltado para o mercado mundial de gêneros tropicais. Cf. O Capital. Crítica da Economia Política. Vols. I, II, III, IV, V. (col. Os economistas). SP, Nova Cultural, 1988.

à proximidade com a Europa. Por outro lado também deveria ter analisado com atenção o tipo de empreendedor que vinha para o Brasil nos primeiros tempos. O historiador talvez pudesse ter percebido que parte significativa dos indivíduos que assumiu as capitâneas era composta de arrivistas ou de quem se encontrava em declínio financeiro e social. Teria sido esclarecedor ter sublinhado que a construção de uma capitania era aventura deveras arriscada, e que tendia a ser assumida por quem tinha necessidade imperiosa de êxito e, ao mesmo tempo, possuía recursos limitados para tal. Isto é, o historiador talvez necessitasse ter desenvolvido um pouco mais o seu raciocínio. Porém o que parece movê-lo nesse contexto é o desejo de evitar ao máximo deter-se nos temas da historiografia brasileira tradicional, entre os quais se destacava o debate sobre as causas do fracasso do sistema de capitâneas hereditárias.

Essas insuficiências do texto caiopradiano podem estar associadas ao fato de que o desvelamento pleno do sistema colonial necessitava de um maior desenvolvimento do processo de universalização das relações capitalista. O aprofundamento da perspectiva caiopradiana sobre o assunto, que mesmo assim não supera a base das insuficiências que apontamos, ocorre nos anos quarenta, durante a Segunda Guerra, principalmente no Livro *Formação do Brasil Contemporâneo*; os trabalhos científicos brasileiros mais avançados sobre a questão surgem nos anos setenta e no final do século passado, que são marcados pela intensificação inaudita do chamado processo de globalização.⁵⁵

Ainda na parte inicial do livro em foco, o autor expõe pela primeira vez sua célebre contestação da tese de que teria havido feudalismo no Brasil.⁵⁶ Admite que houve a tentativa de implantar algo próximo ao feudalismo por meio do sistema de capitâneas hereditárias; contudo, em sua perspectiva, essa tentativa fracassou completamente em poucos anos. A decadência de quase todas as capitâneas teria demonstrado a inadequação do feudalismo às circunstâncias históricas da colônia. Este fracasso imediato explicaria porque o sistema feudal não teria deixado marcas nos posteriores momentos da formação social brasileira. Caio Prado Jr. afirma ainda que,

⁵⁵ Cf. Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. SP: Hucitec, 1979; e Luís Filipe Alencastro. *Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. SP, Companhia da Letras, 2000.

⁵⁶ No livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, trinta e seis anos após a publicação de *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Jr. reafirma mais uma vez a sua tese contrária a existência do feudalismo no país seguintes termos: “Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. [...] 1. Não é preciso insistir em que as capitâneas hereditárias nas quais se dividiu o território brasileiro no início da colonização, e que tinham formalmente um estatuto jurídico inspirado em modelos feudais, nada têm de comum com o assunto que tratamos aqui.” Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*. SP, Brasiliense, 1978, p. 39.

a partir de 1549, com a implantação do Governo Geral, as capitanias começaram a ser resgatadas pela Coroa portuguesa e as doações passaram a ser feitas em termos de sesmarias, já sem nenhum aspecto feudal.⁵⁷ A propriedade dessas sesmarias era alodial, plena, desde que o proprietário fizesse a terra progredir e gerar impostos. O autor sublinha que, apesar do patrimonialismo típico do Estado português, os contemplados com essas porções de terra acabavam sendo os indivíduos que detinham capitais suficientes para cumprir a promessa de produzir bens exportáveis.

No item “A economia colonial”, ainda no primeiro capítulo do livro, existe uma exposição sintética de parte significativa da teoria caiopradiana sobre o Brasil Colônia. O autor sublinha a prevalência do latifúndio em todas as regiões do país, mesmo naquelas que não tinham sua produção voltada para o mercado externo e não utilizavam mão-de-obra escrava. Faz uma longa e sofisticada análise sobre as causas da fragilidade da pequena propriedade; sublinhando entre essas causas: 1) o caráter dispendioso da produção de gêneros tropicais, determinante para que estes estivessem fora do alcance do estabelecimento camponês; e 2) a inexistência de um mercado interno significativo, que era responsável pela pouca relevância do estímulo econômico para a produção camponesa de excedentes de produtos não tropicais. Em nossa perspectiva, no afã de sublinhar o papel central do latifúndio na estrutura agrária, o texto exagera sobre a fragilidade e a pouca importância social da pequena propriedade agropecuária. Mesmo levando esse limite em conta, é necessário sublinhar também que há um amplo e eficiente tratamento da trajetória da pequena propriedade, que será aprofundado em *Formação do Brasil Contemporâneo* e dará margem para as importantes reflexões posteriores engendradas por outros historiadores brasileiros.⁵⁸

⁵⁷ “O regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito direto sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas (alguns dezesseis) de terra. E mesmo estas dez léguas deviam ser separadas em várias porções. Cabia-lhes contudo um direito eminente, quase soberano, sobre todo o território da capitania, e que se expressava por vários tributos [...] Este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil. Em 1549, com a instituição do governo geral, começa o resgate pela Coroa das capitanias doadas.” Idem, EPB, p. 14.

⁵⁸ A afirmação de que Caio Prado Jr. seria um historiador preocupado com o universo da grande plantação e despreocupado com os outros setores da sociedade colonial não parece ter respaldo nos seus textos. A teoria sobre a pequena propriedade que aparece em *Evolução Política do Brasil* é uma das várias demonstrações da preocupação caiopradiana sobre o que existia fora do grande latifúndio exportador. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* é ainda maior a quantidade de temas e objetos tratados que não fazem parte do universo do latifúndio exportador; nesse livro, como procuraremos mostrar adiante, há uma espécie de enciclopédia sobre a sociedade colonial, onde os verbetes não estão identificados, mas encontram-se espalhados no texto.

Pode-se notar que neste livro o historiador ainda não expõe a sua tese que faz a famosa síntese entre latifúndio, mão-de-obra escrava e sentido exportador da produção; também não há a afirmação de que o Brasil seria um mero exportador de bens tropicais. Contudo, apesar dessas idéias não aparecerem de modo explícito, elas já estão presentes de uma maneira implícita.

O autor inicia, no próximo item do capítulo, denominado “A sociedade colonial”, a reflexão sobre a estratificação social no Brasil Colônia sublinhando a alta concentração de propriedade e de renda no período. Mostra que os senhores eram poucos e tinham um *status* social incontrastável; a outra parte da população era constituída de uma massa flutuante e deserdada, sem ocupação permanente e dependente dos poderosos.

No que se refere ao universo político, já no item seguinte, denominado “O estatuto político da colônia”, o autor procura mostrar que o poder efetivo estava nas mãos dos senhores de terras e concentrava-se institucionalmente nas Câmaras Municipais. Os comerciantes e outros segmentos não proprietários de terras estavam legalmente excluídos dessas Câmaras. Isso expressava no universo político o fato de que as cidades não tinham um volume significativo de atividades tipicamente urbanas, como o comércio e a indústria; eram na verdade concentrações de órgãos públicos e casas residenciais utilizadas pelos fazendeiros durante os períodos de festas religiosas e outros encontros sociais.

O historiador expõe exemplos contundentes do poder das Câmaras Municipais. Mostra que os funcionários e mesmo representantes da Coroa portuguesa apenas detinham nominalmente o poder. As Câmaras chegavam a aprisionar altos funcionários do Rei. Esses órgãos legislavam sobre todos os assuntos e defendiam diretamente os interesses dos senhores de engenho contra o governo português e os outros segmentos sociais. Os casos das expulsões dos jesuítas de São Vicente e do Maranhão seriam dois dos maiores exemplos do poder dessas instituições urbanas.

Há uma complexa teoria política por trás desta reflexão. Existem passagens, como a que segue, em que a inspiração nas tematizações políticas marxianas fica evidente: ⁵⁹ “Apresenta-se assim o Estado colonial, até meados do século XVII, como instrumento de classe desses proprietários”. ⁶⁰ Essa afirmação é muito parecida com a célebre – e geralmente mal traduzida –

⁵⁹Utilizamos aqui a indicação de Martinez, já referida em nota anterior, sobre a proximidade das abordagens de Caio Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* e de Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Cf. Martinez, op. cit.

⁶⁰ Idem, EPB, 31.

frase hiperbólica do Manifesto Comunista sobre o Estado como “comitê executivo” da burguesia.⁶¹ No texto caiopradiana também está presente um momento que lembra afirmações de K. Marx sobre a determinação econômica do sistema jurídico: “Na observação de um fato social não nos podemos limitar ao sistema jurídico que teoricamente o rege. A realidade objetiva é por vezes muito mais ampla, quando não contrária a ela”. Nota-se o acento materialista, ou seja, percebe-se que o historiador propõe que o sistema jurídico deva ser confrontado com sua vigência objetiva.

É curioso o uso da expressão “fato social” na passagem acima citada, que não é típica de Marx, mas como se sabe é comum em Durkheim e, no Brasil, em pensadores como Sílvio Romero e Oliveira Viana. Isso nos leva a refletir sobre a relação de Caio Prado Jr. com o positivismo dominante na cultura brasileira do início do século passado e muito presente no marxismo da Internacional Comunista do mesmo período. No livro *URSS, um Novo Mundo*, escrito na mesma época, o historiador cita como importante fonte teórica o livro *Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista*,⁶² de Bukharin, criticado, por exemplo, por Lukács e Gramsci,⁶³ por ser uma caricatura positivista do marxismo.⁶⁴ Isso, no entanto, deve ser visto sem formalismo, isto é, deve-se entender que o fato de o autor ter usado algumas expressões positivistas ou mesmo ter feito algumas afirmações tipicamente positivistas não implicam, necessariamente, em que tenha utilizado esse método nos seus livros sobre o Brasil. A partir da leitura que fizemos de sua obra, não percebemos qualquer relação essencial

⁶¹Em recente edição do *Manifesto Comunista*, que tem tradução de José Paulo Netto, a tradicional frase “apenas um comitê executivo da burguesia” é substituída pela frase “o Poder Executivo é apenas um comitê para gerir os negócios comuns da Burguesia”. Ou seja, na tradução de Netto, a suposta simplificação exagerada dos autores do Manifesto fica restrita ao Poder Executivo. Ver: Marx e Engels. Tradução de José Paulo Netto.

⁶² Bukharin, Nicolai. *Teoria Del Materialismo Histórico*. Madri, siglo XXI, 1974.

⁶³ G. Lukács. “Tecnologia e Relaciones Sociales.” In: Bukharin, Nicolai. *Teoria Del Materialismo Histórico*. Madri, siglo XXI, 1974, p.p. 41-51. Antonio Gramsci. *Concepção Dialética da História*. RJ, Civilização Brasileira. 6ª edição, 1986, p.p. 141-2000.

⁶⁴ Em *A Revolução Brasileira*, por exemplo, o autor aponta os problemas que a atitude positivista de boa parte dos comunistas brasileiros teria causado na compreensão da realidade brasileira. O autor expressa essa idéia nos seguintes termos: “Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida. E parece ressuscitar velhas concepções obsoletas que realmente causa espanto encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo. Tem-se a impressão de estar vogando nas águas do velho Augusto Comte com sua famosa ‘lei dos três estados’, ou de um Spencer e sua concepção da passagem do homogêneo para o heterogêneo. Isso é, de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Uma tal prefixação de etapas, através de que evoluem ou devem necessariamente evoluir as sociedades humanas, faz hoje sorrir. Mas em essência os pseudomarxistas, que pretendem balizar a evolução histórica de todos os povos e países segundo modelo inspirado no que ocorreu num grupo deles, não estão muito longe mas, pelo contrário, muito próximo daquelas anacrônicas concepções.” Idem, RB, p.p. 33-34.

entre o método caiopradiano e o positivista. No máximo podemos identificar alguns momentos de evolucionismo e mesmo assim sobre temas laterais.⁶⁵

No capítulo II (A Colônia: Novas Condições Econômicas), continuando a sua reflexão sobre o período colonial, o autor demonstra que, após o momento da Guerra Holandesa, a Coroa portuguesa começa a apertar os laços do Sistema Colonial; isso ocorre no mesmo instante em que o desenvolvimento econômico do Brasil chega a um novo patamar. A situação cria fortes contradições entre interesses portugueses e brasileiros. A radicalização dos laços coloniais ocorre pelo fato de que Portugal havia perdido o seu império asiático e buscava avidamente a renda que a próspera colônia ocidental começava a proporcionar. O Sistema Colonial português passava a localizar-se principalmente no Brasil e na África, de onde eram extraídos produtos tropicais e indivíduos escravizados. A nova opressão passou a ser sentida como uma tirania no Brasil e os colonos procuraram defender seus interesses de várias maneiras. Isso é o que explica as revoltas contra as companhias privilegiadas de comércio criadas nesse período pela Coroa portuguesa. Essas companhias tinham o monopólio do comércio de importação e exportação nas principais áreas da colônia. Nessa época também surge a obrigação de que os navios provenientes do Brasil somente aportassem na Europa via Portugal. Assim, ainda segundo o Caio Prado Jr., se pode constatar que o Sistema Colonial no Brasil teve duas etapas bem demarcadas: um primeiro momento, no qual os interesses confluíam e havia relativa liberdade para a colônia, e um segundo momento, marcado por sérias divergências econômicas e políticas e pela opressão sentida como tirania pelos colonos.

A diferenciação econômica e social trouxe à luz uma burguesia comercial lusitana que procurou monopolizar o comércio com o Brasil. Essa classe social foi formada por imigrantes portugueses que não tinham capitais suficientes para serem senhores de engenho ou não viam vantagens em apostar na agricultura em um período no qual esta atividade não remunerava bem. Os grandes proprietários rurais, predominantemente brasileiros, viviam sua decadência. A atenção nacional voltava-se para a mineração. O declínio dos senhores de engenho de Olinda e o fortalecimento dos comerciantes portugueses do Recife serão as causas essenciais da Guerra dos Mascates, em 1710. Os comerciantes começaram a ter direitos políticos e os Governadores Gerais, que eram funcionários da Coroa, passaram a centralizar o poder em benefício da

⁶⁵ Essas passagens “positivistas” serão identificadas e analisadas no decorrer da presente tese.

metrópole e em detrimento das Câmaras. Esses conflitos econômicos e políticos irão radicalizar-se, gerando a ruptura completa entre os dois pólos e o fim do Sistema Colonial.⁶⁶

Pode-se notar que o autor usa as noções de processualidade, contradição e conexão íntima entre momentos de um processo. A contradição inicial vai se radicalizando até se tornar um antagonismo irreversível. É relevante observar que o historiador continua muito próximo da teoria política de K. Marx e mesmo do estilo do autor de *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, como se pode perceber na seguinte passagem: “A nossa evolução política segue, portanto, passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII”.⁶⁷

A partir do capítulo III, o autor expõe teses fundamentais sobre o universo político do Brasil colonial. No item “D. João VI no Brasil”, por exemplo, há sete páginas⁶⁸ verdadeiramente revolucionárias para a historiografia brasileira, do ponto de vista teórico e metodológico. A partir dos conflitos entre as nações e da luta entre as classes sociais, o autor propõe uma explicação da Independência do país. Mostra que a Inglaterra tinha profundas motivações econômicas e políticas ao apoiar a transferência da Corte portuguesa para os trópicos; que a Revolução do Porto possuía, entre outros intentos, o de recolonizar o Brasil; que o “partido brasileiro”, representando os proprietários de terra, conseguiu vencer os interesses portugueses e impor a Independência; e, finalmente, que as classes populares lutaram pela Independência, contudo estavam incapacitadas para efetivar um projeto nacional factível a partir do seu próprio ponto de vista.⁶⁹

⁶⁶ Idem, EPB, p.p. 33-38.

⁶⁷ Idem, EPB, p. 44.

⁶⁸ Idem, EPB, p.p.45-51.

⁶⁹ “Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chega nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classe existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos desse livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingira, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política.” Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil*. SP, Brasiliense, 1988, p.p. 50-51. Essa análise caiopradiana também tem íntima relação com a análise de Marx das revoltas operárias francesas do século XIX, isto é, também utiliza a tese do caráter incompleto da objetividade dessas das classes populares para explicar as suas limitações políticas e ideológicas. Cf. Karl Marx, *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa-Moscovo, Avante, 1984. Karl Marx. *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. in *Marx/Engels Obras Escolhidas*. Vol. I, São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.a. Karl Marx, *Guerra Civil na França*. in *Marx/Engels Obras Escolhidas*. Vol. II, São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.b.

Como já aludimos, Caio Prado Jr. propõe a tese que a Independência do Brasil iniciou-se em 1808, com a vinda da Coroa portuguesa; isso teria ocorrido na medida em que o estatuto colonial foi na prática suspenso pelo próprio regente lusitano tão logo aportou na colônia e “abriu os portos às nações amigas”. Em outros termos, as circunstâncias geopolíticas (a ocupação de Portugal pelas tropas de Napoleão e os interesses ingleses) obrigaram D. João VI a suspender o exclusivismo do comércio, que era o esteio do Sistema Colonial e, conseqüentemente, reconhecer de maneira indireta a Independência brasileira.

Toda essa reflexão sobre a Independência é consistente e inovadora; contudo, com base na historiografia posterior, devemos sublinhar que há algumas simplificações na caracterização das forças sociais e do processo político. No entanto os principais desdobramentos teóricos posteriores sobre o processo de Independência seguiram as indicações e a linha interpretativa propostas pelo historiador.⁷⁰ Há no livro momentos de reflexão extremamente sofisticada, como as análises sobre a dialética entre o processo político da Independência e as singularidades das personalidades de D. Pedro I e José Bonifácio.⁷¹

O período de consolidação da Independência brasileira e da instituição do Estado Nacional é tratado de maneira pormenorizada. Esse tratamento ocupa todo o resto do capítulo III, abarcando os itens “Organização do Estado Nacional: a Assembléia Constituinte de 1823”, “O

⁷⁰ Ver, por exemplo, COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República*. SP: Editora Unesp, 7ª edição, 1999.

⁷¹ O que impressiona nessa análise é a sofisticação com a qual Caio Prado Jr. relaciona as individualidades dos dois protagonistas políticos e a totalidade histórica na qual estão inseridos. Parte do suposto marxista (e também de outras correntes teóricas) de que os indivíduos não determinam a conjuntura histórica na qual estão submersos, mesmo quando estes são imperadores ou chefes dos principais partidos políticos, contudo não esquece de demonstrar como cada singularidade da personalidade dos indivíduos analisados facilita ou dificulta que estes liderem ou não as forças sociais e políticas em choque. Vejamos duas passagens do livro que exemplificam a abordagem caiopradiana: “Prestava-se D. Pedro admiravelmente para este papel. A sua efêmera aliança com os brasileiros não resultara senão do ódio comum, que com ele partilhava, às cortes constituintes de Portugal. Mas, realizada a Independência, desperta-se nele a natural solidariedade com os compatriotas. Além disto, estes lhe ofereciam um poder absoluto, que dados os seus pendores, não podia deixar de preferir ao papel simplesmente decorativo de soberano constitucional que lhe queriam empresar os aliados da véspera.” Idem, EPB, p. 58. “E foi a inabilidade de José Bonifácio e seus irmãos – ou sua desmedida ambição - que preparou o terreno para a reação portuguesa. Tal foi a atitude dos Andradas depois da Independência que logo fê-los perder as simpatias dos próprios partidários. No fundo, o que eles queriam era uma coisa impossível: uma quase absolutismo do imperador – por eles naturalmente exercido – equidistante de brasileiros e portugueses. Enfraquecido pela cisão que provoca a atitude dos Andradas, o partido nacional acaba finalmente por perder o controle dos negócios públicos. Quando cai José Bonifácio, quem o substitui são os absolutistas, que ascendem ao poder com o ministério de 17 de julho de 1823. Daí até a abdicação de D. Pedro são eles que dominam.” Idem, EPB, p. 60.

Primeiro Reinado”, “A Menoridade”, “A revolta dos cabanos no Pará e a regência de Feijó”, “A revolta dos balaios e a agitação praieira” e “A trajetória reacionária de 1837 a 1849”.⁷²

Caio Prado Jr. preocupa-se em demonstrar a singularidade da Independência brasileira em relação aos processos ocorridos em outros países da América Latina e aos movimentos nacionais dos países de transição clássica para o capitalismo. Desenvolve, como assinalou Carlos N. Coutinho,⁷³ uma tese muito próxima à noção de “revolução passiva” e uma tematização sobre a função particular do liberalismo em revoluções desse tipo - como foi a Independência do Brasil. Coloca que o liberalismo utilizado pelos constituintes de 1823 foi adaptado à realidade brasileira e à visão de mundo de sua classe dominante, apesar das absurdas incorreções lógicas e teóricas que essa adaptação pressupunha. Ainda segundo Caio Prado Jr., chegou-se ao absurdo de afirmar, no projeto constitucional de 1823, que “A Constituição reconhece os contratos entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção”.⁷⁴ Ou seja, o historiador sublinha que se expressa nessa sentença um liberalismo tão esdrúxulo que chega a legitimar a própria escravidão da mão-de-obra. Nesse projeto de Constituição havia ainda uma profunda xenofobia em relação aos portugueses e a aceitação do voto censitário, propostas que se chocavam frontalmente com a vertente mais democrática do liberalismo.

Seria importante pesquisar profundamente, em trabalho acadêmico específico, sobre o quanto esta reflexão caiopradiana acerca do liberalismo como “idéia fora de lugar” influenciou as abordagens posteriores do assunto e o quanto ela foi influenciada pelas perspectivas anteriores, principalmente por Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Lima Barreto. O raciocínio caiopradiano está muito próximo a uma das principais abordagens desenvolvidas posteriormente na USP, já na segunda metade do século XX, e parece constituir o principal antecedente, no campo marxista, das tematizações de Roberto Schwarz sobre o assunto.⁷⁵

No que se refere ao Primeiro Reinado, há principalmente uma reflexão sobre o movimento pendular das forças políticas.⁷⁶ D. Pedro I, após proclamar a Independência, passa a

⁷² Idem, EPB, p.p.45-89.

⁷³ Carlos Nelson Coutinho, op. cit..

⁷⁴ Idem, EPB, p. 55. Apud Projeto Constitucional de 1823.

⁷⁵ Cf. Roberto Schwarz. *Ao Vencedor, as Batatas*. SP, Duas Cidades, 1977 e *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. SP, Duas Cidades, 1990.

⁷⁶ Idem, EPB, p.p.57-64.

encaminhar-se no sentido contrário ao perceber que a classe dominante brasileira deseja conceder-lhe um papel apenas decorativo no universo político. Começa, então, a aproximar-se abertamente do partido português, que procurava meios para efetivar a recolonização do país e oferecia ao príncipe o poder quase absoluto. O jogo político é sintetizado neste movimento do príncipe e na hegemonia política do “partido português”, a partir de julho de 1823. A derrota do “partido brasileiro” liga-se também aos erros políticos de José Bonifácio e seus irmãos, os quais tentaram basear o próprio poder sobre uma aliança de forças impossível de ser efetivada.⁷⁷

Segundo o autor, o momento era de crise econômica tanto para a classe dominante quanto para as classes populares. A abertura ao mercado internacional gerara a hegemonia dos capitais ingleses em vários ramos da atividade econômica, como o comércio e determinadas operações financeiras essenciais; isso diminuiu o espaço dos capitais brasileiros e colocou em risco o estilo patriarcal de dominação econômica, política e ideológica. Essas circunstâncias econômicas difíceis e a multiplicação das necessidades sociais juntavam-se para provocar um mal-estar generalizado entre as várias camadas do povo brasileiro e da classe dominante.⁷⁸

Durante o domínio do “partido português”, a oposição brasileira dividiu-se entre o liberais conservadores e liberais revolucionários. Os últimos tinham contato com os segmentos populares e tendiam a funcionar como a faísca ideológica que fazia eclodir as revoltas dos homens livres e pobres das principais cidades. Mas este radicalismo, devido às condições objetivas de um país periférico, tinha dificuldade de transformar-se em um projeto nacional coerente, concreto e factível. A maior parte dos radicais ia, aos poucos, perdendo sua inicial combatividade e tornando-se politicamente caudatária dos liberais conservadores; desse modo, o povo via-se abandonado pela única elite ideológica capaz de traduzir os seus clamores de justiça social e democracia política.⁷⁹

Ainda segundo o historiador, a recolonização do Brasil era um projeto que se chocava com o avanço da economia e da sociedade brasileiras; a roda da história não podia ser girada para

⁷⁷ “E foi a inabilidade de José Bonifácio e seus irmãos – ou sua desmedida ambição – que preparou o terreno para a reação portuguesa. Tal foi a atitude dos Andradas depois da Independência que logo Fê-los perder as simpatias dos próprios partidários. No fundo o que eles queriam era uma coisa impossível: um quase absolutismo do imperador – por eles naturalmente exercido – equidistantes de brasileiros e portugueses. Enfraquecido pela cisão que provoca a atitude dos Andradas, o partido nacional acaba finalmente por perder o controle dos negócios.” Idem, EPB, p. 60.

⁷⁸ Idem, EPB, p.p 58-59.

⁷⁹ Idem, EPB, p. 60.

trás. Com a deposição de D. Pedro I, em 1831, acabou acontecendo a imposição de uma nova estrutura política. Esse movimento foi objetivado por várias camadas sociais brasileiras, apesar de ter sido liderado política e ideologicamente pelos representantes da classe dominante. Esse fecho particular do período da Independência trará conseqüências políticas importantes e influenciará o cenário nacional até a Maioridade de D. Pedro II.

A análise caiopradiana sobre esses acontecimentos é muito sofisticada. Um dos pontos importantes dessa *démarche* é a reflexão sobre a participação do povo brasileiro no processo da Independência. Percebe-se que o autor procura apontar para as debilidades objetivas e subjetivas das classes populares, todavia paralelamente demonstra como esse mesmo povo nem sempre cumpriu o papel passivo proposto pelas elites conservadoras, na medida em que teve momentos de ações políticas independentes (mesmo que carentes de um programa consistente) e contrárias aos planos das classes dominantes.⁸⁰

Para o historiador, a abdicação de D. Pedro I representou o início da consolidação do Estado nacional no Brasil. Os portugueses sobreviveram no partido restaurador (caramuru), mas os seus planos políticos já tinham se tornado impossíveis.⁸¹ A principal luta política passou a ocorrer entre as tendências do partido brasileiro (nativista), as quais haviam sido responsáveis pela revolta de sete de abril de 1831. A esquerda deste partido congregava atrás de si as classes médias e a população pobre livre; a direita do partido passava a representar exclusivamente os interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos.⁸²

Os democratas aproveitaram o impulso dado pelo sete de abril para reivindicar amplas reformas sociais e políticas; o apelo ganhou o país e resultou na destituição de várias autoridades e na expulsão de muitos comerciantes portugueses. A revolução toma definitivamente um caráter popular e radical, assuntando os elementos moderados. Nas palavras de Caio Prado Jr.:

⁸⁰ “A posição das classes pobres na revolução da Independência é por isso radical ao extremo. Planejava-se completas transformações sociais, e não faltaram mesmo projetos de divisão igualitária de toda a riqueza social. Mas, faltavam as condições objetivas necessárias para a realização destas reformas, e elas por isso andam mais no ar que concretizadas e em programas definidos, Vemo-las assumirem um caráter principalmente político, vago e abstrato, sem se apoiarem numa sólida base econômica e social. Eram em suma aspirações confusas, muito mais destruidoras que construtoras.” Idem, EPB, p. 59.

⁸¹ Idem, EPB, p.p. 64-65.

⁸² Idem, EPB, p. 65.

A pressão revolucionária começa nas camadas logo abaixo da classe dominante. Daí generaliza por toda massa, descendo sucessivamente de uma para outra camada inferior. Isso provoca uma contramarcha das próprias classes iniciadoras do movimento, e que de revolucionárias, sob a pressão que as arrasta para onde não querem ir, passam a reacionárias, ou pelo menos abandonam o movimento. Deixam assim à sua sorte os últimos a entrarem na luta, que por esta forma enfraquecidos, são esmagados pela reação do poder central. [...] É certo que da oposição radical do primeiro reinado, da ala esquerda do partido nacional, só participam ativamente as classes médias. Mas, quando, depois do 7 de abril, vêm para a arena da luta armada, arrastam, para servir-lhes de apoio, as camadas inferiores da população. É somente quando o extremismo revolucionário destas classes entra em ação que elas se atemorizam e fazem marcha atrás, a caminho da reação ativa ou passiva.⁸³

Para o historiador, o impulso revolucionário não irá desembocar em significativos avanços políticos devido à inconsistência, à segmentação em termos nacionais e à inadequação do programa das classes populares ao momento histórico. Em suas palavras:

Naturalmente, dada a falta de conexão entre os vários movimentos que surgem separadamente aqui e acolá, nunca se vai além da tomada do poder local. No centro a reação sempre se conserva indene, e daí a possibilidade de ela, apesar das lutas intestinas que a dividem, continuamente, se renovar e ir assim consolidando o seu poder. Para essa vitória completa da reação concorre também e principalmente a atitude revolucionária inconseqüente das camadas inferiores. De um lado está a massa escrava que representa então cerca de 50% da população brasileira. Os escravos, além de seu baixo nível intelectual – grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie de que provinha – eram divididos por profundas rivalidades tribais do seu habitat de origem; muitas vezes nem ao menos falavam o mesmo idioma. Não formam por isso uma massa coesa, e não raro vemo-los tomarem armas uns contra os outros. Por isso também representam um papel político insignificante. Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não reconhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Só com o decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra classe para si. [...] Quanto à população livre das camadas médias e inferiores, não atuavam sobre ela fatores capazes de lhe dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos.⁸⁴

O autor repete o diagnóstico já apresentado anteriormente sobre a inconsistência objetiva e política das classes populares; contudo agrega uma importante reflexão sobre os limites objetivos e subjetivos da massa de homens e mulheres escravizados que era o esteio econômico

⁸³ Idem, EPB, p. 66.

⁸⁴ Idem, EPB, p. 66-67.

do país. Percebe-se que análise baseia-se em uma utilização criativa das teorias de K. Marx e F. Engels sobre o proletariado da Roma Antiga e sobre as massas trabalhadoras não operárias do século XIX, tanto as urbanas quanto as rurais. O historiador buscar superar qualquer traço racista na explicação da ausência de protagonismo dos escravos na esfera política sem se deixar levar pelo romantismo diante do oprimido. Sublinha aspectos subjetivos, como a pluralidade lingüística e a cultura tribal, e aspectos políticos, como as rivalidades entre as várias etnias; também chama atenção para dimensões objetivas, como o isolamento dessa população no interior dos grandes domínios rurais.

A inspiração no universo marxista deste construto analítico fica ainda mais evidente pelo uso das expressões classe “em si” e “para si”, que são termos da predileção de K. Marx e F. Engels e que estes herdaram da filosofia hegeliana. Ao contrário do que pode parecer, a frase “grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie” não implica em racismo ou etnocentrismo; o autor está tão-somente sublinhando a distância entre a cultura dos indivíduos escravizados e os elementos subjetivos necessários para a sua participação numa esfera política marcada pela consolidação, mesmo que em moldes coloniais, dos padrões da modernidade. O termo “barbárie” não se refere a um juízo de valor negativo, como pode aparecer para o observador do início do século XXI; representa na realidade a utilização de uma palavra comum na época em que foi escrito o livro para designar as formações sociais que não usavam a escrita e que se organizavam por meio do comunismo primitivo.

Seguindo sua reflexão sobre o equilíbrio de forças político e as tendências da sociedade brasileira, Caio Prado Jr. sublinha que, diante do agigantar-se da onda revolucionária, a direita começa o movimento clássico de combater a esquerda através da restrição da democracia e da entrega do poder a um ditador. Executam este plano, principalmente, a “Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência” e o Padre Antônio Feijó.

O primeiro grande embate ocorre em julho de 1831, quando o povo e o exército saem às ruas para exigir da Câmara uma série de medidas democráticas. Feijó reprime o movimento e pede mais poderes para abafar a insurreição popular que eclode em todo o país. Em abril de 1832, o “partido restaurador”, agora reforçado pelos irmãos Andradas, planeja um golpe de força. O regente tenta destituir o tutor do príncipe, que é José Bonifácio, mas a Câmara recua alarmada

diante da quantidade de poder requerida por Feijó; este fica isolado e é obrigado a renunciar. Contudo a vitória não fica com os restauradores. A notoriedade de seus propósitos golpistas faz com que Câmara dissolva a “Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência” e destitua o tutor imperial, o qual seria preso e cairia no ostracismo. Isso coloca um fim definitivo nas aspirações restauradoras.⁸⁵

Caio Prado Jr. trata do sentido de todas as revoltas populares do período através da análise dos três casos que percebe como típicos.⁸⁶ A Cabanada é um caso extremo de força política revolucionária e de sucesso na tomada do poder; a Balaiada representa o extremo oposto, isto é, se caracteriza pela falta completa de organização política, pela fragilidade ideológica e pelo insucesso na conquista do poder; a Praieira expressa o maior grau de consciência possível naquelas circunstâncias; teria sido uma revolta com representantes e lideranças com alto grau de consciência política. O procedimento metodológico é idêntico ao usado por K. Marx, que é marcado, entre outros elementos, pela preocupação com o típico, o clássico e o não clássico.⁸⁷

Em nossa opinião o autor também usa a teoria marxiana sobre as revoltas operárias francesas do século XIX para explicar a Cabanada. Porém, no verdadeiro espírito dialético, o historiador irá desvelar as singularidades da revolta brasileira e não enquadrá-la em um modelo teórico de maneira rígida. Começa explicando que o Pará fora posto sobre uma influência maior da metrópole e teve comissões governativas bastante lusófilas; isso teria ocorrido mesmo no período da Independência. Houve intensas lutas contra os portugueses e somente em 1823, com o auxílio do governo central, os paraenses conseguiram formar um aparelho de Estado com maioria favorável à Independência.

⁸⁵ Idem, EPB, p.p. 69-71.

⁸⁶ A Cabanada é analisada entre as páginas 71-78. Na edição que usamos, a 16ª, há um grave erro de encadernação: o intervalo de páginas 65- 71 repete-se após a primeira página 72. Contudo, a partir da comparação com outras edições, percebemos que essa repetição não maculava a integridade do texto. Cf. Idem, EPB, p.p.71-78.

⁸⁷ Por exemplo, no prefácio de *O Capital*, Marx afirma que estudará o capitalismo inglês como um caso “típico” de desenvolvimento “clássico” do modo de produção capitalista. Nas palavras do autor: “O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica.” Karl Marx, op. cit., p.18. A diferença essencial em relação à propositura weberiana dos “tipos ideais” reside em que o “típico” para Marx precisa ser objetivo, ou seja, necessita ter uma existência real e uma expressão empírica, além de possuir de maneira bem marcada as características comuns do gênero do ente social que se deseja analisar.

Oito anos depois, voltariam a ocorrer intensas lutas entre o povo e os governantes. O Cônego Batista Campos consegue mobilizar as massas populares através de um discurso radicalmente democrático; desse modo, o sacerdote torna-se a eminência parda da Província. O cônego tinha uma ideologia dúbia, mas era efetivamente adversário da política reacionária das Regências. Lobo de Souza, o novo governador da província nomeado pelo poder central, inicia a repressão no padrão draconiano que era típico da corrente reacionária. Isso levou a animosidade popular ao extremo e foi o estopim que deflagrou a Cabanada. Sob a liderança dos irmãos Vinagre e de Vicente de Paula Lavor, o povo toma o poder e executa o governador da Província.

Nesse momento, como é clássico nas revoluções do século XIX, começa a ocorrer a debandada dos moderados para o lado da reação; é o que acontece com Batista Campos e os setores médios da população paraense. Mas isso não impede o avanço da onda revolucionária. Após tomarem o poder, os cabanos entregam o governo a Félix Antônio Clemente, figura dúbia e insegura, que se apressa a jurar fidelidade ao Imperador e a colocar em prática medidas impopulares. O povo revolta-se e executa Félix Antônio Clemente, colocando os irmãos Vinagre em seu lugar. Porém um dos irmãos passa a tomar atitudes análogas àquelas efetivadas pelo líder anterior; Francisco Vinagre chega ao cúmulo de entregar voluntariamente o poder ao governador nomeado pela Regência. Mas os cabanos conseguem reagir contra essa nova traição e voltam mais uma vez ao poder; agora proclamam a república e a independência em relação ao governo central. Apesar dessas medidas coerentes, a sua confiança já estava seriamente abalada e as dificuldades para o novo governo popular foram imensas. Após um ano, a revolta é efetivamente derrotada por uma poderosa esquadra enviada pelo governo regencial.⁸⁸

Mesmo fazendo a crônica dos erros da Cabanada, Caio Prado Jr. conclui sua análise sobre a revolta paraense com um elogio que lembra Euclides da Cunha em *Os Sertões* e K. Marx em *A Guerra Civil na França*:

Estava assim terminada a sublevação dos cabanos. É ela um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.⁸⁹

⁸⁸ Idem, EPB, p.p. 71 – 78.

⁸⁹ Idem, EPB, p.p. 77.

Podemos perceber que esta reflexão de Caio Prado Jr. sobre as revoltas populares consiste em um dos desenvolvimentos das suas teses básicas sobre o período colonial; isto é, se trata da demonstração de como a lógica geral da formação social brasileira se reproduz, em seus vários aspectos, com singularidades em cada uma das regiões e Províncias. Os problemas de uma Província afastada do centro do poder, como Pará, reproduziriam em escala menor os problemas da totalidade do país.

Ao referir-se novamente ao equilíbrio de forças nacional, o historiador sublinha que Feijó havia sido reconduzido ao poder em 1835, na onda conservadora que recrudescia. Era visto como o “homem de ferro” que deveria esmagar as revoltas populares e minimizar as liberdades democráticas. No seu segundo governo, a agitação popular e democrática era ainda maior do que antes: havia a Cabanada, a Guerra dos Farrapos, a revolta dos escravos na Bahia ⁹⁰ e um levante popular em Pernambuco.

Feijó procurou realizar novamente uma política excessivamente pessoal e isso o afasta da Câmara, órgão sempre cioso de suas prerrogativas políticas, mesmo quando dominado por uma maioria antidemocrática. O Regente não suporta as pressões e acaba renunciando, em 1836, em benefício de Pedro Araújo Lima. Paralelamente, começa a consolidar-se um forte núcleo político conservador, o qual passa a defender a mutilação do Ato Institucional, dispositivo que havia ampliado o espaço para as instituições democráticas. Este será o primeiro momento de uma ofensiva da frente reacionária que se tornará, paulatinamente, hegemônica entre 1837 e 1849. ⁹¹

Antes de abordar o período de consolidação do domínio dos reacionários, o historiador analisa a Balaiada e a Revolução Praieira. Para Caio Prado Jr., a Balaiada, que se deu entre 1833 e 1841, foi uma revolta que se iniciou com as reivindicações democráticas e nacionalistas das camadas médias da sociedade maranhense e transformou-se em um amplo movimento popular, baseado, sobretudo, nas populações sertanejas. A revolta teve alguns sucessos, mas logo entrou em declínio. Não possuía programa político, nem estratégia que unificasse todos os grupos populares envolvidos. Os revoltosos não procuram se unir aos milhares de escravos existentes no

⁹⁰ O autor não especifica, mas certamente está se referindo ao levante dos Malês, ocorrido na Bahia em 1835. Cf. João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil: História do Levante dos Malês* (1835). SP, Brasiliense, 1986.

⁹¹ Idem, EPB, p. 78.

Maranhão e acabaram se tornando bandos desorientados de jagunços chefiados por caudilhos. O Duque de Caxias aproveitou-se de todas essas debilidades e sufocou a resistência dos balaios.⁹²

Entre 1848 e 1849, ocorreu em Pernambuco o dramático episódio conhecido como Revolução Praieira. Para Caio Prado Jr. tratou-se de um movimento protagonizado pelas camadas médias e populares do Recife, organizadas em torno do jornal Diário Novo, localizado na Rua da Praia. O povo conseguiu colocar seus representantes no poder e tomar uma série de medidas contra os senhores de engenho e os comerciantes portugueses. A proposta dos praieiros de extinção do monopólio comercial dos portugueses e os violentos conflitos de rua repercutiram na Câmara; naquelas circunstâncias, as agitações tiveram como consequência o fortalecimento da tendência conservadora. Os debates parlamentares no nível nacional não impediram que o conflito se transformasse em luta armada e os praieiros foram derrotados após oporem heróica resistência às forças ligadas à ordem. Foi derrotado o programa democrático mais consistente e profundo da época.

Percebe-se que, na análise desta revolta, o autor está preocupado em demonstrar os limites do liberalismo brasileiro naquele momento histórico. Toma o movimento liberal mais democrático e consequente e mostra que mesmo esse robusto espécime tinha limites ideológicos e objetivos decisivos. Entre os limites do movimento, o autor sublinha que os praieiros não defendiam a abolição da escravidão, o que demonstraria o caráter incoerente de seu liberalismo e de sua aspiração democrática.⁹³

No capítulo final, o historiador reflete mais detidamente sobre a consolidação da onda reacionária iniciada em 1837 e concluída em 1849, além de propor uma teoria sobre o Império. Inicia afirmando que as forças reacionárias passaram a desconfiar da Regência e conseguiram efetivar um novo tipo de Estado por meio da manobra que ficou conhecida como a “Maioridade de D. Pedro II”. Estava criada a monarquia burguesa conservadora; regime que perduraria por décadas até a proclamação da República. Houve uma modificação política decisiva: a ala esquerda do liberalismo desaparece e restam tão-somente os partidos liberal e conservador, entre os quais não existiam diferenças programáticas significativas.

⁹² Idem, EPB p.p. 78-81.

⁹³ Idem, EPB, p.p. 81-86.

Esta reação conservadora irá se expressar em algumas instituições básicas e na legislação do país. A lei de 1841 centraliza o poder na cidade do Rio de Janeiro e afasta as aspirações federalistas. Pela mesma lei, cria-se o Conselho de Estado, órgão que resumia o que havia de mais reacionário no Império. A reforma eleitoral de 1846 aumentou a renda necessária para o cidadão tornar-se votante, radicalizando o caráter censitário das eleições no país. A luta fora vencida pela classe dominante. O povo sai temporariamente de cena e o conflito político do Império ocorrerá principalmente entre os segmentos da classe dos senhores de terras e escravos. Nas palavras do autor:

E assim entramos na segunda metade do século passado. As massas populares, mantidas numa sujeição completa por leis e instituições opressivas, passam para um segundo plano, substituindo pela passividade sua intensa vida política dos anos anteriores. Pôde assim a grande burguesia indígena entregar-se ao plácido usufruto de toda a nação. Daí por diante as lutas são no seu seio. É dentro dela que vamos encontrar os germes da discórdia, e será a luta destas tendências opostas de grupos burgueses que constituirá a história política da segunda metade do século passado.⁹⁴

Para Caio Prado Jr., o fim do tráfico de escravos, em 1850, é o principal fato na trajetória do Império; esse fato sintetizaria todas as problemáticas básicas da formação social brasileira naquele momento histórico. A escravidão possibilitava o latifúndio, a submissão do Brasil às potências estrangeiras, a ausência de democracia, a fragilidade do mercado interno e a pobreza da maior parte do povo; enfim, o trabalho servil era o instrumento de reprodução do atraso brasileiro e expressava esse atraso da maneira mais acabada. Desse modo, o fim do tráfico de escravos colocava amplas possibilidades e desafios para o país.⁹⁵

⁹⁴ Idem, EPB, p. 88.

⁹⁵ Podemos perceber como essa opinião de Caio Prado Jr. aproxima-se da afirmação de Nabuco sobre a centralidade da escravidão na formação social brasileira do Império. Joaquim Nabuco explicita a idéia de que a escravidão seria uma instituição básica na sociedade brasileira, que determinaria a natureza de todas as outras. Por conseqüência, o chamado movimento abolicionista seria tanto a luta pela Abolição como a pugna contra os malefícios causados pelo regime escravocrata ao desenvolvimento do país. O escravismo consistiria em todo um sistema social perverso e arcaico e não apenas a relação entre senhor e escravo na esfera econômica. Como o caráter passivo da nossa revolução burguesa determinou a sobrevivência dos problemas analisados por Nabuco em conjunturas posteriores, Caio Prado Jr. teve que reproduzir muitas das abordagens do pensador pernambucano e adaptar várias de suas teses à perspectiva marxista. Mesmo com todas as suas ambigüidades, Joaquim Nabuco consegue avançar muito na percepção da realidade brasileira e Caio Prado Jr. deve-lhe muito. Estão presentes em *O Abolicionismo*, livro que representa o ponto mais alto da produção de Nabuco, de uma maneira integrada, principalmente nos capítulos XIII, XIV e XV, as teses relativas ao caráter cíclico da economia brasileira, à ação destrutiva da nossa agricultura sobre a natureza e à incapacidade do universo econômico constituir uma sociedade integrada e estável. O autor sublinha inclusive o isolamento econômico dos latifúndios e a sufocação da pequena propriedade rural. Está ausente apenas, em relação a Caio Prado Jr., a questão do sentido exportador da economia brasileira, mas isso talvez esteja implícito na noção de ciclos econômicos instáveis baseados em um único produto. Assim como Caio Prado Jr., Joaquim

A necessidade de um constante crescimento do mercado internacional para os produtos e capitais ingleses contribuiu muito para o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. Os produtos tropicais brasileiros custavam menos do que aqueles das colônias inglesas, que não podiam mais contar com o trabalho servil para baixar os seus custos. Essas circunstâncias fizeram da luta contra o tráfico de escravos uma das principais preocupações do governo e do Parlamento britânicos. A Inglaterra estava disposta a ir até a guerra total para impor o fim do comércio de seres humanos da África para o Brasil. Após muitas medidas protetórias por parte do governo e do Parlamento brasileiros, e sob duras ameaças de guerra emitidas pela Inglaterra, votou-se a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, que determinava medidas duras e efetivas para por fim ao tráfico de escravos para o Brasil.⁹⁶

Segundo o autor, essa lei de proibição do tráfico representaria um divisor de águas na história do Império e da formação social brasileira. O capital antes gasto com escravos refluirá para outras atividades e, junto de outros fatores, provocará um grande surto de modernização na economia do país. Esse crescimento econômico teve relação com o desenvolvimento endógeno da sociedade brasileira e com a expansão do capitalismo mundial.⁹⁷

A partir deste ponto do capítulo analisado, o raciocínio do historiador paulista pode ser acusado de surgir impreciso, ou seja, de sua reflexão sobre a economia do Império aparecer de maneira impressionista, sem que as mediações sejam explicitadas com rigor e a hierarquia das causalidades seja definida com clareza; fenômenos que não ocorreriam no tratamento dado a outros assuntos neste mesmo capítulo. A tematização do autor é importante e muito inovadora para a época. A ausência de uma maior concreção sobre a economia daquele momento histórico deve ser explicada pelo caráter ensaístico do texto e pela ausência de pesquisas monográficas anteriores que servissem de apoio. Como veremos adiante, essas insuficiências teóricas sobre a economia do Império serão superadas, em grande medida, no livro *História Econômica do Brasil*.

Nabuco procura mostrar a influência da escravidão nas principais instituições brasileiras. Sublinha que o escravismo inibe o desenvolvimento da burguesia e da classe operária (os dois protagonistas da modernidade); demonstra que o sistema escravocrata debilita social e economicamente a própria classe dominante brasileira; e aponta os prejuízos do escravismo para a unidade nacional, o patriotismo, o sistema de educação, a opinião pública, o jornalismo, a Igreja, a administração pública e o sistema político (procura mostrar que esse sistema era uma fachada para o governo pessoal do Imperador). Cf. Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. SP: Publifolha, 2000; Marcos Aurélio Nogueira, *As Desventuras do Liberalismo no Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1984.

⁹⁶ Idem, EPB p.p. 90-93.

⁹⁷ Idem, EPB, p.p. 90.

O autor mostra também que coexistiram o desenvolvimento de interesses progressistas e as forças contrárias à modernização da economia e da sociedade. Os senhores de escravos, por exemplo, somente viam o prejuízo e a insegurança que o fim do tráfico poderia lhes trazer. Os interesses progressistas estavam mais ligados aos detentores dos capitais móveis, enquanto os interesses reacionários estavam assentados na grande lavoura. Com o passar do tempo, as forças mais reacionárias vão perdendo terreno, até que são completamente derrotados no momento da Abolição.

A política do Império, em sua última fase, caracteriza-se pelo contínuo avanço das novas correntes políticas em detrimento das antigas. As disputas pelo poder, a partir de 1865, são travadas principalmente em torno da questão do trabalho servil. Este sistema de trabalho já era o principal impedimento do avanço do país. Tratava-se de um sistema que se tornara improdutivo nas novas circunstâncias e afugentava a imigração, na medida em que degradava o trabalhador livre que aceitasse laborar ao lado do escravo.

O número de proprietários de escravos diminuía, já que somente a grande lavoura conseguia pagar o alto custo da mão-de-obra importada das Províncias mais pobres do Império. Isso explica porque as províncias mais decadentes, pertencentes principalmente à falida região Nordeste, tiveram mais facilidade de lidar de maneira progressista com a alforria e com o movimento abolicionista. O sul do país foi o último reduto dos escravocratas e da escravidão. Somente quando o resto do Brasil era todo abolicionista e o aumento do número de trabalhadores era urgente, os grandes proprietários sulistas desistiram do regime servil. A Abolição, nas palavras de Caio Prado Jr., “Nasce das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e por efeito disto, do acúmulo de interesses opostos à escravidão”.⁹⁸

Após esta viagem pelo interior de *Evolução Política do Brasil*, podemos fazer uma análise sintética da obra, buscando colocar o foco sobre a sua qualidade científica e seu lugar no interior da perspectiva caiopradiana relativa ao Brasil. Acreditamos, acompanhando a maioria dos pesquisadores do pensamento nacional sobre o país, que este livro de Caio Prado Jr. é um clássico do pensamento social brasileiro. Isso se justifica pelo fato de que esta obra funda a perspectiva marxista sobre a formação social brasileira e, por outro lado, contribui decisivamente

⁹⁸ Idem, EPB, p.p. 99.

para a superação de uma abordagem positivista muito limitada até então majoritária, a qual não produzira um sistema consistente de proposições teóricas e limitava-se, com poucas exceções, a descrever os fatos empíricos.

Isso não quer dizer que todas as análises anteriores sejam descartáveis e que não houve autores de outras tendências teóricas que tenham contribuído para o avanço da explicação do Brasil antes de Caio Prado Jr. Figuras como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana tinham contribuído muito para estabelecer uma explicação mais moderna sobre o país. Porém a ciência que usaram era aquela vigente no século XIX. A alta qualidade da aplicação do marxismo em *Evolução Política do Brasil* faz com que o autor abra um amplo horizonte e ponha grandes desafios para as outras perspectivas teóricas existentes no país, na medida em que possibilita uma muito fértil explicação do Brasil, difícil de ser contornada e muito coerente com o padrão científico que seria estabelecido no século XX.

Há no livro a apresentação de uma teoria inovadora sobre o sentido da sociedade colonial brasileira e sobre o período imperial, teoria que será desenvolvida em *Formação do Brasil Contemporâneo*, *História Econômica do Brasil* e outros livros caiopradianos. Podemos perceber que já aparecem teses básicas que reaparecerão no famoso capítulo “Sentido da Colonização”: a tese sobre a importância central do latifúndio escravocrata na formação social brasileira e a idéia de que o Brasil Colônia deve ser entendido no contexto da expansão comercial portuguesa. Essa reflexão inovadora sobre a lógica essencial da sociedade brasileira será utilizada como base para a proposição de férteis teses para a análise do universo político, principalmente no que se refere ao processo da Independência, às revoltas populares do período regencial e à construção das instituições governamentais do Império.

É notório que a reflexão caiopradiana sobre a lógica estrutural da sociedade do Brasil Colônia, completada pelos seus desenvolvimentos posteriores, teve e tem um impacto decisivo no pensamento social brasileiro. Pode-se afirmar algo parecido sobre a abordagem das revoltas populares, do processo de Independência e da base política do Império, bem como da reflexão sobre a centralidade da questão da abolição do tráfico na segunda metade do século XIX. É consenso que essas teses tiveram um grande impacto, porém ainda resta dimensionar esse impacto de maneira mais detida. Assim, por exemplo, ainda não sabemos quais as diferenças principais na recepção dessas teses entre marxistas e não marxistas, e mesmo as diferenças de

recepção entre as distintas correntes de discípulos de K. Marx. Em nossa opinião, que acompanha o consenso em torno da obra, deve-se considerar o livro *Evolução Política do Brasil* o clássico fundador do marxismo no país, um dos mais influentes clássicos fundadores do moderno pensamento brasileiro e a primeira exposição da essência do pensamento caiopradiano sobre a formação social brasileira.

Capítulo IV

4. Livros Soviéticos

4.1. URSS, *um Novo Mundo*

Após uma viagem à União Soviética, em 1933, Caio Prado Jr. viu-se instado a proferir palestras sobre a revolução socialista para a intelectualidade paulistana da época, ávida das últimas novidades provenientes da Europa. Diante dos repetidos convites, o historiador decidiu colocar as palestras no papel e publicou, em 1934, o segundo livro de sua carreira, intitula *URSS, um Novo Mundo*.⁹⁹ O título já demonstra que o texto é uma verdadeira profissão de fé no caminho russo para o desenvolvimento e o socialismo.

No primeiro item do capítulo inicial, o historiador procura justificar o regime soviético com os argumentos típicos do movimento comunista da década de trinta. Justifica o uso da violência pelo governo soviético por tratar-se de um regime revolucionário. Sublinha a grande participação política do povo e o seu alto grau de consciência, apontando o trabalho voluntário como uma das provas disso. A ditadura seria exercida contra os inimigos do proletariado e de modo algum contra esta classe social. No item “Estrutura Política da URSS”, por exemplo, o autor explica a origem, a natureza e o funcionamento dos soviets. Descreve a unidade entre os poderes Executivo e Legislativo e aponta a rede de soviets como a grande expressão da democracia revolucionária e popular. Pode-se perceber que há pouca coisa de original nesses argumentos quando os comparamos às idéias expressas por outros autores marxistas da época; surpreendentemente, esses argumentos voltarão, em sua maior parte, na década de sessenta, no livro caiopradiano intitulado *O Mundo do Socialismo*.

No item “O Partido Comunista da URSS” são explicitadas outras teses muito freqüentes nos partidos comunistas e entre a intelectualidade revolucionária da época. O historiador afirma que não existiria uma ditadura do partido sobre o povo. Este partido não se identificaria com o Estado, apesar de seus membros ocuparem os principais cargos públicos; esta identidade entre partido e Estado ocorreria somente porque o primeiro congregaria os quadros políticos mais qualificados. A unicidade partidária é justificada pelo fato de que a existência de outro partido

⁹⁹ Cf. Caio Prado Jr., *URSS, Um Novo Mundo*. SP: Editora Companhia Nacional, 1934.

implicaria na presença de um ente contra-revolucionário, coisa que nem o regime democrático burguês permitiria.

O autor argumenta que o recrutamento para o Partido Comunista seria democrático e cuidadoso. Todos poderiam opinar sobre o ingresso de um indivíduo nesta organização. O candidato passaria por um período de observação bastante rigoroso antes de ser definitivamente aceito. A entrada no partido teria a capacidade de modificar o indivíduo completamente; este passaria a esposar uma ética revolucionária. O historiador chega a explicitar a sua grande admiração pela férrea disciplina partidária. Disciplina à qual o próprio autor se submeteu, até certo ponto, quando por décadas atuou nas fileiras do PCB. A seguinte passagem do texto é emblemática da opinião caiopradiana sobre o tema:

Os membros do Partido Comunista são todos, sem exceção, militantes ativos que consagram grande parte de sua vida à atividade política. São indivíduos que de corpo e alma entregam-se ao partido a que pertencem. Um chefe comunista tinha por hábito fazer a todos os candidatos a membros do partido que se apresentavam, a seguinte pergunta, que define muito bem a posição de um comunista militante: ‘Estás preparado para por a coleira da disciplina bolchevista? Senão é melhor esperar, pois entrando para o partido, subordina tua vontade e tua vida pessoal à vontade e à sorte de todo o partido’. Eis aí o que se espera de um membro do partido comunista.¹⁰⁰

Em nossa perspectiva, aí está a definição da atitude do próprio Caio Prado Jr. em relação ao PCB, principalmente nos seus primeiros anos de militância. Com o passar do tempo, essa atitude foi ficando mais flexível, principalmente pelo fato de que o historiador foi desenvolvendo uma convicção cada vez mais profunda de que as bases teóricas do PCB sobre o Brasil estavam equivocadas; entretanto o autor cultivou na maior parte de sua militância a mística da disciplina partidária típica dos militantes comunistas do século XX. É importante lembrar que o historiador vinha de uma sociedade personalista, que conjugava a negação do individualismo moderno com a negação do espaço público. Ou seja, o coletivismo hierárquico e negador da individualidade acabava sendo um caminho muito fácil para quem, como o historiador, vivia numa sociedade baseada no personalismo ibérico e no poder da família ampliada. E este trânsito foi realizado por grande parte dos marxistas brasileiros. Contudo, em determinado momento de sua militância, a atitude do historiador paulista mudará radicalmente, até chegar ao rompimento aberto com o PCB, expresso teoricamente no livro *A Revolução Brasileira*, de 1966.

¹⁰⁰ Ibidem.

No primeiro item do segundo capítulo, o autor procura negar que na União Soviética existisse um igualitarismo utópico e sectário. Após estabelecer a diferença entre socialismo e comunismo, o historiador afirma que os dirigentes soviéticos e a população tinham consciência de que estavam em um estágio inferior do socialismo e que, portanto, aceitavam as diferenças salariais entre os operários e os técnicos com educação superior, entre outras desigualdades. É relevante observar que a afirmação enfática do caráter não utópico do socialismo marxista feita pelo autor será retomada em *A Revolução Brasileira*, trinta e dois anos depois.¹⁰¹

No item “Indústria” o autor preocupa-se em demonstrar as identidades e diferenças entre a indústria soviética e a indústria capitalista. Inicia afirmando que seria falsa a idéia de que a URSS viveria imersa num “capitalismo de Estado”. As empresas estatais não seriam exceções, como nos países capitalistas, mas a regra. Toda a indústria seria de propriedade do Estado. A propriedade estatal seria a única forma de transição possível entre a propriedade privada e a propriedade comunista. O autor segue descrevendo a organização e o funcionamento da indústria soviética. Mostra que o planejamento central combinava-se com a independência das empresas e mesmo com uma série de trocas entre estas. O historiador aceita que nessas práticas haveria dimensões capitalistas, porém se apressa em afirmar que estas não seriam determinantes na lógica do sistema econômico. A principal diferença residiria no fato de que na URSS a produção seria dependente do consumo, ou seja, se daria o contrário do que seria corrente no capitalismo. Por outro lado na URSS o trabalho já teria deixado de ser uma mercadoria.

No terceiro item, o autor procura descrever e exaltar a coletivização agrícola. Mostra que o fracasso da primeira coletivização levou à NEP (Nova Política Econômica) e, na seqüência, ao retorno do capitalismo ao campo. Esse retorno fora combatido a partir de 1929; o governo soviético conseguiu, após muitos esforços, reverter bastante a situação. Formou-se, então, uma estrutura agrária dividida em três elementos: o artel, as comunas e as empresas agrícolas. O principal papel é desempenhado pela primeira, as duas últimas seriam formas de vanguarda e ainda ocupariam uma área agrícola muito menor.

¹⁰¹ Por exemplo, na seguinte passagem: “A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente - mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos.” Idem, RB, p. 19.

Na instituição agrícola predominante, o trabalho coletivo estava combinado com o labor em uma área individual, o que consistiria numa mescla entre capitalismo e socialismo. Para o autor, com o tempo o artel tenderia a transformar-se em comuna, instituição de vanguarda onde todas as atividades seriam coletivas. Em ambas as instituições a gerência seria feita pela coletividade: todos os trabalhadores opinariam e decidiriam como deveria ser feito o trabalho, respeitando, claro, o planejamento estatal. Percebe-se uma atitude particularmente apologética por parte do autor. A coletivização forçada é descrita como ato que não teria sido praticado e estimulado pelo Partido Comunista. Caio Prado Jr. também cai no erro de analisar as atitudes do campesinato em relação à economia agrária de maneira culturalista, atribuindo o seu suposto individualismo apenas à tradição.

No quarto item, o historiador descreve e analisa o comércio soviético. Mostra que havia a monopolização do comércio exterior pelo Estado. Isso se justificaria, entre outras coisas, pela necessidade de regular as trocas com o mundo capitalista. Com esse objetivo, foram abertas lojas especiais onde os preços dos produtos seriam determinados pelo padrão-ouro; isso objetivaria captar moeda estrangeira para o pagamento das importações necessárias. O comércio cotidiano estava organizado em cooperativas de consumidores, com a exceção dos armazéns nos quais se vendem os artigos mais caros e longe do racionamento governamental. O livre comércio dos produtos dos camponeses foi instituído após a sua forte reação à estatização total desta atividade. O autor apressa-se em afirmar que este recuo não representaria uma demonstração de fraqueza do regime, mas uma atitude tática.

No primeiro item do capítulo três, Caio Prado Jr. procura descrever e analisar os aspectos exteriores e cotidianos da ausência de uma rígida hierarquia social. Mostra que todos os cidadãos soviéticos seriam trabalhadores e indivíduos socialmente iguais; também não haveria hierarquias formais e homenagens desnecessárias às autoridades militares, políticas e acadêmicas. Não existiriam encenações hierárquicas na justiça ou no mundo da ciência; mesmo no exército os sinais exteriores de hierarquia seriam reduzidos ao mínimo, ao estritamente técnico.

O autor também reproduz a ideologia soviética do trabalho alienado; exalta os “heróis do trabalho” e a “ética operária do trabalho”. Naturalmente, Caio Prado Jr. está aqui muito longe de K. Marx; o filósofo alemão nunca imaginaria positividade nesse aumento da jornada de trabalho e nesse labor pretensamente voluntário. Por outro lado essa questão dá margem à reflexão sobre a

influência sofrida por Caio Prado Jr. pela ideologia da “ética do trabalho”, muito forte na São Paulo de todo o século XX. Poderíamos dizer que a influência soviética se junta à influência do ambiente paulistano para determinar essa posição de Caio Prado Jr. Mas talvez seja possível ir um pouco além na busca de mediações. Tanto a URSS quanto o Brasil viviam um processo de acumulação primitiva, no qual os dirigentes políticos tendem a desenvolver uma ideologia oficial justificadora de uma “ética do trabalho”, que procura mascarar a superexploração do trabalhador.

O segundo item é importante para percebermos a natureza do pensamento do autor sobre a emancipação da mulher e os valores familiares. O historiador mostra que, desde a revolução socialista, a família na URSS perdera o poder despótico sobre as crianças e sobre a mulher. As mulheres tornaram-se livres porque passaram a trabalhar nas mesmas atividades que os homens – o trabalho doméstico foi coletivizado e desenvolveu-se um sistema de creches. Afirma que isso foi um enorme avanço, já que a família burguesa seria responsável pela escravidão da mulher e pela consolidação dos valores individualistas. O autor lamenta que a família ainda não tenha sido abolida na URSS, mas acha que isso ocorreria nas próximas gerações. Pode-se observar que o autor está imbuído de uma visão bastante utópica sobre a “família socialista” e atribui à família burguesa algumas responsabilidades que ela de fato não possui. Podemos até dizer que o autor desenvolve uma análise esquemática sobre a relação entre capitalismo e família. Nesse campo, Caio Prado Jr. parece estar bastante influenciado por F. Engels e A. Kolontai.

No item sobre a religião, último do terceiro capítulo, o autor preocupa-se em defender o regime soviético da freqüente acusação de que perseguiria as religiões e os religiosos. Procura mostrar que existia uma campanha governamental permanente contra o espírito religioso, que usava vários métodos persuasivos, como os museus anti-religiosos, mas, ao mesmo tempo, o exercício da religião seria livre. Ou seja, não se combateria a religião com medidas repressivas, mas por meio da persuasão. Naturalmente isso implica no funcionamento dos templos, mesmo que as riquezas suntuosas das igrejas tenham sido confiscadas. Concluindo, o autor afirma que a maioria dos soviéticos já seria indiferente à religião e buscaria a ciência como principal forma de compreensão do mundo.

No primeiro item do capítulo quatro, o autor aborda os avanços e as vicissitudes do desenvolvimento da economia soviética. Deixa implícita, em nossa opinião, uma série de idéias sobre o Brasil. Desse modo nos permite perceber mais um exemplo de como determinadas

identidades objetivas entre Brasil e URSS determinaram identidades entre os comunistas das duas nações. O autor inicia subestimando o desenvolvimento industrial russo anterior à Revolução. Nisso contraria as teses de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, famoso livro de Lênin. Pode ser que Caio Prado Jr. ainda não tivesse conhecimento do conteúdo deste livro, já que sua adesão ao marxismo era bastante recente. Talvez, por outro lado, o historiador estivesse usando inconscientemente um recurso para defender as realizações soviéticas no campo econômico: diminuindo artificialmente o ponto de partida, os avanços seriam mais facilmente exaltados.

O historiador aponta os erros da indústria e do comércio soviéticos, bem como denuncia os baixos padrões de consumo, principalmente da população urbana. Nesse ponto acreditamos que a URSS é vista com os mesmos olhos com os quais o historiador enxerga o Brasil e, em consequência, o apologista torna-se um duro crítico. O historiador aponta o descompasso entre indústria de base e indústria de consumo corrente; nisso há uma implícita conexão da vivência do autor com o crônico desequilíbrio entre estes dois setores no Brasil, onde o problema tem singularidades: aqui, a indústria leve desenvolveu-se em detrimento da pesada. Há uma crítica aos baixos padrões de consumo da população soviética que lembra as críticas do autor ao baixo consumo da população brasileira; Caio Prado Jr. coloca a responsabilidade disso na produção insuficiente e na desorganização do comércio, bem como - e aí fica muito próximo da sua interpretação do Brasil - no fato de que os melhores artigos são exportados para que o país possa importar máquinas modernas e outros insumos. O historiador também dá muita importância à elevação do consumo do camponês russo, como o faz quando se refere em outros de seus textos ao homem do campo brasileiro.

Esse capítulo demonstra mais claramente como a análise caiopradiana depende tanto da realidade brasileira quanto da realidade russa. Para uma maior comprovação dessa hipótese seria fértil, em trabalho específico, comparar a perspectiva do autor com as visões de observadores situados em outras posições.¹⁰² Assim, por exemplo, um inglês ou norte-americano deveria estar mais preocupado com a questão dos direitos políticos fundamentais. É interessante observar,

¹⁰² Já existe uma tese na qual os livros de viagem à URSS de comunistas brasileiros são analisados. O relato de Caio Prado Jr. é analisado junto com os de Jorge Amado e Graciliano Ramos. SOTANA, Edvaldo Correa. *Relatos de Viagens à URSS em Tempos de Guerra Fria: uma Prática de Militantes Comunistas Brasileiros*. Assis, SP, 2003, Dissertação, UNESP. Análises sobre as visões de comunistas de outras nacionalidades sobre a URSS podem ser encontradas, por exemplo, na importante coleção História do Marxismo, organizada por Eric J. Hobsbawm. Cf. HOBBSAWM, E. J. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

nesse contexto, o pensamento de John Reed sobre o regime soviético, marcado por preocupações com as liberdades democráticas.

No item “Realizações Culturais”, o autor afirma que houve muitos avanços na cultura da URSS. O analfabetismo declinou radicalmente, a leitura tornou-se um hábito arraigado nas massas e existiria um sistema de bolsas de estudos eficiente. Esses avanços, porém, não deveriam ser comparados aos números ocidentais em termos absolutos. Por outro lado, ao contrário do que ocorreria nos países burgueses, na URSS não haveria limites para o talento intelectual e para a elevação cultural do povo.

Na conclusão, Caio Prado Jr. faz um balanço geral da experiência soviética. Afirma que o caminho bolchevista seria o único que levaria ao socialismo. Lembra as condições de atraso da Rússia, mas afirma que o plano quinquenal teria colocado uma base mínima de desenvolvimento que tornaria o socialismo possível. Por fim, sublinha que o socialismo estaria sendo construído na URSS, apesar dos andaimes um pouco deselegantes e da aparente confusão na sociedade. Antes de fazermos uma apreciação do livro e de analisarmos seu lugar no pensamento de Caio Prado Jr., bem como suas possíveis conexões com a interpretação caiopradiana do Brasil, vejamos o quanto de suas teses restava no espírito do autor três décadas depois.

4.2. *O Mundo do Socialismo*

No livro *O Mundo do Socialismo*, escrito e publicado 25 anos depois, o autor repete com outras palavras as opiniões apresentadas no seu primeiro livro sobre a realidade soviética. Isso nos faz concluir que é tarefa bastante difícil explicar a evolução das opiniões caiopradianas sobre a Revolução Soviética e a sua proposta de socialismo para o Brasil. É complexo explicar como um pensador da sua magnitude pôde passar décadas acreditando em argumentos tão frágeis sobre a URSS. O segundo livro inova apenas no tratamento da problemática que envolve a chamada “democracia burguesa” e sua superação. O autor desenvolve toda uma reflexão sobre as positivities e os limites da “democracia burguesa” e procura mostrar como a sua superação socialista pode ser realizada de maneira plena. Nessa tematização, o historiador deixa implícito que está se baseando nas tematizações marxianas, principalmente no livro *A Questão Judaica*, e em argumentos de Lênin, notadamente aqueles apresentados em *O Estado e a Revolução*.

A obra é dividida em quatro capítulos, uma introdução e uma conclusão. Os capítulos são intitulados “O Problema da Liberdade”, “O Estado Socialista”, “O Partido Comunista”, e “A Marcha para o Comunismo”. A caracterização de cada uma desses quatro temas é feita sempre nos moldes do discurso oficial da burocracia soviética. Não há qualquer crítica relevante. Assim, para Caio Prado Jr., existiria uma liberdade plena na União Soviética e no Leste Europeu em plena década de cinquenta do século XX, a participação popular nas decisões políticas e na esfera da cultura seria mais ampla do que no mundo capitalista, o Partido Comunista seria um guia lúcido e democrático, as forças produtivas estariam prestes a superar àquelas desenvolvidas pelos países capitalistas e a passagem do socialismo para o comunismo era questão de uma ou duas décadas. Seria enfadonho e desnecessário reconstituir a trama argumentativa de cada capítulo, já que o livro segue de muito perto a vulgata soviética da época e, essencialmente, repete os mesmo chavões já apresentados na obra anterior sobre o mesmo tema.

Em uma avaliação sintética dos dois livros, podemos dizer que ambos demonstram os grandes equívocos caiopradianos na reflexão sobre a realidade soviética. Ambos parecem ser escritos por outra pessoa e não pelo analista altamente crítico e consciencioso que é Caio Prado Jr. quando trata de outros objetos. Fica evidente que o autor criticava a teoria stalinista sobre os países periféricos, contudo não estendia sua crítica para a organização do Estado e da sociedade soviéticas. Contudo, a partir de um determinado momento da sua trajetória intelectual, passa a criticar pelo menos o tipo de partido político proposto por Stálin, principalmente no que se referia à gestão do conhecimento e do mérito no interior das agremiações comunistas.¹⁰³

Os dois livros, que comprovam a adesão do autor à ideologia oficial da URSS durante pelo menos a maior parte da sua vida intelectual, não possuem um papel explícito na perspectiva do autor sobre o Brasil, contudo acreditamos que é possível que existam algumas reverberações implícitas. Aparentemente, como os objetos “socialismo real” e “realidade brasileira” são bem distintos, não seria possível que a análise do primeiro implicasse em teses concretas sobre o segundo; contudo, na medida em que a abordagem da realidade do Leste Europeu tem uma implicação decisiva na visão de mundo do autor, acreditamos que ela pode ter pautado alguns aspectos relevantes da sua interpretação do Brasil. O conjunto de artigos que Caio Prado Jr. escreveu, em 1935, como programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), por exemplo,

¹⁰³ Essa crítica limitada do stalinismo pode ser encontrada em outros grandes nomes do pensamento marxista, sendo o caso de G. Lukács um dos mais paradigmáticos.

demonstram uma subestimação do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas brasileiras e das conseqüências do isolamento de uma possível revolução nacional que, em nossa opinião, tem relação com a visão caiopradiana da realidade soviética da época. A relativa subestimação caiopradiana da questão democrática e republicana no Brasil, que já foi apontada por Carlos N. Coutinho, também parece ter conexão com a perspectiva que o autor tinha sobre a “superação da democracia burguesa” no Leste Europeu. Apesar dessas evidências, temos convicção de que a demonstração dessas e de outras conexões requer um trabalho acadêmico específico, que pela sua profundidade foge ao escopo da presente tese. Explicar o limite da opinião caiopradiana sobre o chamado “socialismo real” e o stalinismo é uma das tarefas científicas mais estimulantes e deverá ser inserida numa explicação mais ampla sobre as razões do desenvolvimento do stalinismo entre a intelectualidade no século XX.

Capítulo V

5. Livros Essenciais

5.1. *Formação do Brasil Contemporâneo*

O livro *Formação do Brasil Contemporâneo* é considerado pela maior parte dos analistas como a obra mais importante de Caio Prado Jr. Nela estaria desenvolvida plenamente uma complexa e inovadora concepção sobre a sociedade colonial brasileira; concepção que com o passar dos anos viria mantendo o seu vigor e alimentando continuamente uma importante tradição teórica. Concordamos, evidentemente, com essa opinião geral; contudo acreditamos que é importante acrescentar que o veredicto quase unânime, em vários casos, vem acompanhado de uma desvalorização, implícita ou explícita, de outros livros do autor. Um dos mais injustiçados é *História Econômica do Brasil*,¹⁰⁴ obra que cumpre um papel teórico decisivo no desvelamento dos momentos históricos não alcançados por *Formação do Brasil Contemporâneo* e tem um papel muito importante na história das ciências sociais brasileiras (tem sido um dos livros mais editados da história cultural do país e texto básico dos cursos de história econômica brasileira), como fonte de explicação de períodos históricos fundamentais e de inspiração de complexos problemas teóricos que foram resolvidos posteriormente.

Na análise da contribuição de *Formação do Brasil Contemporâneo* não faremos uma abordagem tão detalhada quanto fizemos ao tratar de *Evolução Política do Brasil*. Isso se justifica pelo fato de que a exposição do conteúdo essencial (sobre o qual não há grandes polêmicas) de *Formação do Brasil Contemporâneo* já foi realizada por diversos autores¹⁰⁵ e, portanto, a repetição dessa tarefa não seria produtiva para os nossos objetivos. Desse modo, a nossa proposta é analisar a contribuição do livro para a perspectiva caiopradiana do Brasil a partir de uma abordagem daqueles momentos da obra sobre os quais não há consenso, bem como sobre aqueles

¹⁰⁴ Ver, por exemplo: Francisco Iglésias, “Um Historiador Revolucionário” in IGLÉSIAS, Francisco (org), *Caio Prado Júnior - História*. S P: Ática, 1982.

¹⁰⁵ Cf. Fernando Novais. “Caio Prado Júnior Historiador”, *Novos Estudos CEBRAP*, n.2, 1983. Rubem Murilo Leão Rego, *Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. – Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000. Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2000. Maria Ângela D’Incao (Org.), *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.*, SP, Editora Brasiliense-Editora da Unesp, 1989

em relação aos quais temos considerações críticas e, finalmente, sobre os pontos mais positivos que ainda não foram suficientemente ressaltados. Para realizarmos essas tarefas, faremos uma abordagem mais detida da “Introdução” e do famoso capítulo “Sentido da Colonização”, bem como de mais quatro capítulos (“Raças”, “Economia”, “Grande Lavoura” e “Administração”) e, posteriormente, analisaremos de maneira sintética a essência da obra e seu papel na abordagem caiopradiana do Brasil.

A “Introdução” é muito esclarecedora do ponto de vista metodológico e também no que se refere à teoria sobre a história brasileira.¹⁰⁶ O autor propõe uma nova periodização e uma nova abordagem historiográfica – trata-se de uma reafirmação mais detida da abordagem que já havia apresentado em *Evolução Política do Brasil*. Caio Prado Jr. afirma que o início do século XIX seria a fronteira entre dois períodos fundamentais: 1) o período formativo da nação brasileira; e 2) o período de sobrevivência da herança colonial na nação politicamente independente. Para o autor, a efetivação de um balanço do resultado da colonização e dos cento e cinquenta anos posteriores seria a melhor maneira de encontrar uma chave decisiva para a compreensão do passado e do futuro do país.¹⁰⁷

O Brasil de 1942 (ano da primeira edição do livro) seria o resultado da síntese entre o período colonial e os cento e cinquenta anos posteriores à Independência. As instituições coloniais sobreviveriam nos outros momentos da história ou, mais precisamente, importantes problemas da época colonial persistiriam determinando a essência das questões surgidas em momentos posteriores. A nação independente ainda traria em meados do século XX um caráter subordinado e inconsistente. Esta tendência poderia ser verificada, por exemplo, nas dificuldades encontradas pelo trabalho livre de desenvolver-se em sua plenitude, bem como no baixo padrão técnico da agricultura nacional e na tibieza do mercado interno.¹⁰⁸

O historiador paulista baseia-se nas noções de *processo* e *totalidade* para chegar a essas formulações metodológicas e teóricas. A história do Brasil surge como uma *totalidade* que tem fases distintas de maturação e momentos de continuidade e ruptura. A *totalidade* que é a época colonial amadurece e é superada pelo período do Império; o início do século XIX constitui-se num instante crítico de transição de uma etapa para a outra. Ainda utilizando a noção de

¹⁰⁶ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. SP, Publifolha, 2000, p. 1-5.

¹⁰⁷ Idem, FBC, p. 1.

¹⁰⁸ Idem, FBC, p. 2.

totalidade, o autor afirma que elementos fundamentais do primeiro período subsistiriam no segundo e até determinariam seus aspectos essenciais, isto é, o passado colonial determinaria o presente subordinado e periférico do capitalismo brasileiro. Trata-se, em nossa perspectiva, do aprofundamento da verdadeira revolução apresentada no livro anterior: o capitalismo do país é percebido na sua particularidade de sistema constituído a partir de um caminho colonial.

No contexto dos momentos metodológicos da “Introdução” e da questão das identidades e diferenças que o autor tem com outros cientistas sociais brasileiros, é importante considerarmos a questão levantada por Paulo Henrique Martinez sobre a possível proximidade da abordagem historiográfica caiopradiana com a perspectiva da Escola dos Annales.¹⁰⁹ Martinez afirma que o historiador teria sido influenciado por F. Braudel no que se refere à forma de lidar com as distintas temporalidades (adotando a “longa duração”, patente em todos os seus principais livros, e mesmo o esquema dos três tempos históricos propostos pela Escola dos Annales) e também no que toca à marcada preocupação com os aspectos geográficos;¹¹⁰ esta influência teria sido facilitada pela presença do historiador francês na Universidade de São Paulo durante os anos trinta, momento no qual o autor de *Evolução Política do Brasil* cursava algumas disciplinas na graduação do curso de Geografia e História.¹¹¹

Martinez é convincente ao sublinhar algumas proximidades teóricas entre Caio Prado Jr. e os intelectuais franceses que atuaram como fundadores dos cursos de ciências humanas da USP (Universidade de São Paulo). É fato que o historiador brasileiro envolveu-se bastante com as propostas da cadeira de Geografia (capitaneada por Pierre Monbeig) e deve ter acompanhado atentamente o curso de F. Braudel, bem como a bibliografia que este empregou durante as aulas, que deveria conter os textos da vanguarda da historiografia europeia.¹¹²

É bastante razoável afirmar que o historiador brasileiro compartilha algumas importantes preocupações metodológicas com os seus professores europeus; todavia a forma que essas noções são utilizadas por Caio Prado Jr. é significativamente diversa. Em primeiro lugar é preciso afirmar que grande parte dos principais aspectos sublinhados pelos citados historiadores da

¹⁰⁹ Cf. Paulo Henrique Martinez. *A Dinâmica de um Pensamento Crítico*. SP, 1998, Tese, USP.

¹¹⁰ Sobre essa escola francesa, ver: François Dosse. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. SP: Ensaio/Editora da UNICAMP, 1992.

¹¹¹ Paulo Henrique Martinez, op. cit.

¹¹² Essas informações sobre a vida acadêmica de Caio Prado Jr. estão reunidas de maneira sistemática na referida tese de Martinez.

França tinha sido desenvolvida por K. Marx e pelos seus discípulos mais importantes. Focando apenas a relação subjetividade-subjetividade, ou seja, deixando de lado as diferenças entre as realidades européia e brasileira da época e suas relações com cada uma dos pólos intelectuais tratados, necessitamos antes de tudo lembrar a influência marxiana e marxista sobre a Escola dos Annales e Caio Prado Jr., somente depois disso podemos refletir com proveito sobre a conexão entre a abordagem da Escola dos Annales e o pensamento caiopradiano. O próprio Martinez reconhece que as proximidades entre algumas noções marxianas (e marxistas) básicas e as noções metodológicas dessa tendência historiográfica francesa dificultam a comprovação da hipótese que levanta relativa à influência dos historiadores franceses sobre Caio Prado Jr.¹¹³

A discussão sobre a possível proximidade entre Caio Prado Jr. e a Escola dos Annales é difícil porque remete à delicada problemática do relacionamento entre essa escola historiográfica e o marxismo; em geral, torna-se um campo muito sensível a influências meramente ideológicas e cruamente políticas.¹¹⁴ Assim como há marxistas que se recusam a perceber as positivities e contribuições da Escola dos Annales, também há adeptos dessa escola historiográfica que não reconhecem sua dívida com várias noções marxianas e marxistas básicas. Evidentemente essas recusas têm tanto causas teóricas como motivos políticos; a proximidade da abordagem da escola gaulesa geralmente vem acompanhada de uma postura política mais moderada e, às vezes, conservadora, enquanto que a negação completa dessa escola associa-se freqüentemente a um olhar socialista carente das mediações necessárias.¹¹⁵

O capítulo intitulado “Sentido da Colonização” é composto por apenas quatorze páginas,¹¹⁶ porém essas poucas páginas podem ser classificadas como a base da teoria caiopradiana sobre o período colonial; teoria que, ao juntar-se com a reflexão apresentada em *História Econômica do Brasil*, contribuirá decisivamente para constituição da perspectiva caiopradiana sobre a trajetória da nação brasileira. Trata-se também, naturalmente, de um significativo aprofundamento da abordagem sobre o período colonial presente nas três primeiras partes de *Evolução Política do Brasil*. Há principalmente uma preocupação muito mais concreta com a

¹¹³ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁴ François Dosse, *op. cit.*

¹¹⁵ Cf. Golbery Lessa. “Eric J Hobsbawm: Um Olhar Moderado Sobre o ‘Século dos Extremos’”. *Práxis*, n. 10, BH, Projeto Joaquim de Oliveira, 1998.

¹¹⁶ *Idem*, FBC, p.p. 7-21.

explicação do contexto mundial relativo ao povoamento do Brasil, do sentido da colonização e do seu relacionamento com a história brasileira posterior.

Para compreender bem algumas dimensões da dinâmica do pensamento caiopradiano é fundamental, entre outras atitudes metodológicas, sublinhar as identidades e diferenças existentes entre *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*. A comparação entre esses dois livros é importante na medida em que significa a comparação entre: 1) o principal fruto dos “anos de aprendizagem” do autor e a sua obra mais importante; 2) duas expressões teóricas de duas conjunturas distintas e muito ricas para a história nacional e para a vida de Caio Prado Jr.; e 3) as teses caiopradianas em estágio inicial e mais abstrato e essas mesmas teses em um de seus momentos mais maduros.

Nas primeiras páginas do capítulo é possível perceber uma significativa preocupação metodológica; contudo esta preocupação surge mesclada com afirmações sobre o objeto estudado e não de maneira isolada. Em *Evolução Política do Brasil* o historiador centrava as suas preocupações metodológicas em uma crítica ao caráter fragmentado da abordagem historiográfica tradicional; nesse primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo* a preocupação metodológica básica consiste na afirmação da centralidade do conceito de totalidade dinâmica. O autor sublinha a relação entre a aparência e a essência e mostra a dialética existente entre a continuidade e a permanência na história do Brasil colonial. Há também, de uma maneira implícita, mas palpável, a defesa e o uso de uma teoria das abstrações científicas bastante próxima àquela exposta por K. Marx em seus textos metodológicos, a qual encontra o seu resumo mais conhecido na frase “o concreto é a síntese de múltiplas abstrações”.¹¹⁷

A defesa do conceito de totalidade pode aparecer como uma adesão à Escola dos Annales e à sua proposta de privilegiar a “longa duração”. Todavia é importante lembrar que a concepção de *totalidade* de F. Braudel está muito mais próxima da concepção de *totalidade* de E. Durkheim. Ou seja, trata-se nesses autores franceses de uma totalidade fechada, sem devir, como é coerente com os pressupostos do liberalismo conservador (lembremos, por exemplo, do último Hegel). A totalidade caiopradiana é aquela do primeiro Hegel ou, mais precisamente, a de K. Marx: aberta, dinâmica, portadora da sua própria negação e que comporta a consciência, a

¹¹⁷ Cf. Karl Marx. “O Método da Economia Política”. In *Marx/Engels - História*. Org. Florestan Fernandes. (col. Grandes Cientistas Sociais nº 36) São Paulo, Ática, 1983.

necessidade e o acaso.¹¹⁸ Os papéis da consciência e do acaso na totalidade caiopradiana são decisivos e devem ser sublinhados com força, já que demonstram o uso prático de postulados marxianos que foram esquecidos por grande parte dos discípulos do pensador alemão.¹¹⁹

O historiador propõe que entendamos a colonização do Brasil como um capítulo de um processo mais amplo, que foi o desenvolvimento do comércio europeu e mundial a partir do século XV, isto é, como um momento da ampliação dos negócios europeus a partir da descoberta das novas rotas marítimas para a Ásia e para a América. Propõe uma visão econômica das grandes navegações e do povoamento do Brasil. Sua tese básica é a de que esses processos foram motivados pela expansão do comércio europeu. O povoamento do Brasil foi resultado de uma “simples empresa comercial”.¹²⁰ Nota-se que Caio Prado Jr. está muito preocupado em criticar uma historiografia tradicional que procurava adornar o processo de povoamento por meio da atribuição de ideais elevados aos portugueses, ideais como o da expansão da fé cristã e o da ampliação das fronteiras do “mundo civilizado”.

Esta crítica era muito importante naquela época do pensamento brasileiro. No entanto é relevante perceber que talvez exista uma certa tendência involuntária no texto caiopradiano de fechar o espaço para o estudo das causas secundárias das “Grandes Navegações”. Assim, por exemplo, se formos aos fatos com os instrumentos da bibliografia posterior, perceberemos que os interesses dos jesuítas eram muito mais político e religiosos do que comerciais, assim como os interesses da Coroa eram mais fiscais e políticos do que voltados diretamente para o comércio. Os interesses comerciais, que efetivamente foram a causa básica dos descobrimentos marítimos e da colonização da América, eram essenciais apenas para os comerciantes e outros investidores, como financistas e a armadores; os outros grupos envolvidos na colonização moviam-se por outros objetivos.¹²¹

¹¹⁸ G. Lukács. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.” *Revista Temas de Ciências Humanas*, nº 4, São Paulo, Ciências Humanas, 1978; e *História e Consciência de Classe*. RJ: Elfos, 1989.

¹¹⁹ Essa constatação não implica em admitir ou deixar de fazê-lo que Caio Prado Jr. fosse capaz de explicitar adequadamente o método dialético proposto por Marx. Um juízo sobre esse aspecto não poderá ser feito com suficiente base antes que se faça uma pesquisa detida dos textos filosóficos do historiador. Cf. Elisabete M. M. De Pádua. *Um Estudo dos Pressupostos Filosóficos de Caio Prado Júnior: Contribuição à Crítica da Revolução Burguesa no Brasil*. Campinas, SP, 1989, Tese, PUCAMP,.

¹²⁰ Idem, FBC, p. 9.

¹²¹ No que se refere aos motivos mais subjetivos, ver, por exemplo, o clássico livro do autor de *Raízes do Brasil* sobre os motivos edênicos da colonização. Sergio Buarque. *Visão do Paraíso*. SP, Publifolha, 2000.

Na reflexão do autor sobre o tema podem ser constatadas algumas ausências, as quais já foram apontadas por outros analistas. O historiador não aborda de uma maneira suficiente a transição do feudalismo para o capitalismo em Portugal; a Europa aparece apenas como um continente comercial, quando se sabe que a maior parte de suas relações econômicas estavam inscritas em uma economia agrícola, mesmo com o comércio ganhando cada vez mais importância e as corvéias passando a serem pagas em dinheiro. Esse tratamento abstrato do modo de produção europeu leva à perda de várias mediações na explicação do apogeu e da decadência de Portugal e das diferenças entre as colônias de povoamento e as colônias de exploração; essas deficiências, por sua vez, levam a um certo exagero na determinação geográfica de alguns fenômenos. Assim, por exemplo, o autor sublinha a posição geográfica de Portugal e não alude à importância da pioneira centralização política; parece haver também certa pressa no delineamento da relação entre os tipos de colônia e os tipos de clima. Por outro lado, se forem descontados os exageros, essa abordagem que leva em conta a geografia foi importante para a afirmação do materialismo contra o subjetivismo reinante na historiografia brasileira da época.¹²²

Na medida em que o Estado Absolutista é parte do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, o fato de o autor não ter percebido a importância da centralização do poder monárquico em Portugal para o processo de expansão comercial, que se liga à dificuldade, já aludida quando tratamos de *Evolução Política do Brasil*, de perceber corretamente as bases sociais do absolutismo moderno, também tem relação com o tratamento demasiado superficial da época marcada pela transição da feudalidade para o mundo moderno. Essa dificuldade de perceber a importância da centralização política também pode ter relação com sua defesa da democracia em um contexto brasileiro marcado pela ditadura do Estado Novo e por um contexto mundial caracterizado pela ascensão do fascismo.

É evidente que Caio Prado Jr. abre um novo horizonte, o qual foi aproveitado por outros cientistas; estes tornaram a sua teoria mais acabada e agregaram outros aspectos. Entretanto o autor talvez pudesse ter flexibilizado explicitamente a sua abordagem para que esta pudesse incorporar outros elementos com mais facilidade. Por outro lado, como já afirmamos, os limites de Caio Prado Jr. no tratamento do tema, quando se compara a sua abordagem com as abordagens

¹²² A relação entre Geografia e História é um capítulo particular na obra caiopradiana, capítulo que precisa ser abordado detalhadamente por trabalhos acadêmicos específicos.

mais contemporâneas, estão relacionados com o inferior grau de amadurecimento do sistema capitalista no momento da constituição do texto caiopradiano. Ou seja, os presentes vividos por outros pesquisadores, como Fernando Antonio Novais e Luís Filipe Alencastro,¹²³ por estarem inseridos numa etapa posterior do capitalismo, abriram muito mais, em relação ao presente vivido por Caio Prado Jr. ao escrever *Formação do Brasil Contemporâneo*, a perspectiva de compreensão do passado do sistema capitalista, particularmente em sua dimensão constituída pelas relações econômica e políticas internacionais.

A ausência de uma perspectiva mais profunda sobre a transição do feudalismo para o capitalismo traz outros problemas para a abordagem caiopradiana.¹²⁴ Como não há uma explicação suficiente sobre o pioneirismo português no processo de colonização e no tráfico de escravos, continua aberto o espaço, como no livro anterior, para uma certa mistificação dos portugueses; mistificação que se pode perceber claramente na seguinte passagem: “Em todos os problemas que se propõem desde que uma nova ordem econômica se começa a desenhar aos povos da Europa, a partir do séc. XV, os portugueses sempre aparecem como pioneiros. Elaboram todas as soluções até seus mínimos detalhes”.¹²⁵ Pode-se perceber que não há uma explicação racional e materialista para este pioneirismo português, eles surgem inexplicavelmente como os mais eficientes navegadores e colonizadores.

¹²³ Cf. Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. SP: Hucitec, 1979; Luís Filipe Alencastro. *Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. SP: Companhia da Letras, 2000.

¹²⁴ Nas palavras de Fernando Novais: “Ele ver que a formação do Brasil é a formação colonial e que essa formação não corresponde a nenhum modo de produção, nem ao modo de produção feudal, nem ao modo de produção escravista. Tivemos a escravidão, mas não é um modo de produção, ele não usa a expressão escravista. Mas ele não tenta definir modo de produção colonial, aí aparece uma limitação. Ele define o sentido da colonização estabelecendo a relação da colonização como produto da expansão colonial européia. Agora ele vai fundo no que é esta expansão comercial. Ele não analisa a expansão comercial como um componente da formação do capitalismo. Ele diz: ‘é a face comercial da economia européia’. O que era a economia européia? Ele teria que dizer que era feudal para ser ortodoxo. Era uma economia feudal até a Revolução Industrial, que tinha uma face comercial, ele nunca falaria isso. Caio Prado Jr. não participa dessa idéia de feudalismo até o século XVIII. Mas ele também não tem que dizer que é capitalismo, ele tem que dizer que é outra coisa. Então, ele privilegia o comércio, resultado: a economia colonial é uma economia voltada para o mercado externo e daí ele tira conseqüências da oposição dialética entre o colonial e o nacional. [...] É uma economia voltada para o mercado externo, ligada à expansão do comércio europeu. Há comércio e comércio. Essa é uma expansão comercial ligada à formação do capitalismo que promove um tipo de acumulação, você chaga à dinâmica do sistema econômico quando define a sua forma de acumulação do ponto de vista marxista. Caio Prado Jr. ficou no meio da análise, pois não chegou a definir a dinâmica. A dinâmica não é de uma economia colonial para uma economia nacional, a dinâmica é de uma economia que acumula externamente para internalizar essa acumulação. É isso que é a passagem entre o sentido da colonização para o sistema colonial.” Fernando Novais, in J. G Vinci de Moraes, *Conversas com Historiadores Brasileiros*. SP, Editora 34, 2002, p.p. 134-135.

¹²⁵ Idem, FBC, p. 13.

Para explicar o tipo de povoamento e colonização do Brasil, o autor obrigou-se a desenvolver uma teoria geral do povoamento e da colonização na época moderna. Isso o levou a recolher e desenvolver a teoria existente sobre as diferentes formas de colonização e povoamento por que passaram as áreas tropicais e subtropicais. Caio Prado Jr. atribui uma grande importância às condições geográficas, sublinhando o fato de que o clima que permitia a produção de gêneros tropicais determinava, naquelas condições históricas, uma estrutura econômica e social particular. A sociedade colonial de exploração somente pôde se desenvolver em ambientes geográficos que permitissem a produção de produtos tropicais de alto valor no mercado europeu. Onde esses produtos não eram possíveis e também não foram encontrados metais preciosos, se desenvolveram colônias de povoamento, as quais atraíam outro tipo de colonizador e de interesses.¹²⁶ O raciocínio básico está bem fundamentado, porém o autor tende a exagerar um pouco a determinação geográfica.

Nesse contexto da relação entre a sociedade e o meio natural, é importante sublinharmos a refutação feita pelo historiador da tese de que determinadas raças seriam mais adaptáveis que outras à vida nos trópicos. Para Caio Prado Jr., mesmo que isso fosse verdade para a primeira geração, não o seria para a segunda. Procura então sublinhar o caráter histórico da capacidade de adaptação e exclui qualquer determinismo biológico.¹²⁷ Essa atitude teórica constitui uma crítica implícita a Oliveira Viana e à historiografia tradicional brasileira e, por outro lado, é mais radical do que a postura contrária ao biologismo que aparecerá em Casa-Grande e Senzala.

Antes de sintetizar sua abordagem do período colonial nos parágrafos que delineiam o sentido da colonização, o historiador faz uma análise dos aspectos demográficos da colonização portuguesa. Já que os colonos vinham para os trópicos principalmente para tornarem-se homens poderosos, senhores de terras e gentes, e Portugal não contava com um número significativo de imigrantes dispostos a trabalhar com as próprias mãos nos trópicos, a único jeito para realizar o povoamento foi a escravização de populações autóctones e estrangeiras. Abriu-se, desse modo, a época da escravidão do índio brasileiro e, em seguida, do homem africano. Portugal teria sido também pioneiro, pelo menos na época moderna, nesse tipo de exploração do trabalho alheio.

¹²⁶ Idem, FBC, p.p. 16-17.

¹²⁷ Idem, FBC, p.p. 16.

É relevante reproduzirmos aqui o parágrafo no qual o historiador define o “sentido da colonização” do Brasil e sintetiza a sua perspectiva:

Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre as raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esta o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.¹²⁸

Logo após esse trecho, o autor apressa-se em dizer, lembrando Gilberto Freyre, que esse caráter predatório da colonização não impediu que se formasse o início da nação brasileira. Essa alusão caiopradiana é muito importante, na medida em que é a primeira vez em *Formação do Brasil Contemporâneo* que o historiador toca na problemática da constituição da nação e refere-se a Gilberto Freyre, um de seus principais pares na abordagem do tema. Na conclusão do capítulo, o autor sintetiza a sua perspectiva sobre a essência da trajetória da formação social brasileira:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, e alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem os interesses daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profundamente e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultados secundários que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O ‘sentido’ da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indicando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.

¹²⁸ Idem, FBC, p.p. 19-21.

Essa passagem contém toda a perspectiva caiopradiana sobre o Brasil colonial e prepara a sua abordagem de toda a história da formação social brasileira que será explicitada nos livros posteriores; nas obras posteriores, há um deslocamento da análise do “sentido da colonização” para o sentido da evolução da formação social brasileira. Isso funda, em nossa opinião, a noção de *via colonial* para o desenvolvimento capitalista, mesmo que esse conceito não apareça com essa denominação.

No capítulo intitulado “Raças”, pode-se apreender como o autor liga a sua reflexão básica sobre o Brasil com a análise da estrutura étnica do país.¹²⁹ Trata-se de um capítulo importante para avaliarmos aspectos relevantes do seu pensamento. Essa parte da obra possibilita a reflexão privilegiada sobre os seguintes pontos: 1) a relação entre raça, cultura e história em Caio Prado Jr.; 2) o tratamento caiopradiano do genocídio indígena, que tem relação íntima com a compreensão de progresso esposada pelo autor; e 3) a perspectiva caiopradiana da questão da mestiçagem e do preconceito.

O historiador trata das três etnias e, posteriormente, reflete sobre a questão da mestiçagem. Mostra que o elemento branco no Brasil, pelo menos até o fim do século XIX, foi essencialmente português; a sua imigração teve alguns momentos principais, conectados principalmente com o avanço e o declínio de Portugal. Cita a questão dos tipos sociais de imigrantes portugueses, problema que causava grande polêmica na historiografia brasileira, e procura dar-lhe uma solução materialista. Lembra o papel dos judeus nos primeiros tempos coloniais, bem como dos espanhóis na capitania de São Paulo. A mineração em Minas Gerais e a decadência de Portugal trouxeram levas de lusitanos para o Brasil; muitos se instalaram nas cidades e no comércio. A imigração açoriana nos séculos XVII e XVIII foi diferente: com o auxílio do governo, vinham famílias inteiras com intenção de criarem sólidas raízes no país; os núcleos formados por esses imigrantes desenvolveram uma próspera agricultura familiar na região sul do Brasil.

Caio Prado Jr. demonstra ter uma série de problemas filosóficos no tratamento dos povos indígenas, malgrado o significativo conhecimento que possuía sobre a história da filosofia e o painel sistemático que faz da trajetória desses povos no período posterior à chegada dos

¹²⁹ Idem, FBC, p.p. 51-109.

européus.¹³⁰ O autor acaba se colocando, de maneira implícita, na função de “justificador” do genocídio dos povos indígenas, como se esse fosse o papel de um historiador progressista. Ele não consegue perceber que essa atitude teórica consiste em um profundo anacronismo. Essa perspectiva tem relação com o dilema dos marxistas e liberais democratas em países periféricos ainda pouco industrializados. Ou seja, o dilema de que uma adesão à modernização capitalista nas suas fases muito iniciais de acumulação implica geralmente no silêncio ou no apoio à destruição das formas de existência anteriores. É esse dilema que faz o historiador não perceber o anacronismo e a incoerência de sua posição em relação ao genocídio do índio.

A reflexão sobre os jesuítas, as “missões”, o isolamento dos índios do resto da população e a política do Marquês de Pombal é reveladora. Mesmo se considerarmos que o livro não se propõe a estar inserido no universo da filosofia, o autor estranhamente nega-se a tocar na dimensão filosófica da questão, como se fugisse, inconscientemente, da explicitação dos limites de sua abordagem. A sua atitude hostil ao romantismo dos planos dos jesuítas conjuga-se com a defesa do “iluminista” Pombal para configurar uma atitude muito próxima do positivismo: a futura integridade nacional justifica e torna racional o passado, ou seja, torna o passado livre de becos sem saída históricos e éticos. Naturalmente, esses defeitos teóricos dão margem para as críticas da corrente de interpretação da obra caiopradiana influenciada pelo que denominamos de “romantismo contemporâneo”, críticas sobre as quais comentamos no primeiro capítulo. Porém, ao contrário do que propõe essa corrente, é necessário entendermos de maneira mais profunda esses equívocos do historiador paulista; e necessário perceber a sua conexão com o momento histórico em que vivia o autor e não imputá-los abstratamente ao marxismo ou muito menos ao pensamento ocidental.

Alguns pressupostos equivocados fazem com que Caio Prado Jr. não possa perceber que o conflito entre os colonizadores e os índios era o conflito entre os “interesses mercantis” e o modo de produção comunista primitivo, ou seja, que aspectos da forma comunista de vida dos indígenas, mesmo em um contexto de comunismo do tipo primitivo, eram superiores a algumas dimensões do nascente capitalismo europeu. Os “interesses mercantis” aparecem no texto sempre como historicamente “superiores”, “civilizados” e as atitudes do índio surgem como “selvagens”, “atrasadas”. É importante lembrar que a historiografia tradicional exaltava o índio como um dos

¹³⁰ Idem, FBC, p.p. 86-100.

meios de expressar seu romantismo conservador, enquanto Caio Prado Jr. negava o índio para pretensamente ser coerente com o seu programa progressista.

Sobre a mestiçagem, o branqueamento e a relação entre classe social e cor, o historiador tende a repetir algumas teses de Gilberto Freyre e a elas agregar reflexões materialistas. Nesse contexto, o principal problema teórico reside na aceitação da pretensa propensão inata do português à sensualidade e à mestiçagem. Esse tipo de culturalismo não se enquadra bem na abordagem caiopradiana, tanto que o próprio autor se apressa em procurar razões mais objetivas para explicar a mestiçagem. Nessa questão o autor demonstra mais uma vez uma atitude depreciativa em relação aos indígenas, principalmente em relação à mulher indígena, mesmo que não chegue aos extremos que podemos encontrar em várias passagens do autor de *Casa-Grande e Senzala*.

Malgrado esses problemas teóricos, há dimensões em que a reflexão sobre as raças e a mestiçagem ganha um tratamento dialético bastante substancial. O autor sublinha corretamente a importância do nexo entre a economia brasileira e a distribuição racial nas principais regiões do país; dimensão que já havia sido esboçada de maneira menos sofisticada por Oliveira Vianna em *Populações do Brasil Meridional e Evolução do Povo Brasileiro*. Essas indicações foram aproveitadas por importantes pesquisadores das relações raciais brasileiras, como se pode perceber na bibliografia sobre o negro no Brasil desenvolvida na USP durante a segunda metade do século XX.

Na medida em que o autor se coloca como materialista e propõe uma abordagem desse tipo em *Formação do Brasil Contemporâneo*, é muito importante para os nossos objetivos a análise de dois dos principais capítulos da parte desse livro denominada “Vida Material” (as outras duas partes denominam-se “Povoamento” e “Vida Social”). Nesses capítulos, encontramos principalmente o desenvolvimento mais sistemático de sua teoria sobre a estrutura econômica da formação social brasileira no período colonial já apresentada em o “Sentido da Colonização”.

O capítulo intitulado “Economia” é nitidamente teórico; nele autor explica de maneira detida a sua concepção sobre a estrutura, o funcionamento e a evolução da economia colonial desde sua origem até o início do século XIX. Trata-se da teoria sobre a grande exploração de gêneros tropicais trabalhada por escravos e voltada para a exportação. Há também uma teoria do caráter cíclico e precário dessa economia e da sociedade que lhe corresponde. Não cabe repetir

aqui os conhecidos argumentos do autor sobre a questão, mas é pertinente fazer uma análise de alguns pontos que possuem importância teórica geral e que geram polêmicas no interior das interpretações do pensamento caiopradiano.

O historiador propõe uma ruptura com a historiografia tradicional, principalmente no sentido de procurar ser essencialmente explicativo e materialista, isto é, de propor um radical racionalismo fundado em dados empíricos. É inegável o seu sucesso nesse sentido. O autor constrói uma explicação global que, simultaneamente, é capaz de flexibilidade e coesão. Há uma grande distância em relação a Capistrano de Abreu e uma certa proximidade com Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Do ponto de vista da historiografia dominante na época, o texto caiopradiano seria um abandono da historiografia em benefício da sociologia, já que os fatos são mais explicados do que detalhadamente apresentados na sua dimensão empírica. Como o próprio autor já reconheceu no prefácio de *Evolução Política do Brasil*, essa historiografia explicativa tinha sido tentada anteriormente por Oliveira Viana, malgrado os seus inaceitáveis preconceitos e suas deliberadas mistificações.

Seria importante comparar a teoria caiopradiana sobre a formação social brasileira com a teoria de Oliveira Viana, principalmente no que se refere ao papel do latifúndio. Viana também procura sublinhar o papel central da grande propriedade, apesar de não fazê-lo com a clareza e a sofisticação dialética de Caio Prado Jr. Apesar de seu culturalismo, Gilberto Freyre também leva em conta o papel preponderante da grande exploração agrícola na economia colonial. Seria necessário comparar detalhadamente, em trabalho acadêmico específico, a abordagem desses três autores sobre o latifúndio e do seu papel na história do país; até que isso seja realizado, não é possível entender suficientemente todos os méritos de Caio Prado Jr. no que se refere a esse aspecto decisivo.

O maior mérito inegável de Caio Prado Jr. é o de conectar o sentido da colonização com a estrutura econômica da colônia e explicar essa estrutura de maneira materialista. Surge, nesse contexto, novamente a conexão entre subjetividade e objetividade na história, com destaque para os aspectos geográficos, a escolha humana e o acaso. O autor faz questão de sublinhar como as condições geográficas, em conexão com os interesses econômicos, determinam a forma de propriedade e exploração das colônias da América; e cita as diferenças entre os casos brasileiro e

norte-americano como provas. Essa comparação já havia aparecido antes, quando o autor discutiu as diferenças entre as colônias de povoamento e de exploração.

Podemos notar, como já foi sublinhado por Fernando A. Novais e por outros autores, a ausência de uma abordagem conceitual sintética, ou seja, o autor não discute explicitamente uma definição para o modo de produção da formação social brasileira da época colonial. O raciocínio do historiador paulista revela muita coisa sobre o Brasil e tem um elaborado sistema de leis identificáveis; mas falta uma definição sintética desse sistema. É nessa brecha que procurará entrar Gorender com o seu “escravismo colonial”, exposto num livro considerado clássico desde seu aparecimento.¹³¹ Por outro lado, e sem a mínima intenção de resolver uma questão teórica dessa magnitude, queremos lembrar que talvez Caio Prado Jr. esteja correto ao não definir sinteticamente o modo de produção colonial, na medida em que os próprios criadores do materialismo histórico nunca afirmaram que toda e qualquer conjuntura histórica vivida por uma formação social pode ser definida de maneira unívoca em termos de modo de produção. Isso fica patente quando Marx e Engels tratam de momentos históricos marcadas pela transição entre modos de produção, nos quais existe uma convivência muito complexa de várias formas de produzir e reproduzir a existência humana.

O capítulo intitulado “Grande Lavoura” inicia um terceiro grau de aprofundamento da teoria caiopradiana sobre o Brasil colonial. O sentido da colonização passa a ser demonstrado em cada instituição econômica, social e política básica e nas várias regiões do país. Há um amplo painel e teses vigorosas sobre a agricultura brasileira no início do século XIX, sobre sua estrutura, funcionamento e evolução. Trata-se de item chave do livro, devido principalmente ao papel desempenhado pela agricultura e o latifúndio na estrutura agrária brasileira.

O autor inicia afirmando que, a partir do final do século XVIII, começa a haver uma forte reversão do sentido da economia brasileira: a agricultura e o litoral voltam a ter o principal papel enquanto a mineração e a pecuária readquirem uma função secundária. Além do declínio das minas, isso é determinado por uma conjuntura internacional estimulante para os produtos agrícolas brasileiros. A situação de neutralidade de Portugal em relação às disputas imperialistas da época garantirá um mercado amplo para os produtos do Brasil. Alguns dos concorrentes comerciais viviam conjunturas políticas muito difíceis, como o Caribe. A Revolução Industrial

¹³¹ Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. SP: Ática, 1978.

também abrirá grandes oportunidades para a agricultura brasileira, principalmente para a cultura do algodão. As antigas áreas produtoras, como Pernambuco e Bahia, são revitalizadas e novas áreas emergem com grande força econômica, como o Maranhão. Este desenvolvimento agrícola vai deslocar novamente o povoamento para o litoral. Isso foi determinado pela existência de terras férteis, rios navegáveis e a proximidade de portos marítimos. São Paulo é uma exceção, mas isso se explica: o seu solo era o melhor do país e sua distância do litoral não era muito acentuada.

A lavoura do algodão reverteu um pouco essa tendência, na medida em que a planta dava-se melhor no clima semi-árido do interior. Contudo houve sempre a necessidade de contrabalancear a procura de um clima mais seco e os problemas de transporte; desse modo, a região mais adequada para a essa cultura foi o Agreste – isso no caso nordestino – e outras áreas de transição entre o litoral e os sertões. O Maranhão foi o caso mais espetacular de desenvolvimento baseado nessa fibra vegetal; essa capitania passou de território quase deserto para uma posição de destaque na economia nacional. Contudo o declínio também foi rápido; com a passagem da febre do algodão, também passou a prosperidade maranhense.

Um dos pontos importantes do capítulo que estamos analisando é, certamente, a alentada descrição do atraso técnico da agricultura brasileira da época e a explicação desse fato. O autor afirma que se praticava a “queimada” dos restos das plantações como maneira de fertilizar a terra e essa era o principal técnica; mas essa prática provocava a infertilidade do solo no médio prazo. Contra o cansaço do solo a única medida era a medieval prática de deixá-lo não cultivado. É significativo, quando temos em mente as observações que fizemos na abordagem do capítulo “Raças”, que Caio Prado Jr. sublinhe o fato dos colonizadores terem apreendido essa prática com os índios. Contudo seria importante ter sublinhado que os impactos das queimadas, ou coivaras, praticadas por populações que ainda vivem num comunismo primitivo têm um impacto negativo muito menor do que aquelas usadas por grandes fazendeiros ávidos dos lucros provenientes do mercado internacional. O historiador não percebeu que a queimada pode ter conseqüências completamente diferentes quando inseridas em modos de produção distintos e em escalas diversas.

Havia um desperdício enorme de recursos naturais; a lenha era utilizada sem parcimônia, o que provocava o desmatamento irracional e a paralisia dos engenhos por falta de combustível

para as caldeiras. Não havia estrume para o solo porque a pecuária e a agricultura estavam separadas. A irrigação era completamente desconhecida. Desconhecia-se o arado e quase todo melhoramento de sementes; utilizava-se apenas a enxada e somente foram experimentadas duas variedades de cana e de algodão.

A parte manufatureira dos engenhos, isto é, as moendas e os equipamentos de confecção do açúcar, também eram muito arcaicos em comparação com os usados por várias zonas de produção concorrentes; a utilização da energia hidráulica não era generalizada. Na lavoura de algodão, repetia-se o mesmo atraso; o descaroçador automático, que fora inventado nos Estados Unidos no século XIX, a maior revolução técnica da época nessa lavoura, foi completamente ignorado até pelos homens mais conhecedores da agronomia no Brasil.

O historiador procura explicar esse radical atraso a partir de algumas causas principais. O trabalho escravo seria incompatível com o desenvolvimento técnico devido ao baixo grau de escolaridade da mão-de-obra. O regime político e administrativo da metrópole, que isolava a colônia do mundo, determinava uma queda no nível da educação, inclusive do conhecimento técnico. O tipo de agricultura tropical, ou seja, a agricultura extensiva, tendia a ser rentável mesmo com esse baixo investimento no avanço tecnológico. Enfim, segundo o autor, a causa do baixo desenvolvimento técnico estava no próprio sistema da agricultura colonial; para que a tendência fosse revertida seria necessário modificar a própria essência do sistema.

Em nossa perspectiva, faltam mediações decisivas no raciocínio de Caio Prado Jr. O agricultor europeu era quase tão iletrado como o escravo brasileiro; isso inviabiliza a explicação de que a diferença estaria no nível de escolaridade formal da mão-de-obra. Ora, a educação da colônia somente permaneceu incipiente porque era compatível com os interesses dominantes; a educação é consequência e não causa dos interesses sociais em luta. O historiador afirma o que deveria demonstrar, ou seja, deveria explicar concretamente como o Sistema Colonial impunha o baixo índice técnico da agricultura.

Ainda no mesmo capítulo, Caio Prado Jr. faz uma descrição e uma análise da estrutura dos engenhos; sublinha o seu caráter complexo e sua dimensão de autarquia em relação ao resto da economia da colônia. O historiador faz questão de sublinhar a estrutura das relações existentes entre os engenhos e as fazendas fornecedoras de cana; essa preocupação relaciona-se diretamente com a negação do feudalismo no Brasil, negação que o autor vinha fazendo desde o seu primeiro

livro e desde que ingressou no PCB. Finaliza o capítulo com uma rápida reflexão sobre a exploração do tabaco na qual afirma que essa planta, devido às suas características objetivas, impunha um certo desenvolvimento técnico aos seus cultivadores e uma maior democratização da propriedade da terra.

Antes de finalizarmos essa viagem por *Formação do Brasil Contemporâneo*, faremos uma rápida incursão no interior do capítulo intitulado “Administração”. Neste capítulo o autor desenvolve uma reflexão sistemática e inovadora sobre o Estado colonial no Brasil; reflexão que parece não ter sido suficientemente notada pelos analistas da obra caiopradiana. Percebemos que o capítulo deveria ser incluído entre os que analisamos neste pelas seguintes razões: 1) já apresentamos e comentamos dois dos principais capítulos econômicos; 2) o livro em foco já foi acusado de ser economicista; e 3) levantamos a hipótese de que a reflexão sobre o Estado colonial desenvolvida nessa obra influenciou os trabalhos posteriores numa medida maior do que os pesquisadores da obra caiopradiana têm percebido.

O autor inicia criticando uma perspectiva anacrônica do Direito e da administração no Brasil colonial. Afirma que não podemos projetar as noções jurídicas do presente, marcadas pelos princípios da Revolução Francesa, naquele passado de transição para o capitalismo, no qual a fragmentação do Direito ainda era o fenômeno principal. Havia, na época, a justaposição de instâncias e leis, o caráter não sistemático das normas legais e a confusão entre os vários poderes do Estado, bem como grande incoerência política e administrativa. A legislação portuguesa no Brasil sofria de uma tremenda falta de originalidade, o que gerava problemas sérios para a vida cotidiana; a legislação transplantada não conseguia cumprir a função de regular relações sociais de outra natureza. Além desses defeitos, existia ainda uma excessiva concentração de autoridade em determinadas áreas urbanas da colônia essencialmente rural. As autoridades localizavam-se nas principais vilas e, portanto, não eram acessíveis para a grande maioria da população, que tendia a resolver privadamente os seus conflitos. Existiam visitações, porém essas não tinham o poder de inverter a situação.

O Brasil não se constituía em uma unidade para a metrópole; era compreendido como um conjunto de Capitânicas e também como dois Estados distintos (Estado do Brasil e Estado do Maranhão). A metrópole possuía um órgão máximo para lidar com as colônias: o Conselho Ultramarino. Havia também as Capitânicas Soberanas, que tinham domínio sobre as Capitânicas

Subordinadas. Segundo o autor, o organograma básico da hierarquia entre os órgãos políticos e administrativos no Brasil era o seguinte, em ordem decrescente de poder: 1) Capitânicas; 2) Comarcas; 3) Termos; 4) Freguesias; 5) Paróquias e 6) Bairros.

Os governadores das Capitânicas tinham uma função mais militar e seu poder político era diminuído pela constante interferência do Conselho Ultramarino. O poder do governador também era atenuado pelo fato de que os órgãos políticos eram constituídos de maneira colegiada. Além disso, havia instituições especiais que não tinham nenhuma interferência do governador, como a Intendências do Ouro e dos Diamantes. Por último, o poder dos governadores encontrava-se enfraquecido pelo espírito de indisciplina que era generalizado na população colonial. Ou seja, a desorganização social impunha o enfraquecimento da legitimidade e da força do Estado.

O autor faz, em seguida, uma análise detalhada dos órgãos militares e chama a atenção para dois fenômenos: 1) a utilização de uma espécie de milícia popular como meio informal da administração exercer o seu poder de polícia; e 2) os problemas econômicos e sociais causados pelo serviço militar suprido por meio do recrutamento arbitrário e compulsório entre os pobres. O historiador também descreve e analisa as eleições nas câmaras municipais; mostra que eram indiretas e censitárias; contudo afirma que, mesmo com essa restrição, representavam o espaço mais democrático existente na época. As atribuições das câmaras eram amplas e confundiam-se com as atribuições de outras instâncias, o que era apenas um exemplo de como não havia uma delimitação clara das dimensões da atuação de cada órgão administrativo e político.

No universo fiscal, havia a prática de conceder a cobrança de impostos a particulares, o que trazia uma série de inconvenientes para o erário público e para a população contribuinte. Os cobradores eram injustos, arbitrários e desonestos. A população fugia para não pagar os impostos, e muitas atividades econômicas eram abandonadas devido às arbitrariedades dos cobradores. Muitas vezes o Estado não recebia os impostos devidos porque os cobradores contratados desviavam o dinheiro ou iam à falência. A Igreja também cobrava uma série de impostos, geralmente a título de financiar a sua atividade religiosa. Existia uma comunhão entre as estruturas do Estado e da Igreja; a Coroa monopolizava as nomeações eclesiásticas e a Igreja realizava uma série de atos civis fundamentais, como o registro de casamentos e de nascimentos. O historiador fecha o capítulo fazendo uma síntese crítica sobre o tema em foco e mostrando a necessidade social da corrupção que dominava a administração pública e mesmo a Igreja.

Após esse trajeto por alguns momentos do livro, podemos apresentar uma apreciação sintética de *Formação do Brasil Contemporâneo*, levando em consideração os parâmetros já definidos anteriormente, isto é, preocupando-nos principalmente com o papel do livro no pensamento social brasileiro e na totalidade da perspectiva caiopradiana.

O livro desenvolve plenamente as teses centrais e as idéias sobre a sociedade colonial que estavam apenas esboçadas em *Evolução Política do Brasil*. O período colonial, que ocupava apenas um terço dessa obra anterior, ganha o centro das atenções e é analisada nos seus pormenores. O autor discorre longamente sobre o sentido da colonização, a dinâmica do povoamento, a relação entre as etnias formadoras da nacionalidade, a estrutura e o funcionamento das várias atividades produtivas, a distribuição do poder econômico, a estratificação entre os grupos sociais, a dinâmica geral da economia, o desenvolvimento do sistema de transportes e a configuração do poder político e dos órgãos administrativos. Esses são apenas os grandes blocos da reflexão, pois há vários subconjuntos no interior de cada um desses conjuntos.

O livro passa a impressão de ser uma enciclopédia sobre o período colonial, mas uma enciclopédia de leitura agradável e na qual todos os verbetes estão conectados por uma teoria simultaneamente férrea e flexível. Assim, por exemplo, a obra nos informa sobre a relação entre a forma de navegação indígena e as formas de transporte escolhidas pelos colonizadores; contudo a demonstração de como a cultura indígena da navegação nos rios foi apropriada pelos europeus é feita no interior da reflexão sobre o povoamento e sobre o sentido geral da nossa colonização e não de uma maneira meramente descritiva, como ocorria na historiografia tradicional. Além da amplitude e da profundidade, o livro possui uma grande coerência lógica e uma sólida base empírica para a comprovação das teses propostas, tendo sido fundado em fontes primárias publicadas. A teoria básica anunciada no primeiro capítulo vai sendo continuamente aprofundada, através da demonstração de como a lógica global da sociedade do Brasil Colônia vai se repetindo com singularidades nas várias regiões do país, nas nossas diversas atividades produtivas e nas múltiplas instituições sociais, culturais e políticas.

Formação do Brasil Contemporâneo é efetivamente o primeiro livro que explicou a totalidade do Brasil colonial da maneira exigida pelo meio científico do século XX, desse modo colocou as bases fundamentais para a explicar nesse mesmo diapasão os outros momentos históricos da formação social brasileira. Isso explica a profunda influência que o livro exerceu na

intelectualidade brasileira de todas as matizes ideológicas, mas principalmente nos pensadores de esquerda. As objeções levantadas contra o livro não tocaram na sua perspectiva essencial; essas objeções restringem-se a questões laterais e não a problemas teóricos de fundo, e foram tornadas possíveis pela própria tematização caiopradiana. Mesmo o principal crítico da obra, o historiador Jacob Gorender, aproveita em seu *Escravidão Colonial* quase toda teoria caiopradiana sobre o Brasil Colônia; é levando essa teoria ao seu limite que acaba construindo uma nova perspectiva.

O livro em foco é realmente a base do pensamento caiopradiano sobre a formação social brasileira e, naturalmente, tanto está por trás de todos os seus textos posteriores como ajuda a explicar os anteriores. Podemos ver suas teses repetidas em todos os trabalhos que se seguiram a este e, algumas vezes, essas teses aparecem quase com a mesma redação. Essa repetição é por vezes interpretada de maneira equivocada; alguns críticos afirmam que ela seria expressão de infertilidade teórica. Na verdade, esses críticos estão tão acostumados ao ecletismo e à falta de coerência de parte do pensamento social brasileiro que acabam percebendo como uma anomalia justamente a coerência teórica e a solidez científica de Caio Prado Jr. Naturalmente, também há motivações meramente ideológicas por trás de algumas dessas críticas.

5.2. *História Econômica do Brasil*

Começaremos a análise sobre *História Econômica do Brasil* a partir da sua página cento e vinte três,¹³² na qual se inicia o capítulo denominado “A Era do liberalismo” e abordaremos todos os capítulos seguintes. Isso se justifica pelo fato de que a primeira parte do livro, que trata da economia colonial, consiste em um resumo do que foi exposto em *Formação do Brasil Contemporâneo* sobre o tema. Essa repetição proposta por Caio Prado Jr. é natural e justificada, já que sem a sua presença haveria uma ausência teórica significativa, que dificultaria bastante a compreensão da totalidade da obra. “A Era do Liberalismo” é um capítulo que também se tornou clássico no pensamento social brasileiro. Nele há a análise da relação entre o surgimento do capitalismo industrial, a decadência dos impérios ibéricos e a Independência do Brasil.

¹³² Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*. SP, Brasiliense, 41ª edição, 1994.

No item “Efeitos da libertação”,¹³³ que é o segundo do capítulo referido, Caio Prado Jr. preocupa-se em analisar a transição vivida pelo Brasil no século XIX. O país não consegue se livrar da essência do Sistema Colonial, no sentido de que a lógica básica de sua economia não se modifica. Esta economia continua voltada para a exportação de gêneros tropicais e sem capacidade de desenvolvimento e competição nas outras áreas. Isso se junta à multiplicação das importações, que foi determinada pela elevação dos níveis de consumo, e vai gerar um déficit crônico na balança comercial e nas contas públicas. O déficit do governamental multiplica-se ainda mais a partir do aumento das despesas com o funcionalismo, a defesa e todas as funções de um Estado em um país independente.

O autor procura mostrar que a Inglaterra substituiu Portugal no domínio sobre o Brasil; domínio que passou a se expressar na avalanche de mercadorias britânicas, no quase monopólio do comércio brasileiro por elementos ingleses e nos empréstimos dos súditos mais endinheirados de Sua Majestade ao governo do Brasil. Essa hegemonia expressava-se, inclusive, no fato de que as mercadorias da Inglaterra pagavam a menor taxa alfandegária entre os produtos de todas as nações que comerciavam com o Brasil (situação que perdurou até 1844). A concorrência destruiu a indústria e as manufaturas brasileiras nascentes, principalmente nos ramos têxtil e metalúrgico.

Caio Prado Jr. afirma ainda que a estrutura colonial atritava-se com o estatuto de nação independente, contudo esse passado colonial, com algumas modificações significativas, terminará se reproduzindo na nova situação histórica. Por outro lado, mesmo com todas as dificuldades e permanências, a nova situação permitia o desenvolvimento do país, na medida em que livrava a nação de uma metrópole decadente e assim possibilitava a interiorização dos recursos e decisões, abrindo o Brasil para as correntes econômicas e técnicas do capitalismo industrial.

No próximo item desse capítulo, “Crise do Regime Servil e Abolição do Tráfico”,¹³⁴ o autor analisa o processo de abolição do tráfico de escravos para o Brasil e suas conseqüências para a economia nacional. Inicia afirmando que a escravidão e o tráfico já não encontravam defensores, mas também não encontravam condições objetivas para sofrerem uma condenação generalizada e com conseqüências práticas. A latente revolta dos escravos e as repercussões negativas do abismo entre as raças alarmavam a opinião pública e os governantes; contudo a

¹³³ Idem, HEB, p.p. 132-141.

¹³⁴ Idem, HEB, p.p. 142-156.

classe dominante acreditava que não podia dispensar a mão-de-obra africana, inclusive porque a economia internacional estava demandando o aumento da produção de gêneros tropicais.

Ainda segundo o historiador, a Inglaterra tentara extinguir o tráfico desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. O governo inglês passou a exigir a abolição do comércio de escravos junto ao governo do país independente. A classe dominante brasileira, declaradamente escravocrata, negou-se a cumprir os acordos com a Inglaterra até 1845. Nesse ano, o governo britânico decidiu abrir guerra total contra o tráfico, inclusive com medidas que desrespeitavam a soberania brasileira. Diante da ameaça de guerra contra o mais poderoso país da época, o governo brasileiro passou a reprimir duramente o tráfico e este foi extinto em pouco tempo.

A abolição do tráfico deslocará uma grande soma de recursos para outras atividades e aumentará os investimentos ingleses no Brasil; isso concorrerá para o primeiro grande surto financeiro no país, o qual potencializará a diversificação da economia nacional e a melhoria de suas atividades tradicionais. O fim do tráfico será o começo do fim do sistema escravocrata; todavia esse desenlace não se fará de imediato e a adaptação do sistema econômico ao fim do tráfico marcará a segunda fase do Império.

No item “Evolução Agrícola”,¹³⁵ já no capítulo “O Império Escravocrata e a Aurora Burguesa”,¹³⁶ o autor procura analisar as modificações ocorridas na agricultura brasileira durante o século XIX. Aponta para a decadência das Províncias do Norte e para a ascensão das Províncias do Sul; processo que foi determinado pelo avanço da cafeicultura em detrimento da produção do açúcar e do algodão. O açúcar e o algodão brasileiros foram deslocados do mercado internacional devido ao surgimento de concorrentes mais bem preparados. O açúcar de beterraba transformou a Europa de consumidora em produtora desse gênero. Os Estados Unidos e a Índia passaram a dominar o mercado algodoeiro na segunda metade do século XIX. As províncias do Norte brasileiro não tiveram condições, devido a problemas climáticos e econômicos, de produzir com vantagem o café, o novo produto de grande demanda no mercado mundial.

Segundo autor, o café começa a ser plantado para a exportação a partir da segunda década do século XIX, principalmente nas cercanias do Rio de Janeiro. A demanda norte-americana consistiu no principal impulso externo para o processo de expansão da cafeicultura; os Estados Unidos chegaram a importar sessenta por cento da produção nacional. A partir de

¹³⁵ Idem, HEB, p.p. 157-167.

¹³⁶ Idem, HEB, p.p. 157-206.

meados do século, o Vale do Paraíba será o centro da cafeicultura e da economia brasileira. No entanto as peculiaridades geográficas e a falta de manejo técnico adequado levarão o Vale do Paraíba ao declínio; esse núcleo será substituído pela região de Campinas, no planalto paulista. Nessa região, a lavoura do café ganhará a sua configuração mais clássica e vigorosa. Isso também significa que repetirá a estrutura da grande exploração no Brasil escravocrata: autarquia, mão-de-obra escrava, exportação da produção e monocultura.

A reflexão caioprudiana sobre esse tema será uma das mais influentes nas ciências sociais brasileiras, incluído a ciência econômica. São relativamente poucas páginas, de estilo sintético e didático, contudo delineiam e explicam com impressionante criatividade e capacidade de convencimento a composição social, econômica e política do século XIX brasileiro. A relação entre a cafeicultura e o poder político, por exemplo, é feita com grande maestria pelo autor e foi reproduzida por vários cientistas sociais posteriores.

O autor afirma no item “Novo Equilíbrio Econômico”¹³⁷ que, a partir do avanço do café, a economia brasileira se desenvolve e se equilibra, no entanto também ocorre o reforço da estrutura econômica agrícola típica do período colonial. As contas externas são equilibradas através do aumento das exportações em termos absolutos e em relação às importações, bem como por meio de empréstimos ingleses. Para esse equilíbrio concorrem o fim do tráfico e o aumento das barreiras alfandegárias para os produtos britânicos e de outras nações. A nova política alfandegária começa a estimular o reaparecimento da produção manufatureira. É esse equilíbrio econômico que determinará a significativa estabilidade política na segunda metade do século XIX.

Em “A Decadência do Trabalho Servil e Sua Abolição”,¹³⁸ o terceiro item do mesmo capítulo, o historiador começa afirmando que a discussão sobre a fim da escravatura iniciou-se de maneira aberta e entusiasmada após o fim do tráfico de escravos. Este fenômeno foi determinado pelo fato de que somente neste momento começou a fazer efeito o fim do comércio de escravos: passou a existir a ameaça real de faltar mão-de-obra para a crescente lavoura do café. Inicialmente o problema foi resolvido com a importação de escravos das províncias do Norte. Essa circunstância histórica explica porque o abolicionismo ganhou força inicialmente na região

¹³⁷ Idem, HEB, p.p. 168-171.

¹³⁸ Idem, HEB, p.p. 172-182.

setentrional do Brasil e porque a reação escravocrata localizou-se nas regiões economicamente mais desenvolvidas.

A Guerra do Paraguai paralisou o debate que havia tomado toda a intelectualidade do Império. O fim da guerra trouxe o problema novamente, mas agora de modo mais radical, na medida em que o governo fora obrigado a servir-se de tropas formadas por escravos durante o conflito com o país vizinho. A opinião pública já se inclinava fortemente para a Abolição e o Brasil já recebia fortes pressões de países europeus a partir de 1870; todavia a elite política conservadora conseguiu apaziguar as pressões por meio de uma lei de resultados inócuos para os escravos: a famosa Lei do Ventre Livre. Essa lei desmobilizou o movimento abolicionista durante dez anos. A partir de 1880, o tema da Abolição voltou com toda a força e de maneira irreversível. Formou-se uma confederação de movimentos abolicionistas provinciais e passou-se a envolver os próprios escravos em ações diretas contra a escravidão. Os escravistas alarmaram-se com isso e terminaram por aceitar a proposta do partido abolicionista.

Caio Prado Jr., no item “Imigração e Colonização”,¹³⁹ afirma que a imigração para o Brasil no século XIX teve características próprias em relação ao passado; tratava-se agora de uma imigração para a substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados, no contexto do fim do tráfico e da eminente abolição da escravatura. Será uma imigração planejada pelo governo e pelos grandes fazendeiros; daí a sua sistematicidade e seu grande volume. Houvera no passado outros exemplos desse tipo de imigração, contudo foram casos excepcionais; eram imigrantes destinados à colonização de fronteiras que ainda estavam em disputa com outras nações. A vinda da Corte portuguesa aumentou esse tipo de imigração, contudo nunca de modo a superar o déficit demográfico, o qual gerava, entre outras perturbações, problemas insolúveis para o recrutamento de tropas leais. Mesmo após a Independência, o governo brasileiro ainda recorrerá a tropas mercenárias de origem européia.

Havia vários fatores que inibiam a imigração para o Brasil. Existiam problemas políticos, climáticos, econômicos e mesmo religiosos. Após a extinção do tráfico, os fazendeiros paulistas tentaram o sistema de parceria como uma forma de transição entre a escravidão e o assalariamento. Não deu certo; havia muita incerteza na distribuição da propriedade da produção e no regime de trabalho. Tanto os fazendeiros quanto os imigrantes desistiram do sistema.

¹³⁹ Idem, HEB, p.p. 182-192.

Ainda segundo o historiador, a partir de 1870 passa a existir condições nacionais e internacionais favoráveis à imigração para o Brasil. A escravidão sofre grandes golpes. A América do Norte deixa de receber imigrantes. A Itália surge como novo país de emigração e o Brasil passa por uma fase de grande desenvolvimento econômico. Começam a afluir dezenas de milhares de imigrantes para o país; era a chamada “imigração subvencionada”, isto é, aquela na qual o Estado financiava e organizava a vinda dos imigrantes.

No último item do capítulo em foco, denominado “Síntese da Evolução Econômica do Império”, o autor expõe uma reflexão muito importante para a sua teoria geral sobre o Brasil. Configura-se em um elo fundamental em sua perspectiva, já que trata do momento de transição entre uma sociedade escravocrata e uma sociedade baseada no trabalho assalariado.

O historiador sublinha que a segunda metade do século XIX foi uma época de grande desenvolvimento econômico, determinado principalmente pela expansão da agricultura brasileira e por uma nova fase do capitalismo mundial. Havia capitais e tecnologias novas no mundo e existia uma produção agrícola nacional de grande valor de troca no mercado internacional. A balança foi equilibrada devido ao grande aumento das exportações, e ocorreu sem a diminuição das importações. Isso melhorou o crédito do país e multiplicou os empréstimos ingleses. Esses empréstimos garantiam o equilíbrio das contas públicas e também o desenvolvimento da infraestrutura. Essas circunstâncias possibilitaram o desenvolvimento dos meios de comunicações e dos transportes, bem como a modernização das cidades brasileiras. Houve um grande surto de desenvolvimento material e financeiro; foram fundadas indústrias, manufaturas, bancos, enfim, começaram a surgir instituições típicas do capitalismo moderno.

Mas esse desenvolvimento tinha, na expressão do autor, os “pés de barro”, já que estava assentado na grande exploração escravista e no endividamento externo. A mesma cafeicultura que fazia a economia avançar também era responsável pelo estreitamento do mercado interno e pelo baixo desenvolvimento do trabalho assalariado. Isso determinava uma grande instabilidade financeira nos ramos produtivos não ligados ao café. Nesse contexto interpretativo, Caio Prado Jr. coloca as dificuldades para o desenvolvimento da indústria e para o desenvolvimento da objetividade e da subjetividade do operariado industrial. Essa referência ao proletariado é muito importante, na medida em que aí fica explícita a concepção do autor sobre a classe cujo ponto de vista deseja expressar.

O penúltimo capítulo do livro, intitulado “A República Burguesa”,¹⁴⁰ inicia com o item “Apogeu de um sistema”.¹⁴¹ Esse primeiro momento do capítulo contém principalmente uma reflexão sobre a economia brasileira nos primeiros anos da República. O autor sublinha que este foi um período de auge da economia exportadora brasileira e, ao mesmo tempo, consistiu num momento em que as suas contradições ficaram mais patentes e o modelo começou a ser superado.

Existia uma conjuntura propícia ao desenvolvimento econômico. No nível externo, ocorria uma abertura e uma ampliação dos mercados de matérias-primas e produtos tropicais; no nível nacional, acontecia principalmente a expansão do café, do cacau e da borracha, além da solução satisfatória do problema da mão-de-obra. Também concorria para a expansão econômica a destruição da carapaça política e institucional do Império e o advento da radicalização da mentalidade capitalista, que se tornou a visão de mundo dominante. Nesse aspecto é importante sublinhar que, como se sabe, esse tema do *ethos* capitalista é típico da obra de Sérgio Buarque; naturalmente, Caio Prado Jr. procura analisar o assunto com uma abordagem marxista, contudo fica evidenciado que o historiador se aproxima do autor de Raízes do Brasil.

Para Caio Prado Jr., outra dimensão fundamental é o concurso de instituições financeiras estrangeiras; através delas o capital externo passa a financiar todos os aspectos significativos da economia brasileira, o que será um estímulo indispensável e que tem uma efetiva positividade, apesar de por outro lado aprofundar o modelo exportador e dependente de financiamento externo. A radicalização das exportações diminui o investimento na produção para o mercado interno e radicaliza as importações. O grande avanço das exportações e do financiamento externo consegue manter a balança superavitária. Todavia esse modelo logo começa a demonstrar as suas contradições mais importantes. Passa a ocorrer, desde o início do século XX, fenômenos como a superprodução, queda de preços e dificuldades de escoamento normal da produção. A borracha e o cacau, dois dos principais produtos da época, são atingidos antes da cafeicultura. E há ainda outros problemas, outras contradições insolúveis sem a superação da herança colonial.

A mão-de-obra livre, por exemplo, passa a ser uma forte causa de dissolução da grande exploração agrícola. A maior consciência e o aumento das possibilidades políticas e econômicas do imigrante tornam a mão-de-obra mais cara; o que é fatal para os estratos mais decadentes dos grandes fazendeiros. Ocorre, então, em algumas regiões, a dissolução dos latifúndios em

¹⁴⁰ Idem, HEB, p.p. 207-286.

¹⁴¹ Idem, HEB, p.p. 207-217.

pequenas e médias propriedades ou então em latifúndios precários, os quais não dependem de grande contingente de trabalhadores. Essas contradições vão possibilitando atividades que têm um sentido de superação do modelo colonial.

Em “A crise de Transição”,¹⁴² que é o próximo item do mesmo capítulo, o historiador reflete sobre o período de transição econômica entre o Império e a República. Sublinha os problemas financeiros, a dependência externa e a continuidade do sentido básico da economia nacional. Há uma análise detida do problema das emissões de moeda e da especulação financeira do período inicial da República. Existe também uma demonstração do processo de domínio paulatino dos bancos estrangeiros em relação à atividade econômica brasileira e ao governo do país. Por outro lado o autor demonstra o lado “progressista” da presença do capital financeiro externo e a sua importância na adequação do Brasil à nova fase de desenvolvimento da economia capitalista. Caio Prado Jr. destaca bastante o aspecto financeiro, contudo vemos essa ênfase como necessária e incontornável, se levarmos em consideração o seu método e o seu tema.

No item seguinte, “Expansão e Crise da Produção Agrária”,¹⁴³ o autor traça um painel sobre os vários produtos de exportação. Ao tratar do café, faz uma reflexão bastante complexa sobre o laço entre a estrutura da produção e o tipo de financiamento usado na comercialização. Procura sublinhar a necessária superprodução e os ganhos dos bancos internacionais no interior da crise da cafeicultura. Nesse contexto, faz a análise das políticas do governo brasileiro e de sua relação com as forças econômicas em luta. O capital financeiro internacional é visto em sua complexidade e suas contradições, na medida em que são sublinhadas as lutas entre os grandes bancos pelo domínio da política de valorização do café. O autor destaca também o fato de que os cafeicultores acabavam perdendo muito com as intermediações do capital financeiro externo; a subordinação do governo brasileiro era a expressão política dessa dependência econômica.

Toda a análise é inspirada em Lênin, principalmente no que se refere ao capital financeiro, no entanto de modo algum o historiador usa o modelo desenvolvido pelo autor russo como uma camisa-de-força teórica. Por outro lado a abordagem caiopradiana parece ter influenciado muito os cientistas sociais brasileiros até hoje, incluindo os economistas de todas as matizes. Seria importante verificar, por meio de pesquisas específicas, até que ponto essa tematização caiopradiana influenciará, por exemplo, Celso Furtado, João Cardoso de Mello,

¹⁴² Idem, HEB, p.p. 218-224.

¹⁴³ Idem, HEB, p.p. 225-256.

Francisco de Oliveira, Wilson Cano e Sérgio Silva, autores famosos por refletir sobre a relação entre cafeeicultura e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No que se refere à produção de borracha, o autor procura analisar o seu surto e o seu rápido declínio no início do século XX. A revolução Industrial estabelecera a necessidade de grandes quantidades de borracha, material extraído principalmente das seringueiras, árvore originária da Amazônia. Formou-se uma série de empresas exploradoras do negócio e da mão-de-obra nordestina que imigrou para a Amazônia fugindo das grandes secas do período. Esses trabalhadores eram escravizados por meio de um perverso sistema de dívidas. O nível técnico da produção era baixíssimo. Como sempre ocorrera no período colonial e no Império, o zênite foi logo suplantado pelo declínio; os ingleses, franceses e holandeses organizaram plantações sistemáticas no Oriente e expulsaram a borracha brasileira do mercado internacional.

O autor segue a exposição analisando a trajetória do cacau. A lavoura desse gênero desenvolveu-se no mesmo período do *boom* da borracha e teve causas análogas. O final do século XIX foi uma época da explosão do consumo de chocolate na Europa e nos Estados Unidos. A Bahia voltou-se para o cacau e o produziu em grandes fazendas de tipo colonial. Sofreu, portanto, todas as vicissitudes desse modelo produtivo. Não demorou muito para os ingleses passarem a investir na lavoura de cacau em suas colônias africanas, principalmente a Costa do Ouro, e logo se tornaram os principais produtores desse gênero, abarcando sessenta por cento do mercado. A Bahia, o principal centro produtor brasileiro, passou então a vegetar durante boa parte do século XX em torno do cacau e de uma pequena fatia do mercado internacional do produto.

A tematização caiopradiana do açúcar também é muito importante e tornou-se referência obrigatória para os estudo sobre o tema. O autor analisa as fases de decadência e a sua relação com a estrutura social nos Estados nordestinos e de São Paulo. Mostra, por exemplo, como a decadência do café levou São Paulo a produzir açúcar e superar o Nordeste como maior produtor desse gênero. O governo foi obrigado a intervir para garantir a sobrevivência do açúcar no Nordeste e, assim, evitar uma séria comoção social; formou-se um sistema de cotas e o açúcar nordestino passou a ser subsidiado. Há uma análise da modernização no setor açucareiro, com destaque para os atrasos desse processo e para os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana.

O historiador encerra esse item mostrando que a pequena propriedade desenvolvia-se com a crise das grandes lavouras de exportação. Ela passou a assumir o abastecimento das

idades e a substituir a importação de produtos agrícolas. Essa análise caiopradiana tem uma relação íntima com a sua teoria sobre a reforma agrária no Brasil, pelo menos em uma das suas primeiras fases, na qual a ênfase na agricultura familiar ainda é muito significativa.

É bastante sofisticada a demonstração caiopradiana de que a pequena propriedade surge da grande propriedade decadente e tem um papel essencialmente progressista – ao contrário de uma análise mecanicista sobre a “superioridade” incontestada da agricultura de grande escala. Mostra também que esse desenvolvimento precisa ser apoiado e coordenado por iniciativas públicas. Trata-se, efetivamente, de uma das principais fontes teóricas do discurso histórico da esquerda brasileira sobre a reforma agrária, discurso que prevalece hegemônico até o presente, malgrado ter sofrido acréscimos significativos.

No próximo item, denominado “Industrialização”,¹⁴⁴ o penúltimo do capítulo que estamos abordando, é constituído por doze páginas decisivas para a tematização caiopradiana da indústria. Esse texto influenciou diretamente Francisco de Oliveira, Wilson Cano, Sérgio Silva e muitos outros importantes economistas. O historiador insere a reflexão sobre a indústria na sua teoria sobre o capitalismo colonial no Brasil; procura demonstrar como a estrutura econômica colonial é um peso que atrapalha o desenvolvimento da indústria e que acaba impondo a esta as mesmas debilidades da agricultura. O autor aponta as deficiências de energia, das técnicas, do mercado de capitais e do mercado interno como entraves para a industrialização. Como estímulo positivo para a indústria, aponta para o aumento das barreiras à importação (as barreiras contingentes e as deliberadas), a mão-de-obra barata e a produção de algodão. É relevante notar a forte conexão entre essas duas tendências: a mão-de-obra barata vai implicar, por exemplo, na restrição do mercado interno. O autor sublinha que o mecanismo de substituição de importações e a transferência dos capitais do café para a indústria são fundamentais para o desenvolvimento econômico naquele período. Toca assim nos pontos básicos da contemporânea discussão sobre o tema.

O item “O Imperialismo”,¹⁴⁵ o último deste capítulo, também influenciou muito o pensamento de esquerda brasileiro, tanto no seu aspecto econômico quanto no aspecto político. Caio Prado Jr. desenvolve a teoria de Lênin sobre o Imperialismo aplicando-a ao caso brasileiro, ou seja, procura analisar o capitalismo nacional no contexto de um sistema econômico planetário

¹⁴⁴ Idem, HEB, p.p.257-260.

¹⁴⁵ Idem, HEB, p.p. 270-286.

fundado na desigualdade e na dominação. Consegue uma nova concreção para a teoria de Lênin, na medida em que desenvolve essa teoria por meio de uma reflexão relativa a um país periférico de passado colonial. O autor mostra que a situação subordinada do Brasil foi facilitada pelo seu passado colonial, que preparou uma economia capitalista periférica, marcada pela incapacidade de autopropulsão de seu desenvolvimento econômico. Essa situação é explicitada pela análise dos vários momentos da relação do Brasil com os capitais financeiros internacionais.

Esses capitais começaram fazendo empréstimos ao governo, mas apenas com fins estratégicos e não de lucratividade imediata. Posteriormente, com a nova fase do capitalismo iniciada no começo do século XIX, esses capitais começaram a aproveitar-se dos setores mais dinâmicos da economia. Dominaram completamente a cafeicultura; lucraram muito mais do que os “barões do café”. Nos anos vinte, passam a dominar os serviços públicos e as contas nacionais. Depois começaram a penetrar paulatinamente na indústria. O autor explicita a noção que ficou consagrada na esquerda sobre o caráter pernicioso da associação com os capitais estrangeiros; noção que será repetida em outros livros caiopradianos durante toda a sua trajetória intelectual. A instabilidade econômica, o endividamento crônico e a remessa de lucros são sublinhados de maneira sistemática pelo historiador. Esta reflexão, naturalmente, elimina tese da existência de uma burguesia nacionalista no país, mesmo que o autor não diga isso explicitamente.

O historiador paulista percebe o imperialismo como contraditório para o país: produz o avanço do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, reafirma a essência colonial desse modo de produção. O autor chega a afirmar explicitamente que o imperialismo põe as condições para a sua própria superação. Porém não fica claro a que tipo de superação o autor se refere: se à soberania nacional dentro do capitalismo ou à revolução socialista.

No último capítulo do livro, intitulado “A Crise de um Sistema”,¹⁴⁶ e inserido na obra durante a década de setenta, existe uma profunda e ampla reflexão sobre o capitalismo colonial no Brasil. Há um programa de interpretação do capitalismo brasileiro contemporâneo conectado com a reflexão sobre as suas origens. Está presente inclusive um tratamento significativo da indústria e da história financeira do país. Trata-se de um verdadeiro libelo contra a visão ortodoxa liberal do capitalismo no Brasil. Consiste em um dos mais importantes documentos sobre os rumos da sociedade brasileira; avança no sentido de desvelar todos os mitos que dificultam o

¹⁴⁶ Idem, HEB, p.p. 287-342.

desenvolvimento nacional. Naturalmente, esse texto desagradar os ortodoxos e os heterodoxos, na medida em que retira a base econômica dos projetos liberal ou reformista.

Após essa viagem no interior dos principais capítulos do livro, podemos propor uma avaliação dessa obra. Como já afirmamos, na medida em que o autor trata dos períodos históricos que se estendem desde o fim do período colonial até meados do século XX, esse livro tem, no interior do pensamento caiopradiano, o papel fundamental de relacionar o passado mais remoto com o presente. Essa característica é importante para a realização dos objetivos do historiador na esfera política, já que um estudo sobre o passado apenas se torna um instrumento na luta imediata entre as classes quando é conectado com o presente e com os projetos alternativos para a sociedade.

Do ponto de vista propriamente teórico, podemos dizer que o livro deve ser considerado o mais importante clássico no tratamento do Império, da transição da sociedade colonial para a sociedade plenamente capitalista e da reprodução do sentido colonial nos momentos mais recentes da história brasileira. Essa afirmação somente parece ser exagerada quando se choca com determinada tendência avaliativa estabelecida em torno do livro e que é bem representada, por exemplo, por Iglésias.¹⁴⁷ Essa opinião depreciativa não se fundamenta em argumentos plausíveis e tem causado um grande desserviço para reflexão sobre esse livro caiopradiano.

História Econômica do Brasil está para a reflexão sobre o Império e o início da República como *Formação do Brasil Contemporâneo* está para o período colonial. Para comprovar a importância do livro, é significativa a leitura de um pequeno artigo caiopradiano, escrito em 1959 e publicado junto de *Evolução Política do Brasil* a partir da década de sessenta, intitulado “Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado”. Nesse pequeno texto o historiador procura demonstrar o campo quase vazio que era, em 1959, a historiografia sobre Império; aponta, principalmente, a necessidade do estudo da transição da escravidão para o trabalho livre e das modificações econômicas do período. Naturalmente Caio Prado Jr. não poderia citar o próprio trabalho como fundamental para a superação desses limites teóricos, mas nós podemos sublinhar que o autor tinha a consciência desses limites e já havia contribuído bastante para superá-los. É importante lembrarmos também que a melhor historiografia nacional posterior

¹⁴⁷ Francisco Iglésias, “Um Historiador Revolucionário”, in Francisco Iglésias. Caio Prado Júnior - História. SP: Ática, 1982.

seguiu esse roteiro proposto pelo historiador paulista e resolveu os principais problemas teóricos seguindo a essência das teses caiopradianas sobre o período.

Serão a qualidade e a originalidade da contribuição caiopradiana que tornarão *História Econômica do Brasil* um dos livros de ciências sociais mais editados da nossa história. Isso não se explica, como quer Iglésias, pela existência de um crescente público universitário, pela pertinência temática e pelo pretense “didatismo” do livro. O público universitário é leitor potencial de qualquer livro científico e, a partir de um determinado momento, surgiram vários outros livros sobre o tema que poderiam ser utilizados como manual de história econômica brasileira; mas a obra caiopradiana em foco não deixou de ser preferida em relação a qualquer outra e tem sido reeditada regularmente até o presente. Na verdade, esse sucesso deve ser explicado pelo vigor das teses caiopradianas e pela sua renovada comprovação ao longo do tempo; as várias gerações de intelectuais brasileiros têm percebido o caráter imprescindível e insuperável do livro como chave para a compreensão dos problemas e dos impasses da nossa formação social, e isso ocorre mesmo quando não aceitam as derivações políticas das teses de Caio Prado Jr. Trata-se de um caso exemplar de vitória da ciência.

Capítulo VI

6. Livros Econômicos

6.1. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*

O livro *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*¹⁴⁸ foi publicado pela primeira vez em 1954, contudo fora escrito originalmente como tese para o concurso da cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), ocorrido no mesmo ano. Os conservadores integrantes da banca examinadora não tiveram coragem de reprovar o já consagrado autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, mas não admitiriam um comunista como professor de Economia Política; deram-lhe, então, o título de livre-docente e não o de catedrático; a manobra diminuía o escândalo e, ao mesmo tempo, impossibilitava que o historiador lecionasse para os universitários uspianos.

No primeiro capítulo do livro, o autor faz uma contundente crítica (que também aparecerá em *Esboços dos Fundamentos da Economia Política*) à Economia Política que não dá a devida atenção à particularidade do capitalismo periférico. Procura mostrar a importância da ciência da História na reflexão sobre qualquer objeto social e afirma que sua relevância é ainda maior no caso dos países atrasados, já que nelas há mais sobrevivências do passado no presente. São criticados, nesse contexto, tanto os economistas liberais quanto os teóricos ligados a CEPAL (Raul Prebisch e Celso Furtado, principalmente).¹⁴⁹

O autor procura desenhar um quadro complexo da economia brasileira, sublinhando como o passado e o futuro estão intimamente relacionados no país. Afirmará também que, apesar da complexidade estabelecida por esta unidade contraditória entre o historicamente novo e o historicamente velho, a lógica essencial da economia brasileira não seria difícil de ser percebida quando nos colocamos em um ponto de vista que leva em conta o processo histórico. Esta relativa facilidade seria determinada pela significativa homogeneidade do nosso passado.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Caio Prado Jr. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. SP: Urupês, 1954.

¹⁴⁹ Idem, DPEB, p.p. 17-27.

¹⁵⁰ Idem, DPEB, p.p. 30-33.

Nesse início do livro, existe uma crítica contundente às explicações deterministas e racistas do país. Caio Prado Jr. critica o determinismo geográfico e a idéia absurda, ainda vigente em alguns setores da sociedade civil brasileira da época, de que o povo brasileiro seria uma “sub-raça”. Sublinha que essas explicações são grosseiras e não levam em consideração os fatos; por outro lado esses disparates dariam margens a um cortejo de panacéias igualmente ridículas.¹⁵¹

O texto é permeado pela crença no progresso, num diapasão que em alguns momentos enverga um marxismo interpretado com base numa adesão pouco crítica à perspectiva iluminista. A crítica discreta aos folcloristas que exultavam com as sobrevivências do artesanato rústico em pleno século XX é uma boa janela para percebermos o “progressismo” algumas vezes exagerado de Caio Prado Jr.¹⁵² O autor não assinala qualquer positividade nas sobrevivências folclóricas; o que é uma posição fechada para as vantagens culturais que o atraso capitalista oferece em algumas dimensões.¹⁵³ Apesar desses deslizos ao analisar aspectos mais subjetivos, o progresso nunca é essencialmente visto de maneira linear quando se trata de explicar a dinâmica das relações capitalistas de produção. A própria reivindicação que o historiador faz do estudo das peculiaridades do Brasil é uma prova cabal disso. É também possível perceber que nesse e em outros livros, como já assinalamos, o autor sublinha o papel decisivo da contingência e da liberdade na história.

No segundo capítulo, o historiador faz, inicialmente, um resumo de sua teoria sobre o “sentido da colonização”. Relaciona-o com o caráter cíclico da economia brasileira e com a sua natureza predatória da mão-de-obra e do meio ambiente. Todo o arcabouço básico do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* relativo à economia brasileira é repetido de um modo mais abstrato e resumido.¹⁵⁴ O autor acrescenta uma reflexão sobre o ciclo do café e o papel decisivo que São Paulo adquire no Brasil de meados dos anos cinquenta; demonstra preocupação com a dependência que São Paulo tinha do café e que o país tinha de São Paulo. Explicita seu receio

¹⁵¹ Idem, DPEB, p.p. 27-29.

¹⁵² “O pioneirismo acrescenta-se assim o escravismo e o feudalismo. A Europa medieval se acha representada entre nós por esse artesanato primitivo que se difunde por toda parte e que não está ausente nem mesmo em importantes centros urbanos. Particularmente no Norte do país, ele constitui um traço característico tanto do interior como das capitais, por grande satisfação de turistas e folcloristas.” Idem, DPEB p.p. 8-9.

¹⁵³ Sobre as vantagens culturais do atraso veja-se, por exemplo, como o caráter colonial do capitalismo nacional possibilitou a Machado de Assis abandonar certas ingenuidades sobre a ordem capitalista que ainda eram alimentadas por vários autores franceses e ingleses. Ver, por exemplo: Roberto Schwarz. *Ao Vencedor, as Batatas*. SP: Duas Cidades, 1977; e *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. SP: Duas Cidades, 1990.

¹⁵⁴ Idem, DPEB, p.p. 33-48.

diante da possibilidade de a indústria paulista definhar com uma crise acentuada da cultura do café nos anos cinquenta e levar o país à bancarrota.¹⁵⁵

Após essas considerações relativas a São Paulo, o autor voltará a refletir sobre a necessidade de construção de uma teoria que dê conta da particularidade do capitalismo no Brasil. Critica novamente Raul Prebisch por não levar suficientemente em consideração o processo histórico.¹⁵⁶ Faz a mesma crítica feita por Marx à economia política liberal, ou seja, afirma que esta corrente não percebe a mutabilidade da história, o que seria determinado pela sua atitude apologética em relação ao sistema capitalista. Percebe-se que o autor aprofunda a crítica à teoria do desenvolvimento que se tornava hegemônica na época. Já sublinha, antecipando críticas futuras de autores diversos, o caráter linear e evolucionista daquela teoria. Observa ainda, demonstrando sintonia com uma das noções mais importantes da metodologia marxiana, que o amadurecimento de uma teoria econômica relativa ao Brasil dependeria da maturação das condições políticas, ou seja, o desenvolvimento teórico seria determinado pelo amadurecimento dos sujeitos que disputavam a determinação dos rumos do país.¹⁵⁷

No terceiro capítulo, Caio Prado Jr. analisa a reprodução do “sentido da colonização” no Brasil do século XX. Sublinha que o avanço da indústria não reverteu a lógica básica da formação social brasileira. Mesmo com a indústria produzindo mais valor do que a exportação de produtos primários, ainda era desta exportação que decorreria o impulso básico da economia. Isso porque a nossa indústria seria completamente dependente das importações de máquinas e tecnologia, as quais apenas poderiam ser pagas com as divisas adquiridas com a exportação. Essa relação entre mercado externo e interno ocorreu durante todos os ciclos econômicos pelos quais o nosso país passou. Por outro lado o ciclo do café, devido à sua duração e importância, foi o que mais contribuiu para a superação do sistema colonial, possibilitou o aparecimento de forças internas que preparam a superação do sistema em que o país sempre esteve inserido.¹⁵⁸

O historiador refere-se novamente à necessária decadência dos ciclos econômicos brasileiros e à sua ligação com a instabilidade demográfica e o fenômeno do marginalismo. O marginalismo é percebido como fruto das fases decadentes dos ciclos econômicos que se

¹⁵⁵ Idem, DPEB, p.p. 45-51.

¹⁵⁶ Idem, DPEB, 53-54.

¹⁵⁷ Idem, DPEB, p.p. 56.

¹⁵⁸ Idem, DPEB, 59-61.

sucedem e não como consequência da sobrevivência de ilhas intocadas pelas tendências econômicas dinâmicas.¹⁵⁹ A noção de subdesenvolvimento não consegue abarcar a complexidade da economia brasileira, constituída de um conjunto articulado de ciclos em vários estágios de crescimento, estabilização e decadência. O historiador afirma, claramente, que está propondo uma lei da evolução cíclica da economia brasileira; como já vimos, tal teoria é central na sua reflexão sobre a história econômica e política do Brasil.

Na seqüência, o autor critica novamente a perspectiva que identifica a evolução do capitalismo central com a evolução deste sistema econômico no Brasil. Afirma mais uma vez que seria importante apontar a especificidade da inserção do país no desenvolvimento do capitalismo internacional. Nesse ponto do texto, desenvolverá a noção de que o capitalismo não surge de dentro do país, mas teria sido imposto de fora. Em várias páginas há uma análise sobre as modernas relações capitalistas brasileiras e a parte atrasada da economia. O autor sublinha que as modernizações brasileiras deram-se por influências externas – mesmo sem esquecer de sublinhar as forças internas de superação do esquema colonial. Nega que estejamos em um estágio pré-capitalista, afirma que imaginar a economia brasileira como pré-capitalista seria aplicar de maneira mecânica a teoria sobre a evolução do capitalismo central. Não estamos na mesma situação em que se encontravam os países centrais antes de suas revoluções burguesas, estamos vivendo uma realidade de reafirmação do sistema colonial; o nosso desenvolvimento contemporâneo reproduziria a essência deste sistema, não consistiria na conformação de um capitalismo clássico.

Ao concluir o capítulo, Caio Prado Jr. procura demonstrar como o sistema colonial está presente no Brasil em pleno século XX, apesar das aparências em contrário. Afirma que a nossa indústria é artificial, consistindo de filiais de empresas estrangeiras que são remuneradas à custa de nossas exportações de produtos primários. Isso é afirmado no interior de uma reflexão mais ampla sobre as diferenças entre o antigo e o novo imperialismo e sobre as especificidades do antigo e do novo no Brasil. Mostra, finalmente, como o capital externo vai entrando com o tempo em todo o ciclo produtivo dos países periféricos. Como se pode notar, este capítulo é decisivo para uma série de discussões em torno do pensamento caiopradiano. É importante principalmente para o debate sobre a visão caiopradiana do modo de produção colonial, bem como sobre a sua opinião relativa à presumida precariedade do desenvolvimento industrial contemporâneo.

¹⁵⁹ Idem, DPEB, p.p. 65-66.

No quarto capítulo, o autor reflete sobre a centralidade do binômio mercado externo-mercado interno na economia brasileira. Afirma que, ao contrário do que ocorreria nos países centrais, no Brasil o mercado interno seria dependente do mercado externo. Aí estaria a principal fonte do desequilíbrio da economia nacional. O crescimento do mercado interno surgirá apenas como uma solução para as insuficiências do mercado externo e não como o centro da economia; as importações seriam sempre maiores do que as exportações e a produção interna surgiria apenas como forma de atenuar essa diferença. Isso, segundo o autor, poderia ser visto claramente no fato de que o crescimento da indústria tem sido sempre proporcional ao desequilíbrio do câmbio. Essa dialética entre câmbio, mercado interno e mercado externo será a essência da reflexão do autor neste capítulo. Daí ele derivará toda uma teoria sobre as insuficiências crônicas da economia brasileira e descreverá o “sistema colonial” na sua expressão contemporânea.¹⁶⁰

A insuficiência do mercado interno, o controle externo dos mercados, a rigidez da base produtiva, a intromissão do capital estrangeiro e suas conseqüências são alguns dos principais fenômenos percebidos pelo historiador por meio de uma complexa teoria sobre a economia brasileira. O autor repete a sua crítica à forma precária que tomou a industrialização e que perpetua a essência do vínculo colonial. Trata-se de um capítulo muito importante na defesa caiopradiana da tese de que o sistema colonial continua existindo no Brasil contemporâneo. Naturalmente, alguns vão “dar de ombros” e afirmarão que a indústria brasileira é contemporaneamente uma das mais importante do mundo; contudo dificilmente poderão desmontar os argumentos de Caio Prado Jr. e as evidências empíricas que expõe. Na teoria exposta pelo historiador faltam algumas mediações, porém é difícil não concordar com a sua base.¹⁶¹

No quinto capítulo, o autor procura sublinhar as possibilidades de superação do sistema colonial. Delineia as especificidades do ciclo do café e suas ligações com o desenvolvimento do mercado interno e da indústria. Essa complexificação econômica possibilitada pela cafeicultura colocaria o germe da superação do sistema colonial no qual o Brasil esteve sempre envolvido. A ampliação do mercado interno e da indústria mostraria o caminho para a construção de um desenvolvimento econômico autônomo. A construção de uma nação livre e soberana implicaria principalmente na integração da massa trabalhadora no consumo e no trabalho formal; para isso

¹⁶⁰ Idem, DPEB, p.p. 107-127.

¹⁶¹ Idem, DPEB, p.p. 27-47.

seria necessário deixar de lado os capitais externos e constituir uma indústria produtora de bens de capital.¹⁶²

No penúltimo capítulo, o historiador toma o exemplo da implementação da indústria automobilística da década de cinquenta para explicar como seria um erro imaginar que os grandes capitais estrangeiros investidos no Brasil poderiam levar o país a atingir novos patamares de desenvolvimento autônomo e coerente. Esse tipo de investimentos, por maior que sejam, sempre reproduzem a essência do vínculo colonial; ou seja, dependência externa em termos tecnológicos e financeiros, desequilíbrio na balança comercial, restrição do mercado interno e superexploração da mão-de-obra. Seria necessário superar esta ilusão sobre as presumidas positivities do capital estrangeiro e centrar a política economia brasileira na consolidação do mercado interno e em iniciativas comerciais e industriais nacionais.

Ao abordar as dimensões metodológicas da questão, critica novamente Raul Prebisch, agora porque este usaria a noção de difusionismo cultural para explicar as diferenças entre países centrais e periféricos, ou seja, colocaria de lado toda a complexidade das relações econômicas em benefício de uma noção simplista de cultura, apenas justificável para determinado campo dos estudos antropológicos. Por outro lado Caio Prado Jr. vê positivities na proposta da escola de Keynes relativa à inversão da relação entre produção e consumo, isto é, relativa à valorização do segundo pólo em relação ao primeiro. Segundo o historiador, seria fundamental para o Brasil a absorção desta parte da cultura “keynesiana”, ou seja, da cultura de valorizar o mercado interno em benefício da dinâmica da economia. No último capítulo, destacamos principalmente o fato de que o autor define o tipo de revolução que propõe para o Brasil. Seria uma revolução dentro da ordem capitalista, limite que seria determinado pelo insuficiente desenvolvimento das forças produtivas. É importante também neste capítulo o fato de que o autor preconiza a reforma agrária e propugna a necessidade de uma profunda intervenção estatal na esfera do comércio exterior.

Em uma avaliação sucinta deste livro, podemos dizer que o seu grande mérito reside no fato de que nele o autor apresenta a sua teoria sobre o Brasil de maneira sintética e em um novo nível de abstração. Isto é, essa teoria é apresentada apenas no seu esqueleto básico, sem a enorme quantidade de fatos empíricos que estão presentes em *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, o que auxilia na compreensão de algumas de suas dimensões.

¹⁶² Idem, DPEB, p.p. 147-167.

Outra grande positividade do livro encontra-se na polêmica explícita que o autor estabelece com a teoria do desenvolvimento e com o pensamento liberal-conservador; a crítica caiopradiana consiste em um elemento decisivo para a desconstrução de uma série de mitos que os liberais conservadores brasileiros produziram ao longo do tempo; mitos que têm ajudado a enterrar o progresso econômico e social do país. As teses sobre o tipo particular de desenvolvimento nacional ainda são fundamentais para compreendermos a subordinação do país aos interesses estrangeiros e o esgarçamento da nação no atual momento histórico, marcado pela hegemonia das correntes de pensamento que o autor já combatia desde as primeiras décadas do século XX.

6.2. *História e Desenvolvimento*

No prefácio de *História e Desenvolvimento*, o autor afirma que o livro reproduz a tese apresentada no concurso de livre-docência, ocorrido em 1968, para a cátedra de História do Brasil da Universidade de São Paulo. O objetivo do texto seria o de fazer um debate minucioso com a Economia Política ortodoxa sobre o desenvolvimento brasileiro. Debate que implicaria, principalmente, na crítica da perspectiva liberal-conservadora relativa ao universo econômico e na demonstração da importância da ciência da História para o tratamento adequado do tema.

O autor critica o modelo liberal-conservador porque este não levaria em consideração as especificidades nacionais e imaginaria que o Brasil estaria próximo de tornar-se uma nação plenamente desenvolvida caso tomasse o caminho tradicionalmente proposto pelas classes dominantes. Em seguida, faz uma breve e contundente análise do chamado “milagre econômico brasileiro” promovido pela última ditadura militar. Critica a desnacionalização da economia e a dependência dos fluxos de capitais estrangeiros. Mostra que esse modelo pressupõe, entre outras coisas, uma contínua elevação das exportações que o país não está em condição de promover devido às barreiras existentes no mercado internacional. Denuncia que as estatísticas oficiais exageram o papel das manufaturas em nossa pauta de exportações, na medida em que incluiriam, por exemplo, produtos como o açúcar e a manteiga de cacau na categoria dos manufaturados. Na verdade, sublinha o autor, os manufaturados comporiam apenas um terço das nossas exportações e não dois terços como afirmaria o governo.

Isso demonstraria, ainda segundo o historiador, que o país não superou a natureza colonial de sua economia, apesar da industrialização e de outras modificações econômicas. Essa

afirmação tem causado polêmica entre vários economistas e cientistas sociais. Apesar de existir um certo exagero na forma de o historiador expor a questão, acreditamos que se pode advogar a correção de sua tese. Os que se apegam à forma do enunciado, um pouco desleixado e impreciso, estão na verdade aproveitado um deslize estilístico para negar uma tese difícil de ser contestada com argumentos sólidos e base empírica suficiente. É necessário um grande esforço para não perceber a enorme dependência da economia nacional e da sociedade brasileira em relação a processos que são geridos de fora do país.

O primeiro capítulo tem um caráter introdutório e de enunciação metodológica. O autor exporá o seu objetivo principal e apresentará uma crítica básica à teoria liberal ortodoxa relativa à modernização, a principal teoria adversária daquela que o autor procurará demonstrar. Nessa análise crítica, incluirá a questão do relacionamento entre a historiografia e a ciência da Econômica, além de discutir a maneira mais fértil de interpretar o presente brasileiro com base no passado. Como em outros dos seus livros, a crítica aos liberais conservadores será baseada na crítica marxiana à chamada Economia Política burguesa, ou seja, funda-se na idéia de que os liberais desconectam o passado e o presente e utilizam, muitas vezes, abstrações pouco razoáveis.

Os liberais conservadores contemporâneos procurariam construir modelos matemáticos para compreender o fenômeno do subdesenvolvimento e para propor a sua superação. Esses modelos desconsiderariam a grande complexidade do real, ainda mais quando se referem às economias periféricas, já que esses modelos foram construídos a partir das economias centrais e os países periféricos guardam traços muito específicos de suas fases anteriores. Os liberais conservadores considerariam a existência de uma abstrata sociedade tradicional antes do capitalismo e imaginariam um caminho universal de transição de um modo de produzir para o outro. A sociedade tradicional não seria conceituada em si, nas suas especificidades, mas definida apenas em oposição à sociedade moderna. Não importaria, para essa perspectiva, as diferenças entre um passado feudal e um passado escravista.

Para o autor, essa teoria da modernização teria surgido após a Segunda Guerra Mundial, com Keynes e Rostow. Em Keynes origina-se a preocupação com as inversões produtivas, que se tornaria o centro do modelo. De Rostow derivaria a explicação mais influente sobre o processo histórico da modernização. A teoria da modernização teria surgido principalmente no interior das discussões sobre os ciclos econômicos. Caio Prado Jr. coloca como alternativa a essa abordagem

uma perspectiva que entendesse os fatos concretamente e percebesse a necessidade imperiosa da qualificação adequada do passado. A análise do passado, feita concretamente, seria fundamental para o entendimento do presente, ainda mais em países periféricos, como o Brasil, nos quais as sobrevivências pretéritas ainda têm um peso decisivo na contemporaneidade.¹⁶³

Em nossa opinião o autor compõe uma reflexão metodológica essencial para a superação das várias antinomias que aponta. Existe uma defesa clara da mutabilidade da história e do uso da noção marxiana da lógica da particularidade. A crítica à transposição de modelos vai atingir aqui os liberais conservadores, enquanto em *A Revolução Brasileira* atingirá os stalinistas e outros grupos de esquerda; ambas as críticas possuem o mesmo fundamento metodológico, apesar de endereçadas a posições políticas opostas. Nisso se pode perceber o quanto é essencial no autor a idéia de particularidade do capitalismo brasileiro. É necessário igualmente sublinhar o fato de que o seu apelo à historicidade e à processualidade não cai em uma postura subjetivista, como no historicismo alemão.

No segundo capítulo, Caio Prado Jr. reafirma que seria necessário compreendermos o sentido do Brasil colonial para entendermos o Brasil posterior. Aquele passado ainda subsistiria em essência no presente. Nesse contexto, o autor faz uma reflexão com claras dimensões filosóficas, na qual defende, por exemplo, a historicidade da *qualidade* de um ente. A essência do Brasil continuaria a mesma e, ao mesmo tempo, se modificaria até chegar em um momento no qual surgiria a possibilidade de sua superação por uma outra essência. Podemos perceber que esse enquadramento filosófico aproxima-se das posições de Hegel e Marx. Seria importante sabermos até que ponto o autor tem consciência dos complexos problemas filosóficos embutidos nesta questão. Naturalmente isso apenas seria possível com a análise de seus livros propriamente filosóficos; porém, como já assinalamos, essa tarefa teórica ficaria deslocada em nossa tese, que se propõe inscrita no universo da ciência e não na esfera da filosofia.

Outro momento filosófico significativo do texto surge quando o autor comenta a colonização. Separa e relaciona dialeticamente as intenções do sujeito e as chamadas condições objetivas. Isso é apenas um esboço do que poderia ser dito sobre a subjetividade e a objetividade na *práxis* humana, contudo já demonstra uma utilização bastante consciente de determinados pressupostos metodológicos. É relevante notar que o autor deixara esta dimensão filosófica

¹⁶³ Idem, HD, 1972, p.p. 17-27.

apenas implícita em *Evolução Política do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*. É importante lembrar, neste contexto, que esses três livros foram publicados antes do aprofundamento dos estudos de Caio Prado Jr. sobre a história da filosofia, já que vieram à luz antes de *Dialética do Conhecimento e Notas Introdutória à Lógica Dialética*.

No terceiro capítulo, há a transposição do conteúdo das partes iniciais de *Evolução Política do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*. O historiador demonstra como a colonização brasileira foi um resultado das modificações do comércio europeu. Analisa, por exemplo, a extração do pau-brasil e a implantação dos engenhos de açúcar. Essa repetição precisa ser analisada com cuidado, pois abre uma janela para a reflexão sobre a continuidade e a ruptura no pensamento caiopradiano. Essas repetições não demonstram que inexistiu evolução no pensamento do historiador; na maior parte das vezes, (que não é o caso deste capítulo, onde na verdade há apenas repetição do já afirmado) existe a reafirmação de teses básicas junto de um aumento de seu grau de concreção.

No quarto capítulo, ¹⁶⁴ há uma análise da estrutura econômica do início do período colonial e da lógica básica do desenvolvimento da sociedade dessa época. O autor reflete principalmente sobre a escravidão do índio e do negro. Existem algumas modificações, em relação a outros livros, na opinião do historiador sobre as causas do abandono do trabalho escravo indígena; há uma maior ênfase na capacidade de resistência dos povos autóctones. Devido a essas modificações, este capítulo é fundamental na análise do tratamento dispensado por Caio Prado Jr. ao índio brasileiro. No contexto de um possível trabalho acadêmico focado nesse tema, seria importante analisar as causas objetivas e subjetivas dessas mudanças de opinião. Entre essas causas provavelmente estarão inseridas a evolução da Antropologia contemporânea e as mudanças nas relações entre povos indígenas e sociedade capitalista no Brasil da segunda metade do século XX.

O quinto capítulo traz a demonstração de como o açúcar era o centro da economia e da sociedade coloniais e também de como esse elemento determinava a extensão e o nível do povoamento, além da distribuição geográfica dos habitantes. A atividade pecuária, apesar de ser menos importante em relação ao açúcar, teria desempenhado papel decisivo no povoamento do Sertão nordestino e do resto do interior do país; contudo essa atividade apenas existiria como

¹⁶⁴ Idem, HD, 1972, p.p. 39-43.

apêndice das zonas exportadoras de produtos tropicais ou de minérios, nas quais encontrava os seus consumidores. A função exportadora era tão decisiva que produzia a fome endêmica pelo desestímulo às lavouras de subsistência, notadamente a mandioca, principal esteio alimentar da época. Nenhuma legislação conseguiu subverter este quadro de fome, já que o mesmo seria determinado pelas correntes mais profundas da economia. Como se pode notar, tudo isso não difere do afirmado pelo autor nos livros anteriores; a principal diferença reside no fato de que a apresentação de sua teoria ganha uma forma mais sintética e abstrata.

O historiador procura demonstrar de maneira detida, no sexto capítulo, como ocorreria a reprodução do sentido da colonização brasileira.¹⁶⁵ Mostra que a especialização da economia limita o mercado interno; limitação que seria reforçada pelo caráter escravocrata dessa economia e, portanto, pela inexistência de um significativo mercado de massa. Desse modo, a baixa divisão social do trabalho levaria à baixa divisão social do trabalho, conformando um círculo perverso. A economia iria, então, saltando de ciclo em ciclo sem sair essencialmente da estrutura inicial. Este processo apenas começaria a ser negado de uma maneira mais significativa com a chegada de todas as transformações trazidas pelo século XIX. Então começaria o processo de diferenciação econômica que iria colocar no presente as possibilidades de superação da herança colonial e de construção do Brasil como uma verdadeira nação. É importante constatar que neste capítulo, e no livro como um todo, o autor tem o mérito de tratar de maneira mais sintética e explícita sobre a reprodução do sentido da colonização nas etapas mais contemporâneas da história brasileira.

No sétimo capítulo, o autor procura explicar como o originário sentido da colonização passou a ser subvertido a partir do fim do século XVIII e durante todo o século XIX.¹⁶⁶ A Revolução Industrial teria derrotado o capitalismo mercantilista e, conseqüentemente, teria destruído as condições de existência do Pacto Colonial. O novo mundo industrial trará novos estímulos ao Brasil. Ocorre a diferenciação interna da economia, da cultura e da sociedade brasileiras. O ciclo do café foi um dos principais elementos dessa diferenciação. Todavia o processo de superação do passado ainda estaria incompleto. Os elementos que trouxeram o início da sua negação também impediriam, por outro lado, sua plena superação. Seria este o estágio atual do desenvolvimento da formação social brasileira. Este capítulo explicita de maneira

¹⁶⁵ Idem, HD, 1972, p.p. 48-50.

¹⁶⁶ Idem, HD, 1972, p.p. 51-56.

sintética opiniões apresentadas anteriormente em outros trabalhos do autor. Este caráter sintético facilita a superação de algumas dúvidas de interpretação de seus textos mais extensos.

No oitavo capítulo, há a demonstração da importância da nova conjuntura mundial e da cafeicultura na diversificação do país nos séculos XIX e XX.¹⁶⁷ Existe também uma análise da forma pela qual o café possibilitou o desenvolvimento do mercado interno e da indústria no Brasil. Notamos aqui, mais uma vez, a proximidade dessa tematização de Caio Prado Jr. com as conhecidas abordagens posteriores de importantes economistas brasileiros, como Wilson Cano, Sérgio Silva e Francisco de Oliveira.

No nono capítulo, o historiador trata do decisivo tema da reprodução da lógica colonial no universo da industrialização brasileira; ¹⁶⁸ torna mais concreta a sua tese de que a indústria do país seria constituída sobre a mesma base estrutural da antiga economia agrária. Mostra também a relação do capital externo com o desenvolvimento econômico brasileiro. Procura sublinhar a contradição que reside no fato de que o capital estrangeiro colocaria as condições para a superação da herança colonial e, ao mesmo tempo, ergueria várias barreiras para sua definitiva superação. Caio Prado Jr. conclui fazendo uma análise detida do processo de substituição de importações, dando centralidade às questões cambiais. Em nossa perspectiva, essa parte do livro é fundamental para a negação da tese de que o historiador paulista teria tratado a industrialização com ligeireza. Há toda uma tematização detida e sistemática da indústria nacional.

O autor trata, no décimo e último capítulo, das relações entre as duas tendências básicas da economia brasileira: a voltada para o mercado externo e a voltada para o mercado interno.¹⁶⁹ Faz uma crítica à teoria liberal-conservadora por não ser capaz de perceber as marcantes singularidades no relacionamento entre o mercado externo e o mercado interno no caso brasileiro. No Brasil, o mercado externo ganharia um papel exagerado e determinaria toda a marcha da economia. Por fim, o historiador sublinha mais uma vez que o sentido exportador da economia teria colocado as bases da construção da nação e impediria, paralelamente, a efetivação desse objetivo. O caráter assumido pelo processo de industrialização no país reproduziria a profunda dependência das exportações e do mercado exterior.

¹⁶⁷ Idem, HD, 1972, p.p.57-69.

¹⁶⁸ Idem, HD, 1972, p.p. 70-84.

¹⁶⁹ Idem, HD, p.p. 85-92.

Neste livro há, de um lado, uma repetição sintética da interpretação caiopradiana sobre a formação social brasileira, de outro lado existe o aprofundamento de questões metodológicas relativas à teoria da modernização e desenvolvimentos importantes sobre a industrialização brasileira na segunda metade do século XX. Há ainda, pela primeira vez em um texto caiopradiano não filosófico, a apresentação das dimensões filosóficas de sua interpretação do Brasil. O livro ressent-se um pouco de ter sido um texto “encomendado”, ou seja, de ter tido o objetivo principal de concorrer a uma vaga de livre-docente e não o de apresentar o resultado de um período de pesquisa. Isso explica uma certa falta de originalidade; contudo as contribuições que o livro traz são suficientes para que a obra não seja considerada menor ou pouco relevante. Entre outras singularidades desta obra, nota-se que ela apresenta uma atualização do estilo do historiador; percebe-se que o texto caiopradiano ganha um acento mais abstrato e erudito, abandonando o caráter didático e límpido das suas obras mais conhecidas. Esta mudança tem relação, em nossa opinião, com a necessidade de adequar o estilo ao código lingüístico do público de especialistas da Universidade de São Paulo.

6.3. *Esboços dos Fundamentos da Economia Política*

Em *Esboços dos Fundamentos da Economia Política*, o historiador paulista preocupa-se em desenvolver reflexões sobre a metodologia da ciência econômica e sobre a teoria relativa ao modo de produção capitalista.¹⁷⁰ No prefácio, o autor explicita o objetivo de refletir sobre as bases fundamentais da teoria econômica, com o foco na relação entre ação e pensamento, teoria e política. Isso seria importante para a teoria econômica principalmente em países periféricos, nos quais a realidade divergiria muito dos modelos inspirados na realidade dos países centrais. Há uma relevante reflexão sobre o estatuto científico das disciplinas Economia Política, História Econômica e História das Doutrinas Econômicas. Caio Prado Jr. faz uma reflexão dialética sobre o assunto, em um diapasão próximo, por exemplo, da crítica de Lukács à fragmentação da teoria social. Afirma que não podemos analisar os fatos econômicos apenas na sua configuração presente, como faz a economia política liberal-conservadora. Seria necessário percebermos esses fatos também na sua processualidade; daí a importância da História Econômica. Por outro lado as doutrinas econômicas seriam expressões eruditas do pensamento do homem comum, ou seja, as

¹⁷⁰ Caio Prado Jr.. *Esboços dos Fundamentos da Economia Política* p.p. 1-12.

doutrinas fariam parte dos fatos econômicos em si e, além disso, moveriam os indivíduos e as instituições no universo da economia. Portanto, segundo o autor, seria necessário utilizarmos as três disciplinas assinaladas de uma maneira integrada.

No final do prefácio, o historiador reafirma que a posição metodológica proposta pretenderia realçar a íntima conexão entre teoria e prática, e dessa forma evitar posicionamentos metafísicos muito prejudiciais para a análise de países periféricos e perniciosos para a construção de uma adequada política econômica. É importante sublinhar esta reafirmação feita por Caio Prado Jr., constante em vários dos seus livros, para dar uma idéia mais efetiva da ênfase com que o autor destaca esta noção em toda a sua trajetória intelectual.

O autor inicia o primeiro capítulo¹⁷¹ criticando a idéia da neutralidade do cientista social. Procura mostrar que seria um absurdo separar o cientista do homem comum; o cientista também seria um indivíduo condicionado pela sua formação e pela sua época. Mesmo o historiador de épocas remotas abordaria o seu objeto a partir das suas referências do presente. O autor procura condenar a atitude de tomar-se a física como paradigma das ciências sociais, já que a relação entre o sujeito e o objeto seria muito diferente nas duas; na física, o objeto seria a natureza, nas ciências sociais, o objeto seria o próprio ser humano. Nas ciências sociais haveria uma identidade entre o sujeito pensante e o objeto. Naturalmente isso não significaria uma indeterminação, uma identificação total, mas apenas um mútuo condicionamento.

Em nossa opinião, o historiador revela ter certa dificuldade de superar as perspectivas criticadas; isso ocorre porque na sua posição faltam algumas mediações que articulariam de um modo mais preciso a subjetividade e a objetividade. Falta, essencialmente, a categoria “trabalho” como centro da conexão entre a subjetividade e a objetividade. A palavra “trabalho” nem aparece no capítulo. Desse modo, a articulação dos dois universos parece exterior, insuficiente. A própria flexibilização do materialismo e a sua humanização acabam dando em uma teoria próxima do subjetivismo, na qual, por exemplo, tanto o pensamento vem antes da matéria quanto a matéria vem antes do pensamento. Existe também uma relevante confusão no que se refere aos papéis do pensamento cotidiano e da teoria.

É significativa a crítica do autor ao marginalismo e a outras vertentes da Economia Política contemporânea que procuram juntar o psicologismo com o materialismo mecanicista.

¹⁷¹ Idem, EFEP, p.p. 13-28.

Contudo a superação proposta pelo autor também não convence. Caio Prado Jr. nega a existência do *homo economicus* e de qualquer outra natureza humana a-histórica, contudo não afirma qual seria concretamente a natureza histórica do homem; restringe-se a afirmar que a natureza humana seria processual, que o seu presente dependeria das suas experiências passadas. Esta dificuldade provavelmente vem do desconhecimento da importância do “trabalho” estruturação da natureza humana.

No segundo capítulo, há uma exposição em linhas bastante gerais do processo paulatino de mercantilização das relações econômicas.¹⁷² O autor está preocupado em demonstrar as especificidades da economia capitalista a partir de sua comparação com estágios anteriores. Faz, então, um percurso, em um alto grau de abstração, que começa no comunismo primitivo, passa pelo feudalismo e chega até a industrialização capitalista. Dá ênfase aos obstáculos existentes ao processo de mercantilização e deixa implícita a opinião de que esse processo foi altamente benéfico. Sublinha a importância da divisão do trabalho e, principalmente, da mercantilização da mão-de-obra e da universalização do comércio. Destaca também que a divisão do trabalho seria a principal responsável pelo aumento da produtividade econômica. Mostra como historicamente houve dificuldades para que o valor de troca submetesse o valor de uso; essas dificuldades teriam ocorrido principalmente devido ao fato de que a transformação da força de trabalho em uma mercadoria constituiu-se em um processo longo, complexo e cheio de idas e vindas.

Nesse contexto teórico, dá o exemplo da abordagem de Aristóteles sobre a questão do valor de troca e não diz que Marx foi o primeiro a chamar atenção sobre essa problemática no filósofo grego; o que deve ser explicado pelo fato já mencionado de que Caio Prado Jr. evitava demonstrar erudição desnecessariamente. Esse fato nos faz lembrar duas questões relevantes: 1) a forma caiopradiana de citar os clássicos é sempre parcimoniosa; e 2) o autor procura sublinhar a determinação social do pensamento, já que explica, como o faz Marx, os limites teóricos de Aristóteles pela insuficiência do desenvolvimento do objeto.

Consideramos como positiva a radicalidade quase filosófica do autor no tratamento da história da mercantilização. Há uma reflexão materialista que foge da vulgaridade e do idealismo. Porém falta o auxílio da dimensão ontológica do pensamento de Marx; por exemplo, o autor não percebe que é incapaz de explicar radicalmente o egoísmo dos indivíduos, que preferem competir

¹⁷² Idem, EFEP, p.p. 29-47.

por recursos escassos assim que a produção de excedentes torna-se possível. Seria necessária uma detida reflexão sobre o caráter intransferível das decisões individuais, entre outras complexas noções, para que o egoísmo fosse explicado de maneira satisfatória e anticapitalista. Pode-se também perceber um certo evolucionismo neste momento do texto caiopradiano. Não no sentido de que seja equivocado perceber vários momentos na história, mas no sentido de desprezar em bloco os modos de produção anteriores ao capitalismo. É um erro importante, já que o progresso humano é geralmente contraditório: todos os modos de produção existentes até hoje trouxeram avanços e recuos para a humanidade.

O autor inicia o terceiro capítulo mostrando o funcionamento básico do capitalismo.¹⁷³ Aponta a relação entre produção e consumo e o papel da força de trabalho na produção do valor e na acumulação de capital. Em um segundo momento, que se inicia na página cinquenta e três e vai até o fim do capítulo, o autor procura mostrar como foi o desenvolvimento da Economia Política desde os fisiocratas até a negação marginalista da lei do valor. Procura sublinhar como os avanços e recuos desta disciplina a refletiram o desenvolvimento do capitalismo e as perspectivas das duas principais classes em luta: o proletariado e a burguesia.

Mostra ainda que os fisiocratas apenas começaram a reflexão e Adam Smith avançou enormemente ao propor a noção do trabalho como a medida do valor; essa teoria do valor seria aperfeiçoada, logo em seguida, por David Ricardo. Os socialistas utópicos utilizavam esta teoria para defenderem as suas posições anticapitalistas. Marx aprofundou esta teoria do valor trabalho e deu uma forma acabada à teoria da mais-valia. Caio Prado Jr. faz toda uma demonstração da teoria do valor de Smith e Ricardo e da complexa versão marxiana dessa teoria. Na sequência, sublinha que a Economia Política posterior que se colocou na perspectiva burguesa apegou-se aos erros de Ricardo e Smith e esqueceu os seus acertos. Dessa forma, passou a destacar a aparência dos fenômenos contra a sua essência. Essa aparência seria teoricamente sistematizada e batizada de ciência; contudo, na verdade, representaria apenas os interesses imediatos dos capitalistas transubstanciados em uma linguagem técnica.

Esse tipo de teoria confunde o capital com os fatores materiais de produção, daí conclui que não é apenas a força de trabalho que contribui para a constituição do valor das mercadorias. Naturalmente isso gera enormes contradições nessa perspectiva, que são notadas, por exemplo, na

¹⁷³ Idem, EFEP, p.p. 48-79.

sua incapacidade de elaborar uma lei geral sobre a contribuição de cada fator de produção para o valor das mercadorias.

Na conclusão do capítulo, o autor mostra como a Economia Política desenvolveu uma teoria completamente apologética sobre o equilíbrio do capitalismo; trata-se da famosa lei de Say. Diante das crises do sistema, a teoria apologética adotou a tese de que as crises periódicas fariam parte do ciclo econômico normal do sistema, o qual oscilaria como um pêndulo em busca de seu próprio equilíbrio. Essa teoria passou a justificar a idéia de que uma grande prosperidade sempre prepara uma grande crise; então os governos passaram a tentar frear determinados níveis de prosperidade, já que temiam a crise que surgiria necessariamente. Em nossa perspectiva, esse terceiro capítulo constitui uma ótima síntese da história dos principais momentos da economia política; síntese que lembra muito a abordagem de Marx em *Teorias da Mais-Valia*, texto citado no livro pelo próprio historiador paulista.

O quarto capítulo trata do papel do lucro na economia capitalista e das crises de superprodução e subconsumo.¹⁷⁴ O autor critica os posicionamentos da Economia Política liberal-conservadora por meio da exposição da interpretação marxiana e marxista. Mostra como a ortodoxia liberal confunde lucro com poupança e, dessa maneira, encobre o fato de que o lucro é o móvel essencial do sistema. Afirma ainda que essa teoria não explicaria de maneira satisfatória as crises porque não reconheceria os fenômenos do subconsumo e da superprodução. O autor procura expor a interpretação marxiana das crises. Procura sublinhar a complexidade da explicação marxiana sobre a superação relativa das crises de subconsumo no capitalismo.

Não cabe reproduzirmos detalhadamente a exposição do autor sobre esses problemas da teoria econômica; mais importante é analisar, por exemplo, as influências teóricas que o texto nos deixa perceber. Não estamos certos se o autor leva em consideração o debate que envolveu Rosa Luxemburgo, Lênin e os teóricos da ala moderada da Segunda Internacional sobre o subconsumo e os limites da acumulação capitalista. Também não temos certeza do quanto o historiador tem consciência da diferença entre consumo final e consumo produtivo no interior da explicação do subconsumo. Quando o autor refere-se à relação entre as possibilidades de superação das crises e o avanço das relações capitalistas sobre outras relações, temos a impressão de que está influenciado pela abordagem que Rosa Luxemburgo faz do tema, mas o próprio autor não cita a

¹⁷⁴ Idem, EFEP, p.p. 79-109.

revolucionária polonesa em nenhum momento. É interessante notar que neste capítulo há várias citações de Marx, talvez o maior número de citações do pensador alemão em todos os livros caiopradianos. Nota-se que o historiador cita poucos autores, mesmo indiretamente demonstrando ter lido um grande número de obras.

O quinto capítulo é essencialmente uma exposição muito crítica da teoria econômica de Keynes.¹⁷⁵ Caio Prado Jr. centra sua crítica na superficialidade com que o economista britânico pretenderia explicar as crises de superprodução e subconsumo do capitalismo. Essa crítica caiopradiana procura mostrar que o economista designa como inversão apenas os gastos com equipamento e bens de consumo duráveis e, por outro lado, não considera os gastos com a mão-de-obra. Esse tipo de confusão teórica tirará a possibilidade de Keynes entender o fenômeno do subconsumo estrutural, que se fundamenta no desnível necessário entre o consumo final e a produção.

Ainda segundo historiador, Keynes procurou explicar os grandes períodos depressivos vividos pelo capitalismo no século XX, períodos que a economia política liberal ortodoxa não tinha mais como compreender, já que estava muito comprometida com a tese de que haveria um equilíbrio perfeito entre consumo e produção. A teoria de Keynes, na medida em que parecia explica o fenômeno sem chegar a conclusões revolucionárias, passou a ser aceita pela maioria dos economistas liberais. Caio Prado Jr. faz uma exposição detalhada das insuficiências da teoria Keynesiana; o autor chega a demonstrar que essa teoria não possui uma verdadeira justificação para a intervenção estatal na economia; afirma, inclusive, que a intervenção do Estado contraria os verdadeiros pressupostos do keynesianismo. Para o historiador, a intervenção estatal fez-se antes de Keynes, originando-se em medidas práticas inspiradas no bom senso. Por fim, o autor procura demonstrar que as propostas reformistas não têm a diminuição do desemprego como resultado necessário, já que essas propostas implicam na diminuição dos investimentos.

No sexto capítulo, há uma análise detida do capitalismo em sua fase monopolista.¹⁷⁶ Existe também a defesa de uma reflexão particularizada sobre o capitalismo contemporâneo; o autor sublinha as mudanças na natureza da concorrência e no papel do desenvolvimento tecnológico, entre outros aspectos relevantes. O historiador demonstra um grande conhecimento do mecanismo de criação da mais-valia e a sua conexão com o desenvolvimento tecnológico e a

¹⁷⁵ Idem, EFEP, p.p. 110-139.

¹⁷⁶ Idem, EFEP, p.p. 139-189.

taxa de lucro. Critica a economia política ortodoxa e o keynesianismo por não perceberem as novas condições de formação dos preços e da taxa de lucro na época dos monopólios. Há uma longa e diversificada análise sobre os vários aspectos do capitalismo contemporâneo; tanto no que se refere à macroeconomia quanto no que se relaciona à microeconomia. Caio Prado Jr. demonstra um grande conhecimento da literatura internacional sobre o tema.

Em um outro trabalho acadêmico, seria importante aquilatar a relevância desse capítulo. Procurar saber, por exemplo, se existiam outros textos econômicos da esquerda brasileira da época com tal profundidade na leitura do capitalismo do século XX. O historiador chega a fazer, pioneiramente no Brasil, reflexões importantíssimas sobre o Estado do Bem-Estar Social, no sentido da desmistificação do consenso keynesiano em torno das formas de compatibilizar os interesses operários e os interesses capitalistas. Por outro lado, consegue antever a insatisfação da burguesia com os keynesianos e a ascensão do neoliberalismo quando este fenômeno apenas se iniciava.

O texto do capítulo é muito rico e não cabe detalhá-lo completamente. Queremos sublinhar, nessa altura da exposição, uma questão um pouco lateral, mas relevante: a parcimônia com que o autor cita as obras de que se serviu. Há algumas citações de Marx e muitas paráfrases desse pensador. As referências a outros autores são reduzidas ao máximo, apesar da grande erudição de Caio Prado Jr. Como já afirmamos, isso talvez possa ser explicado pelo fato de que a exposição inútil e pomposa do conhecimento não se coadunava com sua personalidade ponderada e tranqüila. A parcimônia na citação de Marx, que é notável, também se relaciona, em nossa opinião, com uma postura crítica à prática stalinista de citar os clássicos exclusivamente para demonstrar autoridade.

No sétimo capítulo, o autor critica a “teoria da modernização” por esta perspectiva transportar mecanicamente o desenvolvimento dos países centrais para os países periféricos.¹⁷⁷ O historiador mostra então as diferenças entre esses blocos de países. Usa a mesma linguagem e teoria que será posteriormente empregada, por exemplo, pelas tendências mais à esquerda do pensamento social uspiano. Esses parágrafos são importantes principalmente porque dão clareza, profundidade e concreção a afirmações expostas anteriormente em outros livros.

¹⁷⁷ Idem, EFEP, p.p. 189-211.

Na seqüência, o autor procura demonstrar o caráter periférico do Brasil em termos puramente econômicos – o que é teoricamente fundamental. Faz uma análise detida da relação entre investimento externo, industrialização e balança de pagamentos. Trata particularmente da questão da moeda nacional em sua relação com o dólar. Constrói um universo teórico bastante complexo e inovador para apontar a reprodução econômica da dependência e do chamado subdesenvolvimento brasileiro. Finalmente, conclui que o investimento externo produz o desenvolvimento quantitativo dos países periféricos, no entanto eterniza a dependência e o subdesenvolvimento.

No oitavo capítulo, o historiador continua no mesmo tema, permanece em busca de determinar as singularidades dos países periféricos. Chama muita atenção para o descompasso entre a acumulação e a inversão nesses países; sublinha o fato de que há um desencontro entre os vários setores da economia: não existiria, por exemplo, uma demanda permanente para os bens de produção. Mostra como a balança comercial, devido aos problemas cambiais, ganha uma importância que não possui nos países centrais. O autor insiste em que a Economia Política ortodoxa desconhece completamente essas especificidades, permanece sempre identificando os países periféricos e os países centrais.

Nas últimas páginas, há uma reflexão muito importante sobre o papel do Estado na superação do caráter periférico da economia brasileira. Existe também uma análise sobre as possibilidades e a oportunidade do socialismo no Brasil. O autor defenderá a intervenção ampla do Estado como única solução. Porém, por outro lado, afirmará que não existiriam as condições econômicas para o socialismo no país. Admite que a socialização relativa da economia nos países periféricos é imposta pela fragilidade das relações capitalistas e não pelo seu desenvolvimento pleno. O historiador trata aqui de uma questão central.

Em uma apreciação sintética do livro, podemos dizer, inicialmente, que se trata de uma das obras de teoria pura desenvolvida por Caio Prado Jr. Assim como tratará, em *Dialética do Conhecimento* e em outros livros de filosofia, de discussões filosóficas bastantes abstratas e complexas, no livro que estamos enfocando o historiador debruça-se sobre as mais complexas e abstratas polêmicas do pensamento econômico moderno. Em nossa opinião, o livro cumpre brilhantemente os objetivos propostos pelo autor; ao longo do texto o leitor pode encontrar uma exposição sucinta e competente das três tendências principais do pensamento econômico

ocidental: o liberalismo clássico e seus rebentos contemporâneos, o keynesianismo e o marxismo. O autor propõe teses muito criativas e férteis sobre vários aspectos do capitalismo monopolista contemporâneo. Esta obra merece, certamente, um lugar muito mais importante do que lhe tem sido dado até o momento, tanto no conjunto dos trabalhos caiopradianos como na história do pensamento econômico nacional.

Capítulo VII

7. Livro Agrário

7.1 *A Questão Agrária no Brasil*

O livro é constituído por artigos publicados na *Revista Brasiliense* entre 1960 e 1963, um período de grande agitação no debate sobre a reforma agrária.¹⁷⁸ A parte mais importante da obra encontra-se no primeiro capítulo, no qual o autor expõe uma teoria sistemática sobre a questão agrária no Brasil. Essa teoria sublinha principalmente as contradições entre grande e pequena propriedade e enfatiza as implicações dessas contradições no mercado de mão-de-obra. Há também, nessa teoria, a proposta de desmistificar a presumida positividade da grande exploração agropecuária e de demonstrar as causas sociais de seu baixo desempenho tecnológico.

O autor começa com uma crítica aos fundamentos metodológicos da abordagem liberal-conservadora do desenvolvimento agropecuário e mostra como, ao contrário do proposto por esta linha de pensamento, os problemas econômicos devem ser compreendidos como problemas humanos, como relações entre grupos e classes sociais, e não de uma maneira fetichista. Nesse contexto o historiador faz uma reflexão sobre várias linhagens políticas contemporâneas e suas bases epistemológicas. Procura mostrar como a meta política de uma linha ideológica tende a determinar toda a abordagem dos problemas. Contudo o tratamento caiopradiano desse tema é insuficiente e abre espaço para críticas como as que aparecerão, por exemplo, em um artigo de Cláudio Tavares.¹⁷⁹ Para evitar a abertura deste flanco teórico, seria necessário que Caio Prado Jr. tivesse desenvolvido uma reflexão mais detalhada sobre o relacionamento entre objetividade e parcialidade nas ciências sociais, particularmente na economia. É insuficiente relacionar de uma maneira demasiadamente abstrata, como faz o autor, as teorias científicas e os projetos políticos.

No capítulo referido, Caio Prado Jr. realiza a análise de tabelas do Censo Agropecuário para demonstrar a concentração da propriedade fundiária no país. Mostra a universalidade, a profundidade e a mutabilidade deste fenômeno. Esse tipo de leitura das tabelas do Censo Agropecuário parece ter inspiração na abordagem feita por Lênin dos dados agrícolas da Rússia e dos Estados Unidos em dois dos seus textos mais conhecidos sobre a questão agrária. Seria

¹⁷⁸ Caio Prado Jr. *A Questão Agrária no Brasil*. SP: Brasiliense, 1979.

¹⁷⁹ TAVARES, Assis. "Caio Prado Jr. e a Teoria da Revolução Brasileira". *Revista da Civilização Brasileira*, n. 11-12, SP, 1966-67.

relevante, em trabalho acadêmico específico, investigar até que ponto essa metodologia caiopradiana influenciou os pesquisadores que se debruçaram posteriormente sobre a questão agrária no Brasil.

O autor analisa ainda a conexão existente entre o passado colonial e a concentração da terra. Afirma que, apesar de todos os percalços técnicos, a agropecuária brasileira cumpriu os objetivos de ser um grande e lucrativo negócio em benefício de uma minoria dominante. Isso teria ocorrido pelo fato desta minoria ter monopolizado a terra e imposto circunstâncias difíceis à classe trabalhadora para a venda de sua força de trabalho. Os baixos padrões de vida dos trabalhadores rurais seriam conseqüências e causas (num segundo momento) da situação de atraso da agropecuária e mesmo da economia brasileira como um todo. O historiador faz toda uma abordagem sobre a relação entre desenvolvimento tecnológico e a baixa remuneração dos trabalhadores. O desenvolvimento da grande exploração agropecuária no país seria inversamente proporcional ao desenvolvimento da pequena. Esse fenômeno teria relação com a grande disponibilidade da mão-de-obra e com o baixo custo da força de trabalho.

Sem ter o acesso à propriedade da terra, os trabalhadores rurais ficam muito frágeis na negociação salarial, o que concorreria também para o achatamento dos salários dos trabalhadores urbanos. O historiador dará ênfase a essa questão no equacionamento da reforma agrária, ou seja, sublinhará a importância da melhoria das condições de vida do assalariado rural, que teria efeitos positivos também para o trabalhador urbano e para a economia como um todo. Critica, inclusive, a grande exploração agrícola que destina sua produção para o mercado interno brasileiro. Procura demonstrar que, até nesse caso, estaria presente uma diminuição das possibilidades da divisão social do trabalho, o que vai determinar para a região em questão quase todos os problemas das regiões que exportam para outros países.

Na reflexão sobre a dicotomia grande propriedade-pequena propriedade o autor refere-se ao seu texto: “A distribuição da propriedade fundiária no Estado de São Paulo”, publicado na *Revista de Geografia*, número 01, em 1934. O que chama mais atenção nesse caso é a utilização de um texto de 1934 para justificar uma opinião expressa em 1960; ou seja, no entender do próprio autor, ele mesmo não teria mudado de opinião ao longo de vinte e seis anos sobre uma questão deveras controversa.

Caio Prado Jr. também reflete sobre o paradoxo da escassez aparente de mão-de-obra na agropecuária brasileira convivendo com o seu baixo preço. Do ponto de vista do desvelamento da abordagem caiopradiana, seria importante tratar desta opinião com vagar em trabalho específico sobre o pensamento caiopradiano relativo à reforma agrária, inclusive porque foi alvo de críticas contundentes do citado Tavares, o qual afirma que o historiador paulista estaria sendo incoerente. Nesse contexto, Caio Prado Jr. também refletirá detidamente sobre as formas de remuneração e, particularmente, sobre a parceria. Argumentará ainda uma vez contra a tese do feudalismo no Brasil, sublinhando que o nosso passado foi escravocrata e que, portanto, as sobrevivências existentes no presente seriam escravistas, não feudais. No interior desta polêmica, o historiador critica aqueles que desejam acabar apenas com o latifúndio improdutivo, e mostra que o próprio latifúndio conceituado como produtivo também é causa essencial da maior parte dos problemas sociais existentes no campo brasileiro.

Caio Prado Jr. dá mais ênfase à distribuição de terras neste capítulo do que o fará nos próximos e em *A Revolução Brasileira*. Em outro artigo inserido no livro, haverá uma negação da racionalidade econômica do retalhamento da grande exploração agropecuária, o que consiste, aparentemente, numa mudança brusca de posição. É possível que tenha havido uma mudança na perspectiva do autor entre 1960 e 1963. No artigo “A Reforma Agrária e o Momento Nacional”, também constante no livro, onde o historiador critica o programa de reforma agrária do governo de São Paulo, a ênfase na divisão das grandes propriedades é bastante forte; o que não ocorre em “Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”, outro artigo que compõe o livro que ora analisamos. No último artigo que conforma o livro, intitulado “O Estatuto do Trabalhador Rural”, Caio Prado Jr. irá radicalizar sua idéia de que a reforma agrária deveria basear-se na aplicação das leis trabalhistas no campo e não no retalhamento da propriedade agrária. Como se sabe, essa opinião será retomada e desenvolvida em *A Revolução Brasileira*.

Em uma avaliação sintética, podemos afirmar que esse conjunto de textos caiopradianos consiste em uma aplicação de sua interpretação do Brasil no desvelamento da questão agrária em sua configuração contemporânea. Apesar de conter oscilações que já evidenciamos, esse universo de textos demonstra a fertilidade da teoria caiopradiana sobre a formação social brasileira e o talento do autor na sua aplicação a uma problemática particular. A qualidade dessa tematização caiopradiana da reforma agrária pode ser atestada pelo fato de que a maior parte dos autores marxistas ou de outras correntes de esquerda que se ocuparam posteriormente do tema partiram

sempre das teses de Caio Prado Jr. e caminharam no sentido de aprofundá-las e nunca de negá-las na sua essência.

Capítulo VIII

8. Trajetória dos Livros Caiopradianos

A História do Livro é uma área científica ainda incipiente no Brasil, apesar de já existirem alguns grupos de pesquisa promissores. Isso dificulta a avaliação do impacto que qualquer obra tenha causado no meio intelectual brasileiro. As bases de dados usadas pelos editores são pouco acessíveis ao público mais amplo, algumas características das normas usadas para registrar as referências bibliográficas, mesmo nas melhores bibliotecas, inibem aspectos decisivos da pesquisa e ainda inexitem linhas teóricas consolidadas. Desse modo, para dar um exemplo, a confusão entre reedição e reimpressão, cometida freqüentemente por editoras, bibliotecas e instituições públicas responsáveis pelo registro editorial dificulta que saibamos ao certo o número de exemplares e edições de um determinado livro. O ISBN não registra as reimpressões, mas apenas as edições que tenham modificações significativas. Ou seja, seu banco de dados ajuda pouco caso busquemos saber o número de vezes que um livro foi demandado pelo mercado editorial.

Mesmo com essas dificuldades, optamos por pesquisar os dados sobre o destino editorial dos principais livros de Caio Prado Jr. com a intenção de termos uma idéia mais aproximada e objetiva da influência do pensamento do autor sobre a opinião pública brasileira. No gráfico e na tabela seguintes, procuramos expor os dados que encontramos sobre a trajetória editorial das principais obras caiopradianas. Objetivamos com isso facilitar as análises posteriores de alguns aspectos do impacto dos principais livros caiopradianos entre o público e comparar a trajetória de cada um em relação aos outros.

Gráfico 4

Datas da primeira edição dos livros caiopradianos

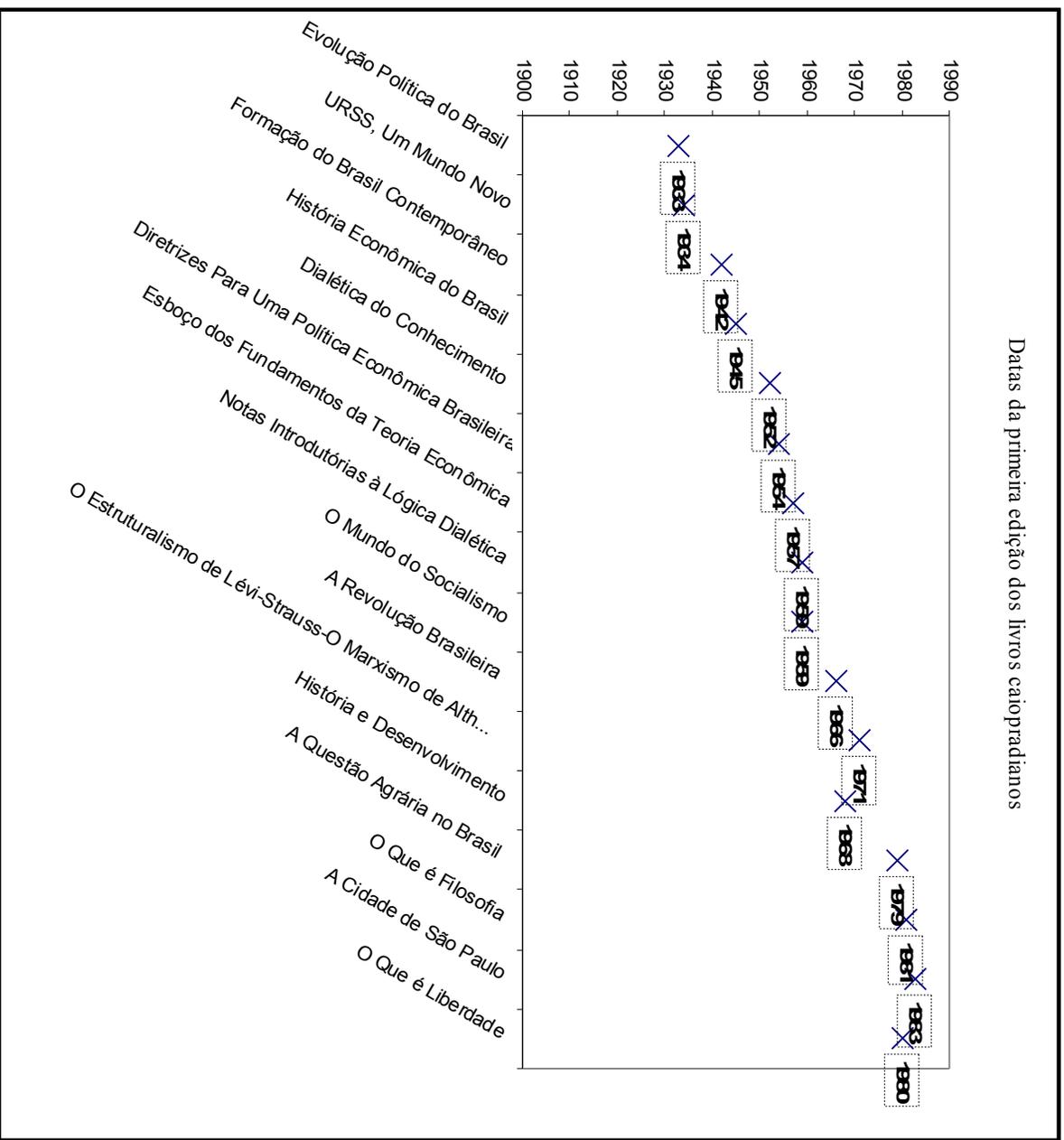


Tabela 2

Livro	Edições
Evolução Política do Brasil	1933 1947 1953 1961 1963 1966 1971 1972 1977 1979 1985 1986 1989 1993
URSS, Um Mundo Novo	1934 1935
Formação do Brasil Contemporâneo	1942 1953 1963 1969 1989 1992 1995
História Econômica do Brasil	1945 1949 1967 1969 1970 1976 1977 1985 1986 1988 1990 1992 1993 1994 1995
Dialética do Conhecimento	1952 1960 1980
Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira	1954
Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica	1957 1960 1966
Notas Introdutórias à Lógica Dialética	1959 1968
O Mundo do Socialismo	1959 1967
A Revolução Brasileira	1966 1978 1987
O Estruturalismo de Lévi-Strauss-O Marxismo de Althusser	1971
História e Desenvolvimento	1968 1972 1989
A Questão Agrária no Brasil	1979 1990
O Que é Filosofia	1981 1984 1986 1989 1990 1991 1994 1993
A Cidade de São Paulo	1983 1989
O Que é Liberdade	1980 1987 1985 1986 1989 1990

Caso levemos em conta o intervalo de tempo médio de publicação entre os livros de Caio Prado Jr., que calculamos em 3,33 anos, chegaremos à conclusão de que o historiador foi um dos autores mais produtivos do mercado editorial brasileiro. É importante observar que a tabela acima não contém todas as edições dos livros assinalados. Como não encontramos uma fonte acessível e confiável para essa informação, já que, como sublinhamos, as regras do INSB constituem um cadastro defasado em relação ao número de reimpressões e a consulta às editoras não resultou em êxito, constituímos a tabela acima a partir junção das edições constantes de três das mais importantes bibliotecas brasileiras: Biblioteca Nacional, Biblioteca da USP e Biblioteca da Unicamp. A pesquisa em seus acervos foi realizada via rede mundial de computadores.

Pode-se constatar que os livros mais editados são, em ordem decrescente: *História Econômica do Brasil*, *Evolução Política do Brasil*, *O que é Filosofia?*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *O que é Liberdade?* O terceiro livro empata com o segundo em números de edições sobre as quais temos dados. Há uma edição do primeiro livro em 1959, a quinta, que não conseguimos colocar na tabela por falta de espaço. O que concluir em termos qualitativos a partir desses números? Podemos perceber, entre outras coisas, a centralidade de *História Econômica do Brasil* no que se refere à presença editorial. Em nossa perspectiva, isso se explicaria pelo fato de que, ao contrário de *Formação do Brasil Contemporâneo*, aquele livro dá uma visão de todos os períodos relevantes da história brasileira até os meados do século XX. É importante notar também que as reedições desses livros caiopradianos tornam-se muito mais frequentes a partir de 1966, ano da publicação de *A Revolução Brasileira* e, portanto, do início do período de maior popularidade do pensamento caiopradiano. Os livros *O que é Filosofia?* e *O que é Liberdade?*, por sua vez, ganham relevância no contexto do sucesso da coleção Primeiros Passos e da grande demanda de esclarecimento sobre as ideologias contemporâneas que caracterizou o meio universitário do início da década de oitenta do século XX. O sucesso dos dois livros demonstra também o prestígio intelectual que Caio Prado Jr. possuía na época, já que o autor trata de temas de filosofia, disciplina da qual não era especialista.

Capítulo IX

9. Iglésias e as Singularidades dos Livros Caiopradianos

Antes de expormos as nossas conclusões, apresentaremos a única iniciativa existente na bibliografia consultada de análise da contribuição de cada livro significativo de Caio Prado Jr. para sua abordagem sobre o Brasil. Trata-se de um prefácio do historiador mineiro Francisco Iglésias para uma coletânea de textos caiopradianos organizada pelo próprio e publicada pela Editora Ática.¹⁸⁰ O texto de Iglésias divide-se num pequeno esboço biográfico e na análise de cada uma das obras caiopradianas. Na parte biográfica não há uma análise aprofundada; o autor cita os fatos principais da vida do historiador e procura conectá-los ligeiramente aos seus contextos. Fala da sua origem burguesa e da participação entusiasmada na Revolução de 1930, narra as atividades nas organizações de base do PCB, na ajuda aos refugiados da Guerra Civil Espanhola e descreve a sua atuação na Assembléia Legislativa de São Paulo. Apesar de ser relevante como fonte de informações e até de delimitação de alguns problemas, essa parte do texto de Iglésias tem um caráter bastante impressionista, não há uma análise suficientemente ordenada e substancial dos fatos que são explicitados. Existem também algumas ilações bastante discutíveis, como a idéia de que o historiador seria legatário de uma espécie de “diletantismo saudável” (o qual se constituiria uma espécie de marca do pensamento da família Prado) e a tentativa de explicar a marginalização do autor de *Evolução Política do Brasil* no interior do PCB principalmente a partir do fenômeno ideológico conhecido como obreirismo.

Ainda na parte biográfica, Iglésias dá uma ênfase curiosa à dimensão empresarial da vida do historiador paulista, afirmando mais de uma vez que além de comunista ele era um bem sucedido empresário dos ramos gráfico e editorial. Esse caiopradiano pendor para os negócios já é mencionado na primeira frase do texto: “Caio Prado Jr. afirma a sua personalidade como político, homem de negócios e intelectual. Se quiséssemos destacar nele uma nota especial, diríamos que é a de escritor, e, como escritor, a de historiador. Nessa área realizou suas obras mais importantes, marcando posição como pioneiro e exercendo profunda influência em sua geração”. Quatro parágrafos depois, Iglésias volta a sublinhar a presumida eficiência empresarial de Caio Prado Jr.: “Cuidou de negócios, criando a Livraria e Editora Brasiliense, de sério papel

¹⁸⁰ Cf. Francisco Iglésias. “Um Historiador Revolucionário”. In Francisco Iglésias (org). *Caio Prado Júnior - História*. SP: Ática, 1982.

na divulgação de estudos fundamentais, notadamente sobre o Brasil. Criou ainda a Gráfica Urupês, uma das mais eficientes do país.” Pelas informações que algumas pesquisas trouxeram à luz e pelos depoimentos de seus contemporâneos, é relativamente fácil perceber que Caio Prado Jr. era um administrador competente dos seus negócios editoriais, bem como da Livraria Brasiliense; contudo o inusitado no texto de Iglésias é a ênfase exagerada nessa dimensão menos importante da vida de um militante comunista e um dos fundadores do marxismo no Brasil.

No interior desse resumo biográfico, Iglésias faz considerações valorativas sobre a obra caiopradiana e sustenta tanto o pioneirismo do historiador em termos da utilização criativa do marxismo no Brasil quanto a superioridade científica de sua obra no que se refere ao período colonial brasileiro. Essas duas afirmações serão o alicerce de sua argumentação na parte onde desenvolve detidamente a análise das obras caiopradianas. Veremos, entretanto, como esse elogio ao historiador consiste em uma espécie de concessão que convive com a desqualificação de dimensões importantes de seu pensamento.

Iglésias demonstra determinadas incompreensões sobre a visão que Caio Prado Jr. possuía da interdisciplinaridade, deixa transparecer que tem uma concepção muito segmentada das ciências sociais, demonstra conceber essas ciências como compartimentos nitidamente divididos que, posteriormente, podem ser sintetizados com proveito. Caio Prado Jr., no caminho já traçado por Marx, concebe a existência de uma única ciência social histórica, que possui vários momentos particulares, conectada a uma filosofia dialética e materialista. Todas as incursões caiopradianas nos campos que o esquema de Iglésias não considera objeto da historiografia são entendidas como uma espécie de diletantismo, de dispersão de forças intelectuais. Iglésias afirma que teria sido muito mais frutífero se o autor houvesse completado os volumes historiográficos que chegaram a ser planejados como a continuidade de *Formação do Brasil Contemporâneo*; a efetivação desses volumes, para Iglésias, faria com que o autor paulista pudesse ser considerado o mais importante historiador brasileiro. A partir dessa base argumentativa, Iglésias pode diminuir, mantendo a coerência interna do discurso, a importância de textos caiopradianos decisivos em termos de qualidade teórica e de influência no pensamento social brasileiro, além de não conceder um lugar central a Caio Prado Jr. na nossa historiografia: este passa a ser considerado apenas o mais importante historiador brasileiro do período colonial.

Pode-se perceber que os textos caiopradianos mais propriamente historiográficos são analisados detidamente e bastante valorizados, enquanto os textos econômicos e políticos são

minimizados em sua importância ou mesmo desqualificados. Essa desvalorização não é motivada apenas pelo evidente corporativismo historiográfico de Iglésias e por sua visão fragmentada das ciências sociais (que não é antagônica à defesa da interdisciplinaridade), também tem íntimo nexos com a sua interpretação da sociedade brasileira do século XX, marcada pela influência do desenvolvimentismo e de um tipo particular do pensamento social-democrata brasileiro.

A visão de Iglésias, muito próxima das idéias fundamentais do liberalismo, não se coaduna com a teoria pessimista desenvolvida por Caio Prado Jr. sobre o capitalismo brasileiro do século XX. Iglésias, ou qualquer outro autor tributário das idéias básicas do liberalismo democrático (partimos da noção de que a social democracia é uma manifestação particular da perspectiva liberal-democrata), precisa negar essa interpretação caiopradiana para poder rejeitar as suas conseqüências revolucionárias. O historiador mineiro necessita contestar a seguinte tese política fundamental que, em nossa opinião, se liga de maneira lógica à abordagem caiopradiana do capitalismo no país: a democracia, a integração da nação e a independência econômica do Brasil somente são realizáveis a partir de um movimento político de massas que tenha o socialismo como objetivo.

A partir dessas considerações, vejamos mais de perto a análise feita por Iglésias. O autor tende a analisar principalmente os aspectos formais das obras caiopradianas e a deixar na penumbra o seu conteúdo; ou seja, trata-se de uma análise que foge o máximo possível de entrar no mérito da teoria caiopradiana sobre o Brasil, de determinar até que ponto essa teoria pode ser aceita ou não como uma reprodução científica adequada da realidade. A análise exageradamente formal torna-se mais presente quando Iglésias trata de livros ou temas caiopradianos nos quais fica mais evidenciada a visão pessimista do historiador sobre o capitalismo brasileiro e sobre a sua transformação pelas vias propostas pelos social-democratas e desenvolvimentistas. Assim, *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*, na medida em que tratam principalmente do período colonial e do Império, têm os seus conteúdos mais ressaltados do que ocorre, por exemplo, com o livro *História Econômica do Brasil*, no qual há toda uma reflexão sobre o capitalismo brasileiro no século XX.

Iglésias qualifica *Evolução Política do Brasil* como uma obra madura, apesar de ter sido escrita por um historiador muito jovem; afirma também que o livro renovaria a historiografia brasileira por tratar de temas ainda não levantados ou pouco explorados e por utilizar criativamente um método científico novo no país; a obra seria sintética, mas não superficial,

tratando desde a Colônia até o fim do Império com apuro teórico e com um ótimo equilíbrio entre a parte informativa e a parte analítica. Afirma ainda que o historiador coloca em dúvida, de modo pioneiro, a tese da existência do feudalismo no Brasil, mas não a rejeita completamente. Sublinha a importância teórica da reflexão caiopradiana sobre o latifúndio e afirma que sua tese relativa ao esvaziamento do poder das câmaras coloniais em benefício do poder da metrópole é fundamental e foi repetida posteriormente por muitos outros autores. Elogia o tratamento pioneiro dado no livro às revoltas populares do período regencial e sublinha que essa abordagem teria relação íntima com a formação marxista do autor. Por fim, Iglésias elogia a publicação, a partir de 1946, dos ensaios conhecidos como *'Outros Estudos'* em conjunto com o texto base de *Evolução Política do Brasil*; esse elogio está conectado com o exercício de interdisciplinaridade existente nesses ensaios.

Percebe-se que a valoração positiva vai ao âmago do conteúdo do livro. Apesar dos aspectos formais serem elogiados, o que sobressai é a positividade das teses caiopradianas sobre o período colonial e a época do Império, ou seja, é sublinhada principalmente a capacidade do historiador de compreender a história tal como ela teria ocorrido. Por um lado, são lembradas a negação da tese feudal, a centralidade do latifúndio na sociedade brasileira, a decadência política das Câmaras e a análise sobre as revoltas do período da Regência; por outro lado, o analista não escreve muito sobre o estilo, a erudição e a receptividade do livro.

Esse mesmo tratamento é dispensado à obra *Formação do Brasil Contemporâneo*. Também aqui percebemos que a valoração concentra-se no conteúdo do livro. Iglésias considera esse texto o mais importante título da bibliografia caiopradiana. Os outros livros de história escritos pelo autor não teriam, nem de longe, a importância dessa obra. A arquitetura do livro é elogiada e o corte temporal é visto como engenhoso e criativo. Há um grande destaque para o papel central desempenhado na historiografia brasileira pelo capítulo "Sentido da Colonização". Iglésias elogia os sólidos conhecimentos geográficos do autor, louva o capítulo sobre as raças e, nesse momento, lembra-se de sublinhar os pretensos atos falhos racistas dessa parte do livro, mas minimiza a questão e afirma que é uma atitude mesquinha supervalorizar o tema. Na continuação, o historiador mineiro fala do estilo um pouco pesado e exageradamente didático de algumas passagens do texto e da ausência de subtítulos, que dificulta a leitura. Iglésias acredita que o autor fala pouco no povo brasileiro neste livro, o contrário do que ocorrera em *Evolução Política do Brasil*, porém sublinha que foi a própria matéria tratada que impôs uma abordagem mais

estrutural. Caio Prado Jr. teria usado fontes primárias, mas impressas. O autor teria utilizado principalmente as obras *Recopilações de Notícias Soteropolitanas e Brasília*, de Luís dos Santos Vilhena, e *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, de autor anônimo. Constituiria uma falha não ter utilizado as *Cartas Chilenas* e a *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, todavia isso não maculou a sua descrição e a sua análise das Minas Gerais colonial. Por fim, Iglésias afirma que Caio Prado Jr. superou Capistrano de Abreu e ainda não teria sido superado no que se refere à sua teoria sobre Brasil colonial.

Mesmo tratando de vários aspectos formais do livro, percebe-se que Iglésias não deixa de sublinhar principalmente o acerto das teses caiopradianas sobre o período colonial. Considera o capítulo ‘Sentido da Colonização’, texto fundamentalmente teórico no qual são apresentadas as teses básicas da obra, como a explicação ainda não superada da história do período colonial brasileiro. Caio Prado Jr. ganha a palma por ser capaz de explicar objetivamente a formação social da colônia; porém, como veremos, a opinião de Iglésias muda completamente em relação ao tratamento dado pelo historiador paulista a outros objetos. Essa mudança de opinião e o fato da análise das outras obras ganhar um tom excessivamente formalista ficam patentes, por exemplo, na reflexão sobre o livro *História Econômica do Brasil*.

Para Iglésias, o livro teve êxito imediato porque atendia às necessidades do crescente público universitário que estava surgindo no Brasil dos anos trinta e quarenta – lembra que o livro teve inúmeras edições, fato que seria raro entre as obras de ciência social no país. A bibliografia sobre o assunto era pequena, restringindo-se ao livro de Roberto Simonsen, também intitulado *História Econômica do Brasil*, que abrangia apenas o período colonial. Um terço do livro de Caio Prado Jr. seria a repetição de capítulos de *Formação do Brasil Contemporâneo*, isto é, trata do mesmo período abordado pelo livro de Simonsen, mas na seqüência o autor debruça-se sobre todos os períodos posteriores e chega até os anos quarenta do século XX. Isso teria coberto um espaço temático enorme. Segundo Iglésias, o autor preocupou-se mais em analisar do que em informar, porém existem dados econômicos suficientes. O livro seria didático, mas de nível alto, já que teria sido feito para estudantes universitários. A cronologia seria precisa e a periodização, inteligente. Há a preferência por determinados momentos históricos, todavia o conjunto teria sido bem tratado. Ainda segundo Iglésias, o autor aborda, pioneiramente no Brasil, o imperialismo, a industrialização e outros temas poucos freqüentes até aquela data. Não há pompas de erudição, nem seqüências intermináveis de tabelas com dados empíricos. É uma história econômica escrita

por um historiador. O penúltimo capítulo, denominado “A Crise de um Sistema”, é um pouco ligeiro e jornalístico, o que dificultaria a sua compreensão, mas constituiria uma exceção no interior do livro. Enfim, seria mais um importante e influente livro do historiador paulista. Os economistas costumam “fechar-lhe a fisionomia”, mas não teriam razão para isso. Caio Prado Jr. consegue demonstrar como a historiografia tem uma decisiva contribuição a dar para a ciência econômica, e nisso trilha o caminho aberto por Simonsen e, depois do próprio Caio Prado Jr., alargado por Celso Furtado.

Pode-se notar que não há notícia alguma sobre as teses defendidas por Caio Prado Jr. relativas ao período da história econômica brasileira que se estende do fim do período regencial até o segundo pós-guerra. Iglésias fala de quase tudo, menos do essencial: não entra no mérito da capacidade explicativa do livro, não afirma nem nega a inovadora teoria sobre a economia brasileira moderna proposta pelo historiador paulista. O sucesso do livro é explicado como consequência de seu pioneirismo, de sua abrangência, de sua pertinência, de seu didatismo e de sua seriedade; porém essas características não possuem nenhuma conexão significativa com a falsidade ou a veracidade de suas teses arrojadas e grávidas de consequências políticas decisivas.

Todos os elogios de Iglésias passam a ser contraproducentes para a valorização efetiva do livro em foco. Na medida em que deixa na penumbra a sua dimensão mais preciosa, isto é, o seu conteúdo, o historiador mineiro acaba levando água para o moinho daqueles que “fecham a fisionomia” para essa obra tão importante e sustentam sobre ela opiniões pouco sistemáticas e claramente injustas. Como estamos tentando demonstrar, essa falha na perspectiva de Iglésias tem uma causa profunda, não se trata de uma simples idiosincrasia.

É justamente em *História Econômica do Brasil* que Caio Prado Jr. explicita a conexão entre a sua perspectiva sobre o período colonial e sua abordagem do Brasil moderno. Essa obra constitui um instrumento teórico indispensável na aproximação entre o seu tratamento do passado e a sua a visão do presente, em outras palavras, trata-se de um elo necessário na transformação da teoria sobre o Brasil em uma proposta política sobre o país. É a percepção dessa centralidade de *História Econômica do Brasil* para a fundamentação de uma proposta socialista que nubla a análise de Francisco Iglésias, já que esse autor esposava a perspectiva social-democrata e desenvolvimentista sobre a sociedade brasileira. Seria impossível, para Iglésias, tratar do conteúdo do livro sem desvalorizá-lo no seu âmago; por outro lado, caso optasse pela desvalorização pura e simples de um livro tão bem reputado por várias gerações, a sua atitude

surgiria facilmente como não razoável; a saída encontrada pelo autor, talvez de maneira inconsciente, foi a de reconhecer a influência e a importância do livro, mas ao mesmo tempo explicar essa influência e essa importância por aspectos não relacionados diretamente com o seu conteúdo.

O autor considera *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira, Esboços dos Fundamentos da Economia Política* e *A Questão Agrária no Brasil* como obras de ciência econômica; por outro lado, *História e Desenvolvimento*, texto que junto dos livros de viagens aos países do chamado socialismo real é bastante desvalorizado por Iglésias, é classificado como obra historiográfica. A atitude teórica básica já assinalada repete-se na apreciação desses livros.

O tratamento de *História e Desenvolvimento* é significativamente desleixado e, em grande medida, arbitrário. O texto é apresentado como uma mera repetição do que já havia sido dito pelo seu autor e como uma trama de argumentos que conclui obviedades. A apreciação de Iglésias fica bem sintetizada na seguinte passagem: “Concluir da tese que a história tem seu elemento esclarecedor no processo econômico ou que o estudo do desenvolvimento é fruto do processo histórico é muito pouco. O certo é que o pequeno texto não chega a produzir entusiasmo: de quanto fez o autor em história é o escrito menos expressivo”.¹⁸¹

Como já afirmamos, é verdade que grande parte do livro é uma repetição sintética da teoria caiopradiana sobre o Brasil, mas não é exato que inexista tematizações originais nessa obra. Na apresentação e no primeiro capítulo, há uma importante crítica metodológica à teoria da modernização em suas expressões mais acabadas e amplamente hegemônicas. Nos dois últimos capítulos, há uma importante concreção do tratamento caiopradiano sobre as insuficiências da industrialização brasileira e da sobrevivência da lógica colonial, aprofundamento que leva em conta o resultado do desenvolvimento industrial posterior à segunda metade dos anos cinquenta e percebe a impossibilidade de superação da herança colonial pelas vias liberal-democrata ou desenvolvimentista.

Caso observemos com rigor a dimensão decisiva da originalidade, temos que concordar que não se trata da obra mais importante de Caio Prado Jr., mas a apreciação negativa de Iglésias é exagerada e deixa de apontar as positivities existentes no texto. O historiador mineiro não concorda com a essência das teses caiopradianas apresentadas no livro, que são essencialmente as mesmas de *História Econômica do Brasil* e, como veremos, de *Diretrizes para uma Política*

¹⁸¹ Cf. Paulo Teixeira Iumatti. *Caio Prado Jr, Historiador e Editor (1907-1945)*. SP, 2001, Tese, USP.

Econômica Brasileira, e também não simpatiza com a crítica feita por Caio Prado Jr. à teoria desenvolvimentista – lembremos que Celso Furtado, o paradigma de Iglésias, está inserido nesta perspectiva, malgrado localizar-se na sua ala esquerda. Desse modo, somente restava elogiar, assim como fizera com *História Econômica do Brasil*, os aspectos formais ou outras dimensões, tais como, a influência e a pertinência do texto. Todavia o livro em foco não tem inovações formais, foi bem pouco editado, não veio cobrir uma lacuna bibliográfica significativa e, essencialmente, apenas sintetiza a rica teoria caiopradiana sobre o capitalismo brasileiro. Isso inviabilizou as concessões que Iglésias fizera anteriormente e que ajudavam a disfarçar a sua antipatia pelas teses caiopradianas que não tratam do período colonial.

Na análise de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, de *A Questão Agrária no Brasil* e de *Esboço dos Fundamentos da Economia Política* Iglésias volta a ter as possibilidades de aplicação de sua estratégia expositiva básica. Na reflexão sobre o primeiro livro, encontra-se diante de uma versão mais abstrata das teses contidas em *História Econômica do Brasil*, ou seja, depara-se com essas teses escoimadas do corolário de fatos que somente uma obra preocupada com a demarcação das leis econômicas e não com a reconstituição histórica poderia conter.

Assim, diante da significativa originalidade na apresentação do assunto e do vigor teórico do texto, Iglésias procurou novamente encontrar identidades com o autor, mesmo que estas fossem superficiais ou formais, e eximiu-se de entrar nos méritos das teses apresentadas. Os comentários sobre o livro são exíguos e as citações do próprio texto caiopradiano ocupam um espaço majoritário. O historiador mineiro lembra que a obra resultou de uma tese arrojada apresentada no concurso para a Faculdade de Direito da USP. Sublinha como expressão do arrojo da tese o fato de o autor destacar que a perspectiva histórica seria decisiva para a abordagem econômica. Expõe como Caio Prado Jr. percebe com acuidade a convivência entre o atraso e o moderno no Brasil e, por outro lado, como o historiador insiste em verdades que já escreveu em outros livros. Sublinha a crítica caiopradiana da consagrada teoria do desenvolvimento e a defesa do método dialético como base de uma ciência econômica brasileira, ou seja, de uma ciência econômica que levasse em conta a particularidade da formação social do país. Por fim, o autor destaca as idéias caiopradianas de que o capitalismo brasileiro continua débil e de que nossa industrialização foi realizada de maneira irracional e precária, o que seria um quadro bastante negativo e sombrio sobre a economia nacional. Iglésias faz questão de sublinhar que Caio Prado

Jr. não propõe uma revolução socialista, que não quer substituir a iniciativa privada pelo Estado, mas utilizar esse órgão como alavanca modernizadora do nosso capitalismo.

Ficamos sem saber quais seriam as teses mais importantes do livro em foco, na medida em que Iglésias sublinha apenas alguns elementos exteriores do complexo raciocínio sustentado pelo autor. As idéias caiopradianas básicas sobre o Brasil moderno ainda não foram resumidas por Iglésias e não o serão até o final do seu texto. Essa exposição poderia ter ocorrido durante a análise de *Historia Econômica do Brasil* ou durante a reflexão sobre *História e Desenvolvimento*, contudo o autor não procurou cumprir essa tarefa; essa ausência de explicitação das teses caiopradianas também ocorre no tratamento de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Iglésias busca destacar apenas pontos isolados das teses caiopradianas, principalmente aqueles que, nesse isolamento artificial, são compatíveis com a perspectiva desenvolvimentista de Celso Furtado, a saber: 1) a defesa da importância da abordagem histórica na reflexão econômica; 2) a constatação das desigualdades sociais, econômicas e políticas do Brasil; 3) a convivência entre o historicamente novo e o historicamente velho; 4) a preocupação com o desenvolvimento de uma teoria econômica que levasse em conta as singularidades brasileiras; e 5) a aposta na intervenção estatal conjugada com a promoção da iniciativa privada.

A mesma estratégia de análise será novamente utilizada por Iglésias na reflexão sobre *A Questão Agrária no Brasil*. Aqui também procura compatibilizar implicitamente a perspectiva caiopradiana sobre a reforma agrária com o ponto de vista do desenvolvimentismo. Sublinha apenas a seriedade do estudo, que é um aspecto formal, e a negação caiopradiana da tese sobre o feudalismo no Brasil. Quase todas as singularidades das idéias caiopradianas sobre o assunto são perdidas; singularidades que, ao longo do tempo, constituirão uma das principais correntes de reflexão sobre o universo agrário brasileiro.

Esboço dos Fundamentos da Economia Política é compreendido por Iglésias como um livro eminentemente teórico. Caio Prado Jr. trata de Smith, Ricardo, Keynes e Marx, isto é, aborda os fundamentos teóricos da compreensão econômica do capitalismo. Por outro lado, critica o pensamento liberal por nele faltar uma perspectiva histórica da economia e o respeito às singularidades presentes em cada formação social, propõe uma ciência econômica dialética que respeite a particularidade do Brasil e delimita as condições necessárias para o advento do socialismo. Ainda para Iglésias, o livro é erudito e comprova grande conhecimento da literatura da ciência da econômica, além de exprimir um otimismo bem fundamentado e concreto.

Aqui se repete a postura do historiador mineiro de não entrar no mérito das teses caiopradianas; no entanto, na medida em que o Brasil aparece necessariamente pouco em um livro que discute os conceitos econômicos mais gerais, são omitidas dessa vez principalmente as divergências do historiador paulista com as tradições liberal e social-democrata. Iglésias omite uma dimensão fundamental do livro: a crítica feita pelo historiador à teoria desenvolvida por Keynes. Deparando-se com a áspera crítica do historiador a Keynes, Iglésias vê apenas uma referência constante ao economista britânico: “O autor se detém no exame da crítica moderna da economia feita pelos teóricos do capitalismo, especialmente Keynes, ao qual se refere muito”.¹⁸² Naturalmente, essa distorção é explicável pelo o que temos dito até aqui; ela tem íntima relação com o fato de que a teoria de Keynes compõe o pano de fundo teórico do pensamento desenvolvimentista brasileiro.

No tratamento de *A Revolução Brasileira* Iglésias sublinha principalmente a crítica de Caio Prado Jr. ao PCB e aos grupos mais radicais da esquerda brasileira. Nesse contexto o historiador mineiro encontra-se à vontade, na medida em que o livro, simultaneamente, critica a corrente marxista hegemônica e propõe uma estratégia política compatível com a perspectiva desenvolvimentista e social-democrata. Por fim, Iglésias tem facilidade de desqualificar os livros caiopradianos sobre a URSS, na medida em que nessas obras conjugam-se realmente os maiores equívocos teóricos do autor, que se deixa levar, como ocorre com outros grandes pensadores marxistas do século passado, pela ideologia produzida pela burocracia soviética no que se referia às formações sociais submetidas às experiências do chamado “socialismo real”.

Apesar de todas as discordâncias que explicitamos em relação à tentativa de Iglésias de caracterizar as singularidades dos livros de Caio Prado Jr., é necessário reconhecer o mérito do autor mineiro por ter tomado a iniciativa e por ter estabelecido algumas linhas de raciocínio que poderão ser utilizadas por outros pesquisadores. A própria idéia de constituir uma comparação entre todos os livros caiopradianos, ou seja, de sair de uma reflexão limitada apenas aos seus textos mais conhecidos e perceber sua obra na sua totalidade, por mais que seja aparentemente simples, é inovadora. A discussão sobre as causas da grande influência de *História Econômica do Brasil* no meio intelectual, por exemplo, que talvez já existisse nas discussões orais do meio universitário, aparece pela primeira vez em um texto no trabalho de Iglésias. O texto de Iglésias

¹⁸² Francisco Iglésias, op. cit.

se apequena devido a sua carga ideológica, que é exagerada, contudo, tem vários méritos que precisamos reconhecer.

10. Conclusão

Podemos concluir que, no contexto da criação de uma área de reflexão científica em torno do pensamento caiopradiano sobre o Brasil, a pesquisa das singularidades de cada um dos textos do historiador é fundamental para termos uma perspectiva muito mais concreta sobre o seu construto interpretativo referente à formação social brasileira. O estudo da sua perspectiva do processo de industrialização do país nos pouco conhecidos e editados livros econômicos de Caio Prado Jr. pode, em nossa opinião, ser decisivo para contrariar a tese de que autor subestimava o grau de maturação deste processo na segunda metade do século XX. A análise da sua concepção dos momentos e da natureza da revolução brasileira, principalmente de suas dimensões econômicas e políticas, não pode ser realizado com fertilidade se não se levar em conta os citados livros econômicos. Ainda um outro exemplo. A pesquisa detida dos livros soviéticos de Caio Prado Jr. e de suas declarações públicas sobre o “Socialismo Real” são muito importantes para a orientação de quem desejar compreender a concepção caiopradiana sobre o papel da democracia e das instituições republicanas nos processos de mudança da sociedade brasileira. Sinteticamente: é necessário diversificar os textos e temas caiopradianos estudados se quisermos, inclusive, compreender adequadamente aqueles que freqüentemente têm sido objeto de análise.

A busca das singularidades de cada texto, que necessariamente implica na abertura para a interdisciplinaridade e traz outros desafios, nos obriga a estudar os textos caiopradianos que não têm o Brasil como objeto. Isso ocorre porque, naturalmente, as discussões sobre sua interpretação do país resvalam muitas vezes em questões metodológicas e de outra natureza, as quais, até certo ponto, seriam esclarecidas melhor na medida em que levássemos em consideração os textos filosóficos e metodológicos do autor, bem como aqueles nos quais analisa objetos localizados fora do Brasil. Em outras palavras: o conjunto de estudos que está se formando em torno de Caio Prado Jr. seria mais produtivo se delimitasse como objeto central o pensamento caiopradiano como um todo e não apenas o pensamento caiopradiano sobre a formação social brasileira. Naturalmente, as discussões e análises sobre a interpretação do historiador relativa ao Brasil continuariam no centro da cena, contudo não mais representariam um recorte pouco razoável no objeto que é a subjetividade desse grande pensador social e enorme figura humana que foi Caio Prado Jr.

11. Bibliografia

Obras de Caio Prado Jr:

- PRADO JR., Caio. Dialética do Conhecimento. Vols. I. São Paulo, Brasiliense, 4ªed., s/d.
- _____. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. SP, Brasiliense, 1961.
- _____. Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira. SP, Urupês, 1954.
- _____. História e Desenvolvimento. SP, Brasiliense, 1989.
- _____. A Questão Agrária no Brasil. SP, Brasiliense, 1979.
- _____. Dialética do Conhecimento. Vol. II. SP, Brasiliense, 2ªed., 1955.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo. SP, Brasiliense, 1965.
- _____. A Revolução Brasileira. SP, Brasiliense, 1966.
- _____. História Econômica do Brasil. SP, Brasiliense, 41ªed., 1994.
- _____. Evolução Política do Brasil: Colônia e Império. SP, Brasiliense, 16ªed., 1988.
- _____. URRS, Um Novo Mundo. SP, Editora Nacional, 1934.
- _____. O Mundo do Socialismo. SP: Brasiliense, 1959.
- _____. Notas Introdutórias à Lógica Dialética. SP, Brasiliense, 1959.
- _____. “O programa da Aliança Nacional Libertadora”. (Com apresentação de Ricardo Antunes: “Caio Prado Jr.: um intelectual revolucionário”). Escrita/Ensaio, nº10, SP, Ensaio, 1982.

Artigos e Prefácios:

AB'SÁBER, AZIB. "Empregos e Espaços". IN M. A D'INCAO (ORG), História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

ADORNO, Sérgio. "As Razões da Colonização". In M. A D'Incao (org), História e Ideal – Ensaio sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989.

ANDRADE, Manuel Correa. "As Rebeliões Do Período Colonial". In M. A D'incao (Org), História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. "Caio Prado Jr.: um Intelectual Revolucionário", Escrita/Ensaio, n. 10, SP, 1982.

ARAÚJO, Brás José de. "Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil". in Temas, n. 1, SP, 1977.

BARREIROS, José Carlos. "A Memória Do Trabalho". In M. A D'incao (Org), História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

BASTOS, Elide Rugai. "A Sociologia Nos Anos 30". In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

BEIGUELMAN, Paulo. "A Revista Brasiliense". In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

BRESSER Pereira, Luiz Carlos. "De Volta Ao Capital Mercantil". In M. A D'incao (Org), História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. A Força Do Concreto. In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

CARNEIRO, Maria Luiza Tussi. "A Questão Racial". In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

CARONE, Edgar. "Caio Prado Jr.", Estudos Brasileiros, n.32, SP, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Uma Via 'Não-Clássica' Para O Capitalismo". In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

DIAS, Maria Odília. "Impasses Do Inorgânico", In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior, Sp: Brasiliense, 1989.

D'INCAO, Maria Ângela. "Estrutura E Desigualdade". In M. A D'incao (Org), História E Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. “Um Visita Necessária”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Ruy, “A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior”. In Teoria e Prática, n. 2 , SP, 1967.

FERLINE, Vera Lúcia Amaral. “A Fidelidade À História”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989□

FERNANDES, Florestan. “A Visão Do Amigo”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

_____ “A Obra de Caio Prado Nasce da Rebeldia”. In Folha de São Paulo, 7/09/1991.

_____. Os Enigmas Do Círculo Vicioso. In Caio Prado Júnior. História E Desenvolvimento. Brasiliense, SP, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. “Um Ajuste De Contas Com A Tradição”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

GASPAROTO, Jayme Wanderley. “Militância”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

GNACCARINI, José César. “A Propriedade Como Negócio”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

GORENDER, Jacob. “Do Pecado Original Ao Desastre De 1964”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

_____. “Caio Prado Júnior, 1907/1990”, Dados, v.33, n.3, 1990.

HIRTO, Sedi. “A Fase Pré-Capitalista”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Do Palacete À Enxada”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

IANNI, OTÁVIO. “A Dialética Da História”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. “Um Historiador Revolucionário”, in Francisco Iglesias (org), Caio Prado Júnior - História. SP: Ática, 1982.

KONDER, Leandro. “A Façanha De Uma Estréia”. In M. A D’incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

LIMA, Heitor Ferreira. Caio Prado e seu Tempo. In M. A D'Incao (org), História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989.

LIMONGI, Fernando P. “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Júnior e a Revista Brasiliense”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.2, nº5, 1987.

_____. “O Economicismo de Caio Prado Jr.” Novos Estudos CEBRAP, n.18, SP, 1987.

MELO, Jairo Gonçalves. “A Questão Da Ruptura Na Historiografia Brasileira”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

MONTEIRO, John M. “A Dimensão Histórica Do Latifúndio”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

MÜLLER, Geraldo. “O Rural E O Industrial Na Transição Agrária Brasileira”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Escravidão E Sistema Colonial”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Júnior Historiador”. Novos Estudos CEBRAP, nº2, 1983.

_____. “Caio Prado na Historiografia Brasileira”. In M. A D'Incao (org), História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989.

ODÁLIA, Nilo. “A Vocação Do Historiador”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

ODÁLIA, Nilo. “Sentido da Colonização, Modo de Produção e História Colonial”. Debate e Crítica, n.4, SP, 1974.

PRADO, Danda. “Meu Pai”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

RANGEL, Ignácio M. “Feudalismo E Propriedade Fundiária”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. “Capitalismo, Reforma Agrária E Cidadania”. In M. A D'Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

REIS, J. Carlos. “Anos 60: Caio Prado Jr. e a Revolução Brasileira”. Revista Brasileira de História, n. 37, UFMG, BH, 1999.

RICUPERO, Bernardo. “Caio Prado Jr. : O Primeiro Marxista Brasileiro”. Revista Da Usp, N.38, Sp, 1998.

RODRIGUES, José Albertino. “O Brasil Contemporâneo”. In M. A D’Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

SANTOS, Milton. “Renovando O Pensamento E A Ação”. In M. A D’Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

SCARABÔTOLO, Eloísa Faria. “Do Econômico Ao Social”. In M. A D’Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

SILVA, S. Silva. “A Crítica Ao Capitalismo Real”. In M. A D’Incao (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

SZMRECSÁNYI, M. Irene. Contribuição Ao Estudo Da Urbanização No Brasil. In M. A D’INCAO (Org), História E Ideal – Ensaios Sobre Caio Prado Júnior. Sp: Brasiliense, 1989.

TAVARES, Assis. “Caio Prado Jr. e a Teoria da Revolução Brasileira”. Revista da Civilização Brasileira, N. 11-12, RJ, 1967. ✕ ✕

VICENTE, Maximiliano Martin. “O Sentido do Colonialismo”. in M. A D’Incao (org), História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989; . ✕

WHITAKER, Dulce. “Ideologia da Ação Pedagógica”. in M. A D’Incao (org), História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989. ✕

Dissertações e Teses:

CRUZ, Dalcy da Silva. Caio Prado Jr. Renovação de uma Época. Natal, RN, 2001 Tese, UFRN.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. A Forma E A Nação. Campinas, Sp, 2001, Dissertação, Unicamp.

IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Jr, Historiador e Editor (1907-1945). SP, 2001, Tese, USP.

LEÃO, Igor. A Matriz Teórica De Caio Prado Jr.: A Nação Inconclusa. Campinas, Sp, 1994, Tese, Unicamp, 1994.

MARTINEZ, Paulo H. A Dinâmica de um Pensamento: Caio Prado Jr (1928-1935). SP, 1998, Tese, USP.

MELO, Jayro G. O Nacionalismo em Caio Prado Júnior. SP, 1987, Tese, USP.

MONTALVÃO, Sergio De Sousa. O Sentido Da Nação. Rj, 2001, Dissertação, UFRJ.

PÁDUA, Elisabete M. M. De. Um Estudo dos Pressupostos Filosóficos de Caio Prado Júnior. Campinas, SP, 1989, Dissertação, PUCAMP.

PINTO, J. Costa. Caio Prado Jr.: uma Interpretação de seu Pensamento. SP, 1993, Dissertação, PUC-SP.

PONTES, Maria Tereza Celestino. Caio Prado Jr.: As Odeias E Os Espaços. Rj, 1999, Dissertação, Ufrj.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. SP, 1995, Tese, USP.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil. SP, 1997, Dissertação, USP.

VICTORIANO, Márcia. A Questão Nacional no Pensamento de Caio Prado Jr. SP, 1992, Dissertação, PUC-SP.

Livros:

D'INCAO, Maria Angela (org.) História e Ideal - Ensaio sobre Caio Prado Júnior. SP: Brasiliense, 1989.

CAVALCANTI, Paulo. Os Equívocos de Caio Prado Júnior. SP: Argumentos, 1966.

IUMATTI, Paulo. Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945. SP: Brasiliense, 1998.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil. SP: Editora 34, 2000.

SANTOS, Raimundo. Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira. RJ: Editora Mauad, 2001.

Outras Referências:

Livros:

ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick. (Orgs). Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

ANDERSON, Perry. A Crise da Crise do Marxismo. SP, Brasiliense, 1983.

_____. Zona de Compromisso. SP, UNESP, 1996.

_____. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo, editora brasiliense, 2ª edição, 1989.

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da Revolução de 30 Até a Aliança Nacional Libertadora. SP, Cortez/Ensaio, 2ªed., 1988a.

_____. A Rebelião do Trabalho. SP, Ensaio, 1988b.

_____. et al.(orgs.) Inteligência Brasileira. SP, Brasiliense, 1986.

ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

BEAUD, Michel. História do Capitalismo. SP, Brasiliense, 2ªed., 1989.

BLACKBURN, Robin. (Org.) Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. SP, Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade - para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. SP, UNESP, 1997.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. SP, Cia das Letras, 2ªed., 1994.

BRANDÃO, Gildo M. A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista (1920-1964). SP, HUCITEC, 1997.

BRANDÃO, Octavio. Agrarismo e Industrialismo. Buenos Aires, 1926.

BUARQUE, Sergio. Visão do Paraíso. SP: Publifolha, 2000.

BUKHARIN, Nicolai. Teoria Del Materialismo Histórico. Madri, siglo XXI, 1974.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em SP. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARDOSO, F. Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 4ªed., 1977.

CARDOSO, F. Henrique. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ªed., 1975.

_____. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ªed., 1977.

_____. et al. A utopia viável: trajetória intelectual de F.H.Cardoso. Brasília, Presidência da República, 1995.

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República. SP, Editora Unesp, 7ª edição, 1999.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. SP, Ciências Humanas, 1978.

_____. Marx - Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica.(Posfácio do livro Pensando com Marx de Francisco Teixeira). SP, Ensaio, 1995.

CLAUDÍN, Fernando. A crise do movimento comunista. Vol. 2 - O apogeu do stalinismo. SP, Global, 1986.

- COUTINHO, C. Nelson. *Literatura e Humanismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- _____. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- _____. *A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. SP, Ciências Humanas, 1980.
- _____. *Democracia e Socialismo: questão de princípio e contexto brasileiro*. SP, Cortez, (col. Polêmicas do Nosso Tempo), nº51, 1992a.
- _____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. SP, Cortez, 1994.
- DARNTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução*. SP, Cia da Letras, 1987.
- DECCA, Edgar. S. 1930 - *O Silêncio dos Vencidos*. SP, Brasiliense, 5ªed., 1992.
- DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa - A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. SP, Alfa-Ômega, 2ªed., 1977.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 7ªed., 1987.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. SP, Ensaio/Editora da UNICAMP, 1992.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In *Marx/Engels Obras Escolhidas*. SP, Vol. III. SP, Alfa-Ômega, s/d.
- _____. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Portugal, Presença, 1975.
- EVANGELISTA, J. E. *A Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. SP, Cortez, 1992.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. SP, Cia das Letras, 16ªed. (revista e ampliada), 1997.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- _____. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. SP, Ática, 1980.
- FERRY, Luc e RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. SP, Ensaio, 1988.
- FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. SP, UNESP, 4ªed., 1997.
- FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. SP, Ática, 1979.
- _____. *A Vanguarda Operária*. SP, Símbolo, 1979.
- _____. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. SP, Cortez, 1994.
- _____. *O Jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*. SP, Cortez, 1995.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. SP, Cia Editora Nacional, 11ªed., 1971.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. SP, Cia das Letras, 1987.
- GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. RJ, Paz e Terra, 1979.

- _____. Dialética e Ciências Humanas (vol. 1 e vol. 2). Portugal, Presença, 1972.
- _____. La Création Culturelle dans la Societé moderne. Médiations, Denoel, 1971.
- GOMES, Angela M. C. Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. SP: Ática, 1978.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 7ªed., 1989.
- HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do Espírito. Parte I. Petrópolis, Vozes, 2ªed., 1992.
- _____. Filosofia da História. Brasília, Editora UNB, 1995.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ªed., 1992.
- HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-Cabeça - as idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. SP, Cia das Letras, 1ª reimpressão, 1987.
- _____. O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa. SP, Cia das Letras, 1988.
- HOBBSAWM, E. J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, E. J. (Org.) História do Marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional. (2ª parte; Tradução de Carlos Nelson Coutinho) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HUBERMAN, Leo. Nós, o Povo. A epopéia norte-americana. SP, Brasiliense, 1966.
- KAUTSKY, K. O Caminho do Poder. SP, Hucitec, 1987.
- KONDER, Leandro. A Democracia e os Comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- _____. A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- KORSCH, K. Marxismo e Filosofia. Porto, Afrontamento, 1977.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6ª reimpressão, 1995.
- LEAL, Victor N. Coronelismo, Enxada e Voto. SP, Alfa-Ômega, 3ªed., 1976.
- LÊNIN. V. I. Obras Escolhidas. Vols. 1, 2, 3. SP, Alfa-Ômega, 1982.
- _____. O Programa Agrário. SP - SP, Ciências Humanas, 1980.
- LESSA, Sergio. Sociabilidade e Individuação. Maceió, EDUFAL, 1995.
- _____. A Ontologia de Lukács. Maceió, EDUFAL, 1996a.
- _____. Trabalho e Ser Social. Maceió, EUFC/EDUFAL, 1997.
- LOWY, Michel. Romantismo e Messianismo. SP, Edusp/ Perspectiva, 1990.
- _____. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen. SP, Cortez, 5ªed., 1994.

- _____. A Evolução Política de Lukács: 1909-1929. SP, Cortez, 1998.
- LOWY, Michel e SAYRE, Robert. Romantismo e Política. Petrópolis, Vozes, 1993.
- _____. Revolta e Melancolia. Petrópolis, Vozes, 1995.
- LUKÁCS, G. El joven Hegel. Barcelona-México, Grijaldo, 1963.
- _____. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In: Estética, 1. Barcelona-México, Grijaldo, 1966b.
- _____. Existencialismo ou marxismo? SP, Senzala, 1967.
- _____. El asalto a la razón. Barcelona-México, Grijaldo, 1968.
- _____. Conversando com Lukács, por HOLZ, H., KOFLER, L. e ABENDROTH, W. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In Revista Temas de Ciências Humanas, nº 4, SP, Ciências Humanas, 1978.
- _____. Introdução a uma Estética Marxista. SP, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. In: Ontologia do Ser Social. SP, Ciências Humanas, 1979a.
- _____. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In Ontologia do Ser Social. SP, Ciências Humanas, 1979b.
- _____. La Riproduzione. In Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Cap.II, vol. II, Roma, Riunit, 1981a.(Trad. Professor Sérgio Lessa, UFAL, mimeo.)
- _____. Sociologia.(col. Grandes Cientistas Sociais). Org. José Paulo Netto. SP, Ática, 1981b.
- _____. Sobre Lênin. In Revista Escrita/Ensaio, nº9, SP, Ensaio, 1981.
- _____. Diálogo sobre o “pensamento vivido”. Por István Eorsi. Revista Ensaio, nº15/16, SP, Ensaio, 1986.
- _____. História e consciência de classe. Rio de Janeiro, Elfos, 1989.
- LUXEMBURG, Rosa. Greves de Massa, Partidos e Sindicatos. Coimbra-Portugal, Centelho, 1974.
- _____.A Revolução Russa. Petrópolis, Vozes, 1991.
- MANDEL, E. O Capitalismo Tardio.(col. Os economistas). SP, Nova Cultural, 1985.
- MANHEIM, K. Ideologia Utopia. RJ, Zahar, 1972.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis, Vozes, 7ªed., 1992.
- MARX, K. Teorias da mais-valia. Vol. I. SP, Difel, 1983a.
- _____. Prefácio à “Contribuição à Crítica a da Economia Política. In Marx/Engels - História. Org. Florestan Fernandes. (col. Grandes Cientistas Sociais nº 36). SP, Ática, 1983b.
- _____. O método da economia política. In Marx/Engels - História. Org. Florestan Fernandes.(col. Grandes Cientistas Sociais nº 36) SP, Ática, 1983c.

- _____. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. Lisboa-Moscovo, Avante, 1984.
- _____. A Miséria da Filosofia. SP, Global, 1985.
- _____. A Burguesia e a Contra-Revolução. SP, Ensaio (série pequeno formato), 1987.
- _____. O Capital. Crítica da Economia Política. Vols. I, II, III, IV, V. (col. Os economistas). SP, Nova Cultural, 1988.
- _____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. In Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1989a.
- _____. Manuscritos Econômicos-filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1989b.
- _____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano (Trad. de Ivo Tonet) In Revista Práxis, nº5, Belo Horizonte, 1995.
- _____. As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850. In Marx/Engels Obras Escolhidas. Vol. I, SP, Alfa-Ômega, s/d. a
- _____. Guerra Civil na França. In Marx/Engels Obras Escolhidas. vol. II, SP, Alfa-Ômega, s/d.b
- _____. A Questão Judaica. SP, Moraes, s/d.c
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In Marx/Engels Obras Escolhidas. Vol. II, SP, Alfa-Ômega, s/d. e
- MARK, K. E ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Feuerbach. SP, Hucitec, 1986.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. Prólogo de José Paulo Netto. SP, Cortez, 1998.
- MAZZEO, Antonio C. Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1989.
- _____. Sinfonia Inacabada - A política dos comunistas no Brasil. Marília, Unesp-Marília-Publicações, SP, Boitempo, 1999.
- MELLO, João Manuel C. O Capitalismo Tardio. SP, Brasiliense, 9ªed., 1994.
- MÉSZÁROS, I. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. A Necessidade do Controle Social. SP, Ensaio, 1987.
- _____. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. SP, Ensaio, 1989.
- _____. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. SP, Ensaio, 1990.
- _____. O Poder da Ideologia. SP, Ensaio, 1996.
- _____. Beyond Capital. New York, Monthly Review Press, 1995.
- MICELI, Sérgio. (Org.). Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz. A. Do Ideal Socialista ao Socialismo Real; a reunificação da Alemanha. SP, Ensaio, 1992.
- MORAES, G. Vinci de. Conversas com Historiadores Brasileiros. SP, Editora 34, 2002, p.p. 134-135.

- MORAES, J. Quartim. (org.). História do Marxismo no Brasil. Vol. II: os influxos teóricos. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. História do Marxismo no Brasil. Vol. III : Teorias. Interpretações. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. SP, Ática, 6ªed., 1990.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. SP: Publifolha, 2000; Marcos Aurélio Nogueira, As Desventuras do Liberalismo no Brasil. RJ: Paz e Terra, 1984.
- NETTO, José P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. SP, Cortez, 1993.
- _____. Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64. SP, Cortez, 2ªed., 1994.
- NETTO, José P.e FALCÃO, Maria. Carmo. B. C. Cotidiano: conhecimento e crítica. SP, Cortez, 3ªed., 1994.
- NOGUEIRA, Marcos Aurélio As Desventuras do Liberalismo no Brasil. RJ: Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. SP, Brasiliense, 1975.
- _____. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. SP, Brasiliense, 1985.
- PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). SP, Alfa-Ômega, 1984.
- PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Históricos e Políticos. SP, Alfa-Ômega, 1979.
- PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PLEKANOV, J. O Papel do Indivíduo na História. Lisboa-Portugal, Venda Nova-Amadora, 1971.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social Democracia. SP, Cia da Letras, 2ª reimpressão, 1995.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Faltou ao Encontro. SP, Brasiliense, 2ªed., 1990.
- _____. et al. História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções. vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: História do Levante dos Malês (1835). SP, Brasiliense, 1986.
- RUBEL, Maximilien. Crônicas de Marx. SP, Ensaio, 1991.
- SADER, Emir. (Org.). et al. E Agora PT? - caráter e identidade. SP, Brasiliense, 2ªed., 1986.
- SADER, Emir. O Anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil. SP, Brasiliense, 1995.
- SANTOS, Raimundo. O Pecebismo Inconcluso. Rio de Janeiro, Sociedade do Livro/ Editora Universidade Rural, 1992.
- SKINNER, Q e TULLY, J. Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics. Oxford: Polity Press, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor, as Batatas. SP, Duas Cidades, 1977.

- _____. O Pai de Família e Outros Estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. Que Horas São? SP, Cia das Letras, 1987.
- _____. Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis. SP, Duas Cidades, 1990.
- _____. Duas Meninas. SP, Cia das Letras, 1997.
- _____. Seqüências Brasileiras: ensaios. SP, Cia das Letras, 1999.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. SP, Alfa-Ômega, 1977.
- SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. SP, Ática, 2ªed., 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro. (Org.) 1964: Visões Críticas do Golpe. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.
- TONET, Ivo. Democracia ou Liberdade? Maceió, EDUFAL, 1997.
- TROTSKY, Leon. História da revolução russa. Vols. I, II, III. RJ, Paz e Terra, 1977.
- VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1978.
- WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais (Vol. 2). Campinas – SP, Editora Unicamp / Cortez, 1995.
- ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. SP, Global, 1985.

Artigos e Mimeos:

- ALEM, Silvio Frank. “O PCB e as outras esquerdas - da anistia de 1945 à posse de Dutra: contribuição à História da esquerda brasileira”. Revista Escrita/Ensaio, nº10, SP, Ensaio, 1982.
- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci”. Crítica Marxista, SP, Joruês, 1986.
- ARANTES, Paulo. “Ideologia francesa, opinião brasileira”. Novos Estudos CEBRAP, nº30, julho, SP, 1991.
- BERNARDO, João. “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?”. Crítica marxista, nº4, SP, Xamã, 1997.
- BOBBIO, Norberto e ANDERSON, Perry. “Socialismo, violência e democracia - correspondência entre Norberto Bobbio e Perry Anderson”. Novos Estudos CEBRAP, nº39, julho, SP, 1994.
- CANDIDO, Antônio. “Dialética da Malandragem”. In Conhecimento, linguagem, ideologia. Org. Marcelo Dascal. SP, EDUSP/Perspectiva, 1989.

CANO, Wilson. "Reflexões para uma política de regaste do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990". Economia e Sociedade, nº2, agosto, Campinas, UNICAMP, 1993.

CARDOSO, Fernando, H. "Desafios da social-democracia na América Latina". Novos Estudos CEBRAP, nº28, outubro, SP, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. "A Utopia de Oliveira Viana". In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n.7, 1991, p. 82-99.

CHASIN, José. "A 'politicização' da totalidade: oposição e discurso econômico". Temas de Ciências Humanas, nº2, SP, Grijalbo, 1977.

_____. "Sobre o conceito de totalitarismo". Temas de Ciências Humanas, nº1, SP, Ciências Humanas, 1979a.

_____. "As Máquinas param, germina a democracia". Revista Escrita/Ensaio, nº6, SP, Ensaio, 1979b.

_____. "Lukács: vivência e reflexão da particularidade". Revista Ensaio, nº9, SP, Ensaio, 1981.

_____. "Hasta cuando?". Revista Escrita/Ensaio, nº10, SP, Ensaio, 1982.

_____. "Democracia, política e emancipação humana". Revista Ensaio, nº13, SP, Ensaio, 1984.

_____. "A Miséria da República dos cruzados". Revista Ensaio, nº15/16, SP, Ensaio, 1986a.

_____. "Poder, Política e Representação (três supostos e uma hipótese constituinte)". Revista Ensaio, nº15/16, SP, Ensaio, 1986b.

_____. "A Esquerda e a Nova República". Revista Ensaio, nº14, SP, Ensaio, 1986c.

_____. "Marx - da razão do mundo ao mundo sem razão". In Marx Hoje, Cadernos Ensaio, nº1, SP, Ensaio, 2ªed., 1988a.

_____. "Superação do Liberalismo". Maceió, Ufal, Jan/fev de 1988b. mimeo.

_____. "A sucessão na crise e a crise na esquerda". Revista Ensaio, nº17/18, SP, Ensaio, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Notas sobre cidadania e modernidade". Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social, nº1, vol.1, Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 1997.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. "As ondas de racionalização produtiva e as relações de trabalho no capitalismo avançado". Economia e Sociedade, nº9, dezembro, Campinas, UNICAMP, 1997.

FRANCO, M. Sylvia C. "As idéias estão no lugar". Cadernos de Debate, nº1, SP, Brasiliense, 1976.

FURTADO, Celso. "O pensamento econômico latino-americano - entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín". Novos Estudos CEBRAP, nº41, março, SP, 1995.

GIANNOTTI, José Artur. "Notas sobre a Categoria 'Modo de Produção' para uso e abuso dos sociólogos". Estudos CEBRAP, nº17, SP, 1976.

LESSA, Golbery. “Um Olhar Moderado sobre o ‘Século dos Extremos’”. In. Práxis, n. 10, Projeto Joaquim Oliveira, 1998.

LESSA, Sergio. “Beyond Capital: Estado e capital”. Serviço Social e Sociedade, nº56, março, SP, Cortez, 1998.

_____. “Lukács: ontologia e política”. Texto apresentado no Colóquio sobre Lukács. Maceió, Ufal, Outubro de 1996b. mimeo.

LUKÁCS Georg. Tecnologia e Relaciones Sociales. In. Bukharin, Nicolai. Teoria Del Materialismo Histórico. Madri, siglo XXI, 1974, p.p. 41-51. Antonio Gramsci. Conceção Dialética da História. RJ, Civilização Brasileira. 6a edição, 1986, p.p. 141-2000.

MAZZEO, Antonio Carlos. “Notas sobre o Modo de Produção Colonial”. Revista Escrita/Ensaio, nº8, SP, Ensaio, 1980.

MELLO, João Manuel C. “Conseqüências do Neoliberalismo”. Economia e Sociedade, nº1, agosto, Campinas, UNICAMP, 1992.

MÉSZÁROS, I. “Política Radical e Transição para o Socialismo - Reflexões sobre o centenário de Marx”. In Marx Hoje, Cadernos Ensaio, nº1, SP, Ensaio, 2ªed., 1988.

NETO, J. P. "O Marx de Souza Santos". Praia Vermelha, n.1, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

PEREIRA, Astrogildo. “Posição e tarefas da inteligência”. Revista Temas de Ciências Humanas, nº 4, SP, Ciências Humanas, 1978.

RÊGO, Walquiria G. Domingues Leão. Um Liberalismo Tardio (Tavares Bastos, Reforma e Federação). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de SP, 1989.

_____. “Questões sobre a noção de via prussiana”. In Lukács: um Galileu no século XX, SP, Boitempo, 1996.

RODRIGUES, Leôncio M. “O PCB: os dirigentes e a organização”. Cap. VIII, In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 4ª ed., 1986.

RODRIGUES, Maria Angélica B. “Particularidade e Objetivação do Capitalismo. Revista Escrita/Ensaio, nº8, SP, Ensaio, 1980.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora de lugar”. Novos Estudos CEBRAP, nº3, janeiro, SP, 1973.

_____. “Filosofia em formação”. (Texto do debate sobre o livro de Paulo Arantes: ‘um departamento francês de ultramar’). Novos Estudos CEBRAP, nº39, julho, SP, 1994.

TERTULIAN, Nicolas. “Georg Lukács e o stalinismo”. Revista Práxis, nº2, setembro, Belo Horizonte, Projeto, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro. “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução”. Crítica Marxista, nº1, Brasiliense, SP, 1994.

VAISMAN, Ester. “A ideologia e sua determinação ontológica”. Revista Ensaio, nº17/18, SP, Ensaio, 1989.

Z Aidan Filho, Michel. “Origens do sindicalismo burocrático no Brasil: 1923-1926”. Revista Ensaio, nº13, SP, Ensaio, 1984.